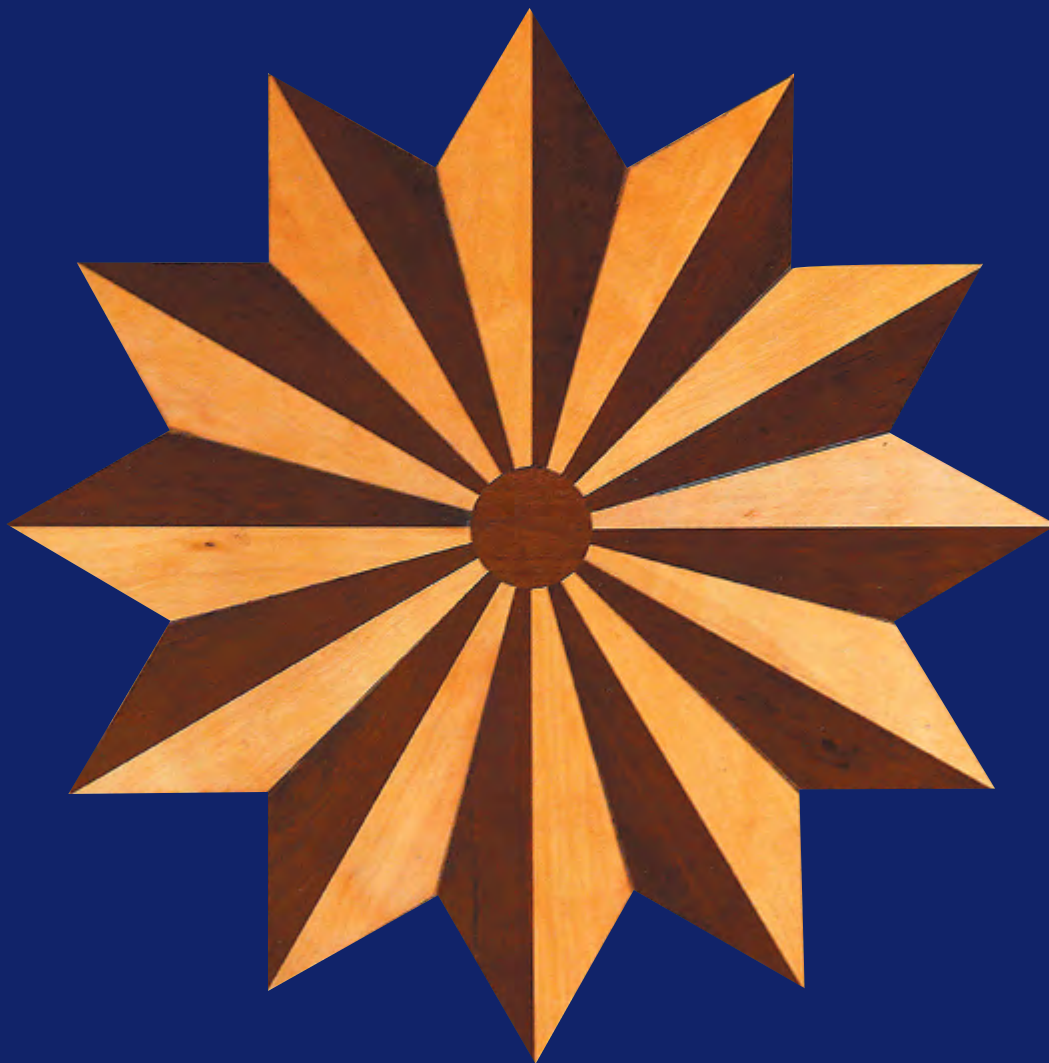


RELATÓRIO DE GESTÃO

2015-2017



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

PLANEJAMENTO

CONCILIAÇÃO

BOAS PRÁTICAS

EXPANSÃO

TECNOLOGIA

INSTITUCIONAL



PLANEJAMENTO

CONCILIAÇÃO

BOAS PRÁTICAS

EXPANSÃO

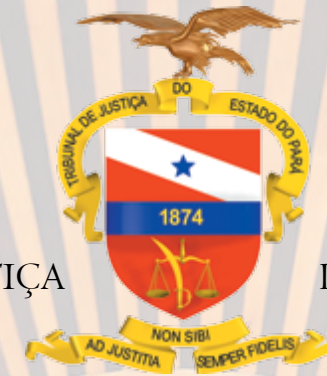
TECNOLOGIA

INSTITUCIONAL



Se você não sabe aonde quer chegar, nenhum vento lhe é favorável
(Sêneca)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO

2015-2017

Des. Constantino Guerreiro
Presidente do TJPA

Des. Ricardo Nunes
Vice-presidente do TJPA

Des^a. Diracy Alves
Corregedora da Região Metropolitana

Des^a. Maria do Céu Coutinho
Corregedora do Interior

PLANEJAMENTO

CONCILIAÇÃO

BOAS PRÁTICAS

EXPANSÃO

TECNOLOGIA

INSTITUCIONAL

Índice

APRESENTAÇÃO	
Justiça é a rosa dos ventos que aponta o horizonte da cidadania	10
DESEMBARGADORES	12
<i>Planejamento</i>	15
CARTA DE NAVEGAÇÃO	
Planejamento estratégico traça a rota institucional ao porto seguro da cidadania .	16
ORÇAMENTO E FINANÇAS	
TJPA mantém equilíbrio de suas receitas	24
<i>Conciliação</i>	33
CIDADANIA	
Projetos de itinerância e Varas dos Juizados Especiais tiveram reforço	34
Cejuscs fizeram mais de 99% de acordos pré-processuais	43
Casa da Justiça ajuda o cidadão a solucionar conflitos	47
PRECATÓRIOS	
Rapidez no atendimento e transparência nas decisões	50
ACORDOS	
Semana Nacional de Conciliação bate recorde em atendimentos	54

<i>Boas práticas</i>	59
SUSTENTABILIDADE	
Descarte consciente e logística sustentável distinguem o TJPA	60
PADRONIZAÇÃO	
Nova estratégia de produção melhora a gestão das secretarias judiciais	64
ATENDIMENTOS	
Judiciário zela pela paz no campo	66
Ouvidoria: pedidos de informação prevalecem sobre as reclamações	68
MARIA DA PENHA	
Judiciário se mobiliza para combater violência contra as mulheres no Pará	70
CRIANÇA E ADOLESCENTE	
CEIJ: cinco anos de compromisso com os direitos da infância e da juventude	78
VIOLÊNCIA	
Combate ao abuso contra crianças e adolescentes envolve as escolas	81
SISTEMA CARCERÁRIO	
Mutirões revogam 1,7 mil prisões desnecessárias em todo o Estado	84
ESTÍMULO À LEITURA	
Biblioteca incentiva o encontro da comunidade com a arte e a cultura	88
EXECUÇÃO PENAL	
“Começar de Novo” dá oportunidade de reintegração social aos apenados	98
AGENDA SOCIAL	
Gestão fundamentada em solidariedade e cidadania	104

<i>Expansão</i>	111
ACESSO E PROMOÇÃO	
Biênio registra intensa movimentação na carreira da magistratura paraense	112
TRANSPORTE	
Investimento em veículos deu prioridade ao atendimento da população ribeirinha	118
INFRAESTRUTURA	
Canaã recebe novo fórum e Judiciário executa reformas na capital e no interior	130
NOVOS PRÉDIOS	
Presidente do TJPA instala Vara e entrega unidades judiciárias	140
GESTÃO DE PESSOAS	
Judiciário admite novos servidores e magistrados	144
REESTRUTURAÇÃO	
Fórum Criminal ganha novas varas e viabiliza audiências de custódia	152
Obras melhoram a estrutura e a segurança do Fórum Cível	157
<i>Tecnologia</i>	159
INFORMÁTICA	
TJPA é o segundo em progresso tecnológico entre 92 cortes do País	160
SUPORTE	
Central garante apoio às ações dos magistrados	168

<i>Institucional</i>	171
GESTÃO	
Controle Interno reduz riscos e fortalece governança institucional	172
ORDEM JUDICIAL	
Alvará de soltura eletrônico abrange dois graus de jurisdição do Judiciário	178
FORMAÇÃO CONTINUADA	
Ensino, pesquisa e extensão para 3,2 mil servidores do sistema de Justiça no Pará	185
INTERCÂMBIO	
Canais de comunicação aproximam o Poder Judiciário do seu público	194
DEMANDAS REPETITIVAS	
Coordenadoria melhora controle de recursos extraordinários e especiais	200
SEGURANÇA	
Militares zelam pela proteção institucional do Judiciário no Pará	204
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	
Judiciário aprova novo regimento interno, cria varas e eleva comarcas	208
VISITAS	
Presidente percorre as Comarcas do interior	216
EQUIPES DE TRABALHO	218
<i>Suplemento</i>	235

Apresentação

Justiça é a rosa dos ventos que aponta o horizonte da cidadania

A rosa dos ventos da Justiça aponta um sentido no horizonte: o porto da cidadania plena. Ao completar o biênio de gestão do Poder Judiciário, que meus eminentes pares me honraram ao me conferir, experimento a consciência do dever cumprido como o mais gratificante dos sentimentos do ser humano. A partir do momento seguinte à minha eleição, marca indelével de minha história de vida e trajetória de magistrado, passei a me desincumbir do inarredável compromisso pessoal de corresponder à confiança do voto de Vossas Excelências.

“Navegar é preciso”, diziam os navegadores, orgulhosos da ciência náutica que lhes permitiu desbravar mares nunca dantes navegados. Numa região onde os rios são cantados em prosa e versos como nossas ruas naturais, tantos cursos d’água têm particular relevância nas ações para aproximar a proteção do Estado ao cidadão, num contexto em que a Justiça exerce papel fundamental.

Equilíbrio fiscal, sem prejuízo da melhoria das estruturas físicas e operacionais e do provimento de recursos humanos necessários, foi a rota institucional traçada para o biênio. A navegação sem sobressaltos, apesar de se dar contra a maré, foi possível graças ao apoio e à solidariedade dos meus pares e à contribuição das diversas áreas operacionais do Tribunal, fundamentais para concretizar os objetivos do Plano de Gestão.

NORTE

O Plano de Gestão deu o norte às ações, sintonizadas com as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para melhorar o desempenho do Judiciário no Estado. Ampliamos o número de servidores e magistrados, implantamos novas unidades, investimos na melhoria da qualidade da gestão e no atendimento ao público, abrindo novos espaços, com as condições físicas e tecnológicas mais adequadas à prestação do serviço jurisdicional.

Em meio às turbulências, quitamos regularmente a folha salarial e mantivemos rigorosamente em dia os compromissos com fornecedores e prestadores de serviços. Foram nomeados mais de 300 servidores e 50 juizes, reajustados os proventos da magistratura; os servidores tiveram revisada a remuneração e o auxílio alimentação, em 8,5%, inicialmente e, no exercício de 2016, em 2%.

Vale destacar o cumprimento das metas do CNJ, que distinguiu o TJPA pela terceira vez com o Selo Ouro do Justiça em Números, o segundo ano seguido nesta gestão.

Entre as ações relevantes já concluídas, destacam-se:

- > Instituição do Sistema de Guias de Devoluções e Ressarcimentos - GDR
- > Implantação das audiências de custódia

- > Criação de banco de dados de decisões administrativas
 - > Aprimoramento do banco de decisões judiciais
 - > Implantação de mecanismos de controle de demandas repetitivas
 - > Instalação do sistema de pregão eletrônico nas Câmaras Isoladas e Reunidas, e também no Tribunal Pleno
 - > Fomento da conciliação no âmbito da execução fiscal
 - > Estruturação do Nupemec
 - > Capacitação de conciliadores e mediadores
 - > Criação do banco de ações coletivas
 - > Implantação do Processo Judicial Eletrônico em todos os juizados especiais cíveis
 - > Reorganização organo-funcional nas secretarias de Planejamento, Administração, Gestão de Pessoas, Presidência e Vice-presidência do TJPA.
 - > Elaboração pelas respectivas Comissões do novo Regimento Interno e do novo Código Judiciário
 - > Unidade de Processamento Judicial
 - > Reestruturação organo-funcional dos órgãos colegiados do 2º grau
 - > Manual de Procedimentos Cartorários do 2º grau
 - > Nova Estrutura de Produção (NEP)
- A isso se acresce a instalação, até outubro

deste ano, de mais nove unidades judiciárias na 1ª instância, totalizando 324 unidades em todo Estado.

AVANÇOS

Avançamos na área de Tecnologia da Informação, implantamos a audiência de custódia, organizamos duas semanas de conciliação fiscal municipal e uma semana estadual, com quase 1,7 mil pessoas atendidas, mais de 1,6 mil conciliações e quase 15 milhões de reais em valores homologados; mantivemos durante toda a gestão o diálogo com setores tradicionalmente desassistidos da sociedade, com uma pauta social que envolveu crianças, mulheres, idosos, egressos do sistema penal e catadores de material reciclável.

Pertinente, portanto, o simbolismo da imagem do barco típico de nossa região, singrando a imensa malha aquática que liga comunidades e interliga polos judiciários, manancial de dificuldades e obstáculos para juizes e servidores que garantem a prestação da assistência jurisdicional, particularmente aos ribeirinhos. São peculiaridades que impressionam os marinheiros de primeira viagem, mas que tornam a Justiça ainda mais preciosa na nossa região.

Uma boa navegação.

Constantino Augusto Guerreiro

Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará



RICARDO LIMA

PLANEJAMENTO

CONCILIAÇÃO

BOAS PRÁTICAS

EXPANSÃO

TECNOLOGIA

INSTITUCIONAL

Desembargadores



Des. Constantino Augusto Guerreiro
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO



Des. Ricardo Ferreira Nunes
VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO



Desª. Diracy Nunes Alves
CORREGEDORA DA REGIÃO METROPOLITANA



Desª. Maria do Céu Maciel Coutinho
CORREGEDORA DO INTERIOR



Des. Milton Augusto de Brito Nobre



Des. Leonam Gondim da Cruz Júnior



Des. Ronaldo Marques Valle



Desª. Gleide Pereira de Moura



Des. José Maria Teixeira do Rosário



Desª. Maria Edwiges Miranda Lobato



Des. Rômulo José Ferreira Nunes



Desª. Luzia Nadja Guimarães Nascimento



Desª. Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha



Des. Raimundo Holanda Reis



Desª. Vânia Lúcia Carvalho da Silveira



Des. Roberto Gonçalves de Moura



Desª. Vera Araújo de Souza



Desª. Maria Filomena de Almeida Buarque



Desª. Edinéa Oliveira Tavares



Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto



Desª. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos



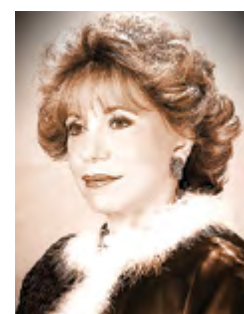
Des. Leonardo de Noronha Tavares



Desª. Marneide Trindade Pereira Merabet



Desª. Célia Regina de Lima Pinheiro



Desª. Maria de Nazaré Saavedra Guimarães



Des. Mairton Marques Carneiro



Desª. Elvina Gemaque Taveira



Desª. Ezilda Pastana Mutran

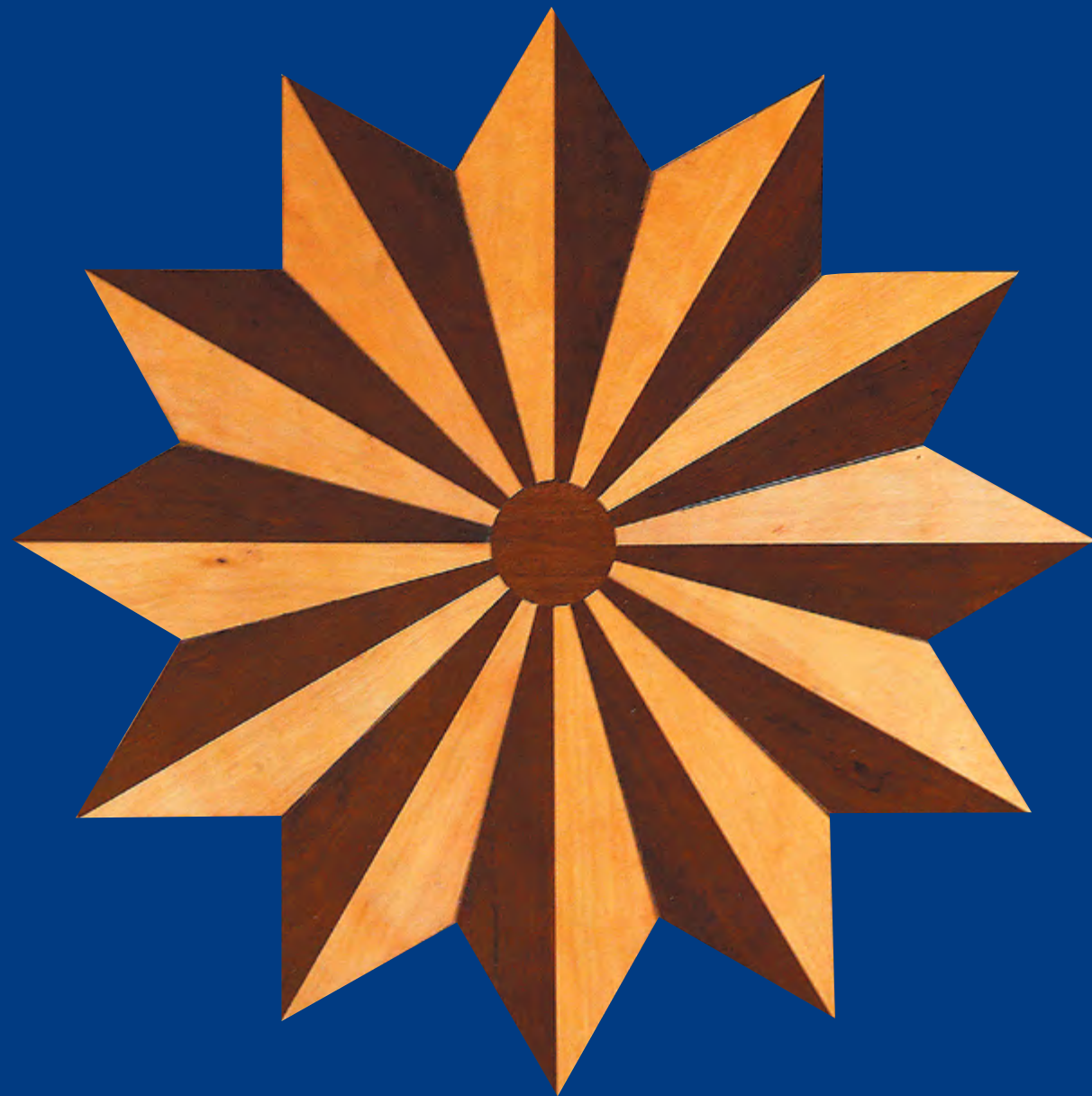


Desª. Rosileide Maria da Costa Cunha



Desª. Nadja Nara Cobra Medra

Planejamento



CARTA DE NAVEGAÇÃO

Planejamento estratégico traça a rota institucional ao porto seguro da cidadania ... **16**

ORÇAMENTO E FINANÇAS

TJPA mantém equilíbrio de suas receitas **24**

PLANEJAMENTO

CONCILIAÇÃO

BOAS PRÁTICAS

EXPANSÃO

TECNOLOGIA

INSTITUCIONAL

Carta de navegação

Planejamento estratégico traça a rota institucional ao porto seguro da cidadania

São 11 macrodesafios e 28 iniciativas para melhorar a qualidade do serviço público jurisdicional no Estado

O Planejamento Estratégico para 2015-2020 é composto por 11 macrodesafios detalhados em 28 iniciativas, rotas institucionais para alcançar o porto seguro dos bons resultados para a sociedade e também na perspectiva dos processos internos e dos recursos disponíveis.

Não à toa, a estratégia de divulgação dos conceitos técnicos de planejamento entre o público interno e externo, no Portal do TJPA, apropria-se da ideia dos

Bússola, leme e mapa são tomados como símbolos para explicar os conceitos técnicos do planejamento estratégico

instrumentos de navegação, tais como bússola, leme e mapa, para reforçar o intuito da gestão guiada e programada.

Carta de Navegação, o Planejamento Estratégico foi divulgado a servidores e magistrados em visitas e eventos institucionais, e por meio do banner e do folder do Mapa Estratégico, o “barquinho” enviado a todas as Comarcas do Pará, que reforça o conceito de que estamos todos a bordo e navegamos juntos.



O Presidente do TJPA, Des. Constantino Guerreiro, a secretária de Informática e a equipe da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, com o Selo Ouro, do Justiça em Números, do CNJ

PLANO DE GESTÃO

O Plano de Gestão do biênio 2015-2017 está alinhado às diretrizes nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Estadual 2015-2020. Foi construído de forma coletiva, por equipes de trabalho das áreas judiciais e administrativas para agregar a diversidade de opiniões.

São 63 ações e 341 etapas sob a responsabilidade de 34 magistrados e servidores. Há também ações de iniciativa da Presidência, como a revisão do Regimento Interno do Tribunal de

Justiça e do Código de Organização Judiciária do Estado do Pará, bem como a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores e os procedimentos para as audiências de custódia.

O Plano de Gestão é monitorado pela Coordenadoria de Controle de Planejamento, por meio do Sistema de Monitoramento de Planejamento (SIMPLAN). A execução do Plano é avaliada periodicamente nas Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), pelo Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica, que congrega os responsáveis pelos macrodesafios e ações estratégicas.

Execução do Plano de Gestão 2015-2017, até DEZ/16

Grau de Execução por Macrodesafio



FONTE: TJPA / XCOORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO / SIMPLAN

CANAL DO PLANEJAMENTO

O Canal do Planejamento deu maior transparência às informações e aproximou os servidores e magistrados da missão, visão e valores do Planejamento Estratégico. Ele concentra informações de todos os instrumentos de planejamento, tais como Plano Plurianual (PPA), Planejamento Estratégico, Plano de Gestão e Pesquisas de interesse do Judiciário paraense. O diferencial é a customização da página, que facilita a navegação e disponibiliza instrumentos de planejamento em seus textos originais, agregados a textos explicativos em linguagem simples e objetiva.

O “Fale Conosco” e o e-mail canalplaneja-

mento@tjpa.jus.br são linhas diretas de comunicação entre a gestão e o público, que pode compartilhar dúvidas, críticas e sugestões.

O Planejamento Estratégico é acompanhado de forma periódica por meio das iniciativas estratégicas e indicadores. A revisão de meio termo do Planejamento Estratégico 2015-2020 foi concluída em dezembro de 2016, com a edição da Resolução 35/2016, conforme previsto no art. 10, § 1º, da Resolução n.º 28/2014.

Evidência de amadurecimento institucional e de esforços concentrados para o alcance da missão institucional é o fato de que se encontram devidamente alinhados todos os instrumentos de planejamento.



Representantes dos tribunais estaduais se reuniram, em Brasília, durante o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em 2015, para definir as metas para 2016

Rede de governança colaborativa define as metas nacionais do Judiciário no País

As metas nacionais são parte do Planejamento Estratégico Nacional, conforme previsto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n.º 198/2014. Elas são construídas coletivamente, a partir da integração e da participação de todos os segmentos e tribunais de Justiça. Trata-se de uma Rede de Governança Colaborativa, instituída pelo CNJ e composta pelo Comitê Gestor dos Segmentos de Justiça e subcomitês regionais.

As propostas de metas são submetidas à consulta interna nos tribunais e são avaliadas e anali-

sadas nos subcomitês regionais, consolidadas e submetidas a voto por todos os presidentes de tribunais estaduais.

O monitoramento do cumprimento das Metas Nacionais é feito pelo sistema *Business Intelligence (BI)*, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Controle de Planejamento e da Secretaria de Informática. São produzidos periodicamente relatórios gerenciais que auxiliam a tomada de decisão pela administração superior, para melhorar os resultados de cumprimento das metas.

Metas nacionais - 2016

Justiça Estadual - Resultado até novembro

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Brasília/DF, nos dias 24 e 25 de novembro de 2015, durante o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as seguintes Metas Nacionais para o Judiciário brasileiro alcançar em 2016.

METAS	OBJETIVO	DESCRIÇÃO	CUMPRIMENTO
1	Aumentar a produtividade	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	90,16%
2	Dar celeridade aos casos mais antigos	Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 1º Grau	87,84%
		80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nos Juizados Especiais	98,03%
		Juizados Especiais	85,18%
		Turmas Recursais	97,70%
3	Estimular a conciliação	Aumentar os casos resolvidos por conciliação em relação ao ano anterior e aumentar o número de Cejuscs	116,43%
4	Julgar os casos de improbidade	Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até dia 31/12/2013.	82,69%
5	Mapear os casos de execução	Identificar o número e a situação dos processos de execução até 31/12/2016	100,00%
6*	Julgar as ações coletivas	Julgar, até 31/12/2016, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 2º grau.	81,69%
7	Gerenciamento do acervo das demandas repetitivas	Gerir estrategicamente as ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.	100,00%
8	Estimular a Justiça Restaurativa	Implementar projeto com equipe capacitada para oferecer práticas de Justiça Restaurativa implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim até 31/12/2016.	100,00%

*Resultado do 1º grau

FONTE: COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO / SIMPLAN



Representantes de tribunais de Justiça do Amazonas, Rondônia, Amapá e Tocantins participam de oficina do sub-comitê Norte para definir as propostas de metas nacionais para 2016, em Belém

Oficina, consulta e sub-comitê garantem caráter participativo à definição de metas

Oficina de trabalho com magistrados e servidores do TJPA definiram as propostas de metas nacionais do Judiciário para 2016. Uma consulta pública no portal interno permitiu que servidores e magistrados avaliassem essa proposta preliminar. Esse processo atende às recomendações técnicas do CNI, de conferir caráter participativo à definição

das metas nacionais para 2016. Em âmbito regional, o TJPA promoveu, nos dias 9 e 10 de julho de 2015, oficina de trabalho com os representantes do sub-comitê Norte, oportunidade em que contou com a participação dos Tribunais de Justiça do Amazonas, Rondônia, Amapá e Tocantins, para a discutir e consolidar as metas nacionais da Região Norte.



SELO OURO

A premiação do selo ouro consiste no reconhecimento dos Tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de informações administrativas e processuais. No ano de 2016, O TJPA manteve o selo ouro, mesmo com o incremento dos requisitos exigidos.



O III Encontro Nacional da Rede de Governança Colaborativa, em Belém, reuniu representantes dos 24 tribunais estaduais de Justiça para definir as metas do Judiciário para 2017 em todo o País

RICARDO LIMA

Encontro em Belém aprovou propostas de metas nacionais do Judiciário para 2017

O III Encontro Nacional da Rede de Governança Colaborativa da Justiça Estadual, realizado em Belém, em setembro passado, debateu e aprovou as propostas para 2017 de metas nacionais para o Judiciário em todo o País. No âmbito do TJPA, o processo de definição foi desencadeado pelas propostas preliminares sugeridas pela equi-

pe do Departamento de Planejamento Gestão e Estatística (DPGE), avaliadas por um grupo de trabalho instituído para esse fim e, posteriormente, submetidas à pesquisa com o público interno.

O III Encontro Nacional reuniu magistrados e servidores dos 24 (vinte e quatro) Tribunais de Justiça Estaduais, nos dias 13 e 14 de setembro de

2016, sendo que no primeiro dia do evento participaram 80 pessoas, 55 dos quais servidores e 25 magistrados, e no segundo dia 76 pessoas, sendo 53 servidores e 23 magistrados. O resultado do encontro em Belém foi apresentado ao CNJ e submetido à votação dos presidentes dos Tribunais de Justiça Estaduais, no 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Entre os macrodesafios do Planejamento Estratégico que foram discutidos destacam-se:

- > Adoção de Soluções Alternativas de Conflitos;
- > Gestão das Demandas Repetitivas e dos

Grandes Litigantes;

> Impulso às Execuções Fiscais, Cíveis e Trabalhistas;

> Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal;

> Melhoria da Gestão de Pessoas.

A construção de metas para 2017 foi alinhada à Resolução n.º 221/2016 – CNJ, que incluiu princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e da Portaria n.º 97/2016, de 25 de agosto de 2016, que estabeleceu as principais diretrizes à efetivação da Resolução n.º 221/2016.

Orçamento e finanças

TJPA mantém equilíbrio de suas receitas

Medidas administrativas mantiveram a arrecadação e recuperaram receitas do Fundo de Reparelhamento Judiciário

A arrecadação das custas judiciais cresceu 36,63% no biênio 2015-2017, com ganho real de 27,69%, expurgada a inflação do período. O crescimento deve-se às medidas adotadas pela Coordenadoria Geral de Arrecadação para enfrentar um quadro econômico de crise no país. As ações visaram à manutenção da arrecadação, à recuperação de receitas e à atualização legislativa.

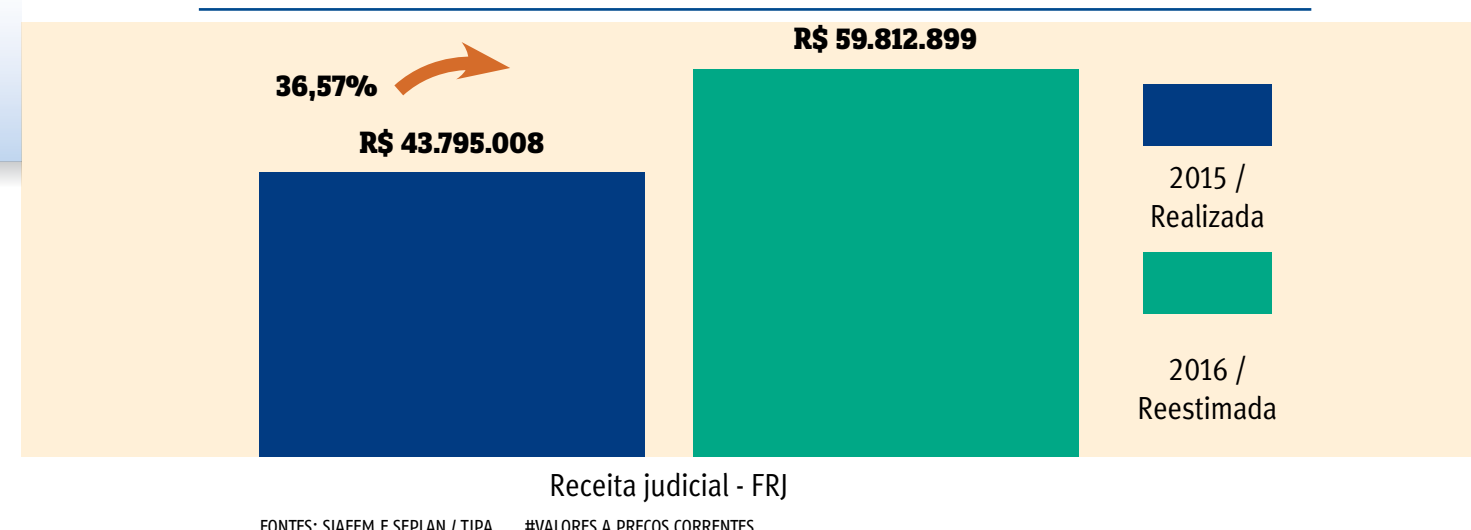
TAXA

Além da edição da nova lei de custas judiciais e da nova tabela de emolumentos, no exercício de 2016 foi instituída a Taxa de Fiscalização dos Serviços Judiciais Prestados por Particulares, de 15% sobre a renda do único cartório judicial não estatizado e pelos depositários públicos. Dentre as principais ações para garantir a arrecadação das receitas que compõem o Fundo de Reparelhamento do Poder

Judiciário (FRJ) podemos citar:

1. O Serviço de Fiscalização Judicial da Divisão de Arrecadação dos Serviços Judiciais (DIAJU) recuperou R\$ 408.709,32.
2. Edição da nova lei de custas do Estado do Pará, a Lei Estadual n.º 8.328 de 29/12/2015, cujos dispositivos consolidam as normatizações da arrecadação judicial, esparsas em diversas legislações e orientações da Corregedoria. A Lei incluiu novas hipóteses de atos passíveis de pagamento de custas. A nova tabela ajusta a incidência das custas judiciais à realidade econômica dos jurisdicionados, apresentando novos intervalos de valor de causa que reduziram as custas nas ações de menor vulto.
3. Diversas funcionalidades no Sistema Librários de Acompanhamento Processual facilitam a emissão das custas e permitem acompanhar as alterações da nova lei.

Receita das atividades judiciais



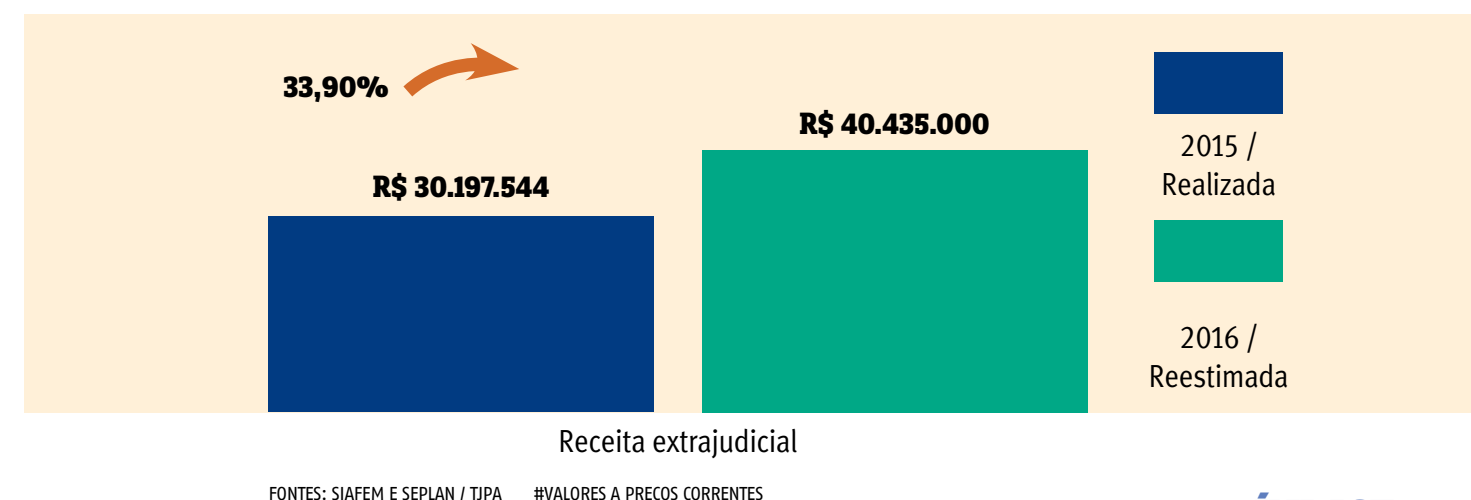
Taxa de fiscalização teve incremento real de 25,14%

A Taxa de Fiscalização teve aumento real de 25,14% e nominal de 33,90% na arrecadação do biênio 2015-2017. O crescimento é resultado das ações voltadas à arrecadação da Receita Extrajudicial, da Taxa de Fiscalização e venda dos selos de segurança.

A Coordenação Geral de Arrecadação, por meio da Divisão de Acompanhamento e Controle da Arrecadação Extrajudicial (DIAEX), e as Corregedorias de Justiça aprimoraram a arrecadação das receitas devidas ao Fundo de Reparelhamento

do Judiciário (FRJ) e o monitoramento das informações dos cartórios extrajudiciais, com recadastramento das Serventias Extrajudiciais, aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos para recuperação de receitas devidas ao FRJ; e instituição, pela Portaria n.º 5352/GP da Presidência, da primeira ação para recebimento e recuperação de receitas do FRJ, visando à redução da inadimplência da Taxa de Fiscalização e o recolhimento devido pelos interinos, em cumprimento à decisão do CNJ.

Receitas de fiscalização sob atividades extrajudiciais



Judiciário enfrenta crise com contenção e medidas para alavancar as receitas

A arrecadação anual do Poder Judiciário do Pará subiu de R\$ 1.003.810.263,00, em 2015, para uma arrecadação estimada de R\$ 1.090.951.529, em 2016, acréscimo de 8,68% nas receitas. Subtraída a inflação do período, de 6,8% pelo IPCA, o crescimento real é de 1,75%, resultado do trabalho intensivo sobre as receitas próprias, que compensou a queda nas transferências do Tesouro Estadual.

A grave crise política, econômica e social do país foi a marca do biênio 2015-2017. Em 2015, a economia brasileira mergulhou na recessão e submergiu sob taxas de crescimentos negativas, orçamentos desequilibrados, investimentos em queda, falta de credibilidade da equipe econômica, aumento desenfreado do desemprego, em um cenário caótico.

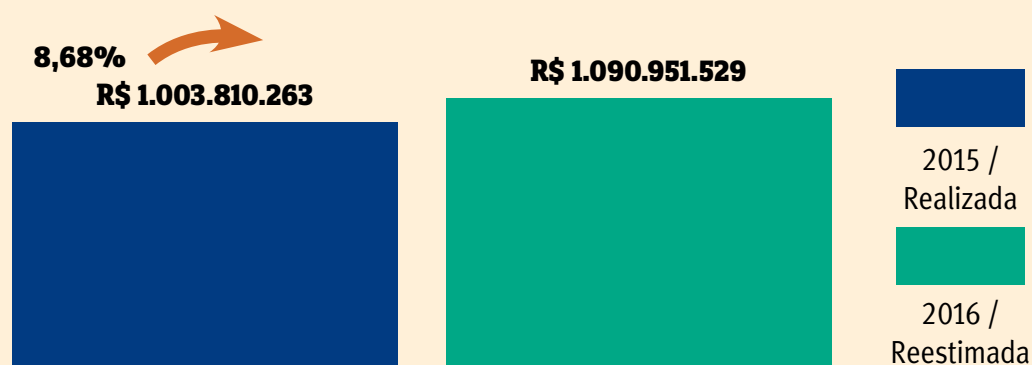
Para enfrentar a maré contrária, a administração do Poder Judiciário adotou medidas para

conter os gastos e alavancar a arrecadação das receitas que compõem o Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário (FRJ).

Um grupo de trabalho multidisciplinar foi instituído pela portaria nº 4745/2015-GP, de 5 de novembro de 2015, para acompanhar o comportamento das diversas receitas do PJPA, das receitas do Fundo de Reparelhamento do Judiciário e da quota do Tesouro Estadual.

As ações visaram inicialmente a manter os níveis de arrecadação, como a revisão legislativa a partir da edição de nova lei de custas e da tabela de emolumentos. Além disso, foram intensificadas as fiscalizações para recuperar receitas, principalmente da Taxa de Fiscalização devida pelos cartórios extrajudiciais. As ações resultaram na evolução do total das fontes de receitas do Poder Judiciário.

Receitas totais do PJPA



Total de receitas - todas as fontes

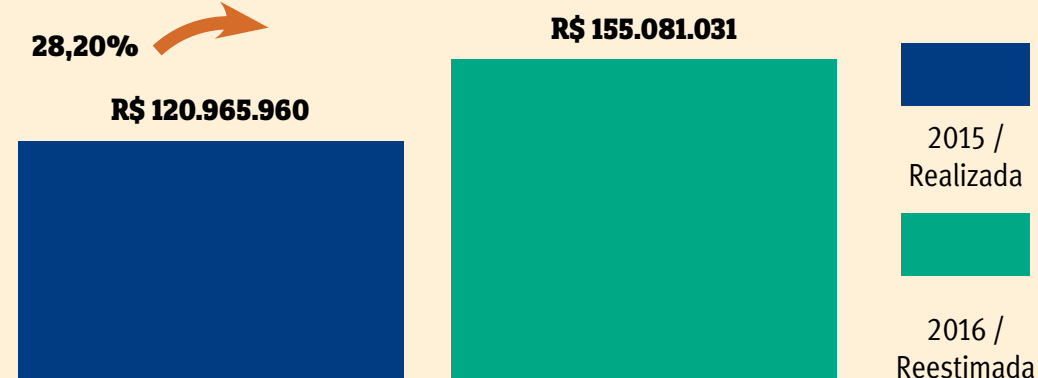
FONTES: SIAFEM E SEPLAN / TJPA #VALORES A PREÇOS CORRENTES

RECEITAS

As receitas que são diretas e exclusivamente arrecadadas pelo Poder Judiciário, que são as Receitas próprias do Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário (custas judiciais, as receitas extrajudiciais, os rendimentos de aplicação fi-

nanceira e outras) tiveram um crescimento real de 20%, no biênio 2015-2017, saindo de uma arrecadação de R\$ 120.965.960,00, em 2015, para R\$ 155.081.031,00, consequência das medidas de recuperação dessas receitas.

Receitas totais do FRJ



Fundo de reapearelhamento UG 040102

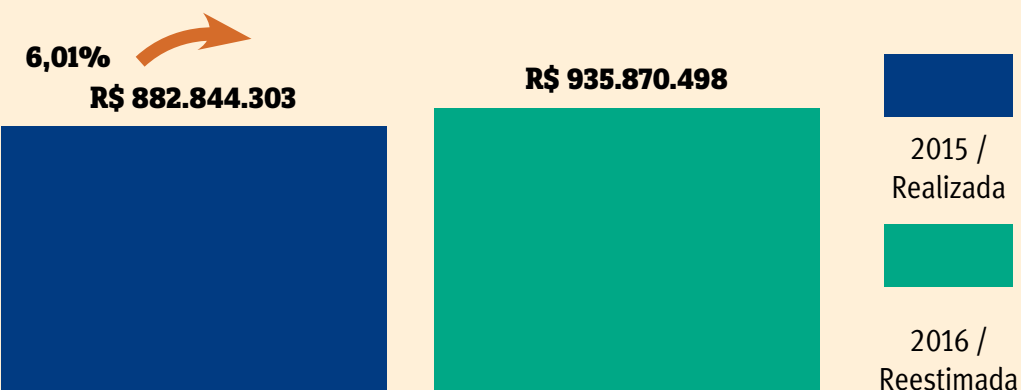
FONTES: SIAFEM E SEPLAN / TJPA #VALORES A PREÇOS CORRENTES

Cabe esclarecer que o comparativo acima registrado é o resultado da soma de todas as receitas que compõem o FRJ, arrecadadas em cada exercício citado, excluindo-se qualquer valor correspondente ao superávit de exercícios anteriores, que não se constitui em receita do exercício, diferente da metodologia de análise utilizada no relatório do biênio anterior.

Houve um crescimento de 6,01% na receita repassada pelo Poder Executivo, com-

posta por Recursos do Tesouro, da quota parte definida na LDO. No ano de 2015, o montante foi de R\$ 882.844.303,00 contra prováveis R\$ 935.870.498 de 2016. Expurgada a inflação do período, constata-se o decréscimo no repasse de 0,74%, reflexo da magnitude da crise econômica, que impactou diretamente nas transferências da União para os Estados, refletindo negativamente na capacidade financeira do Poder Judiciário.

Repasse do Tesouro



TJPA / Tesouro UG 040101

FONTES: SIAFEM E SEPLAN / TJPA #VALORES A PREÇOS CORRENTES

Racionalização economiza gastos com diárias e passagens aéreas

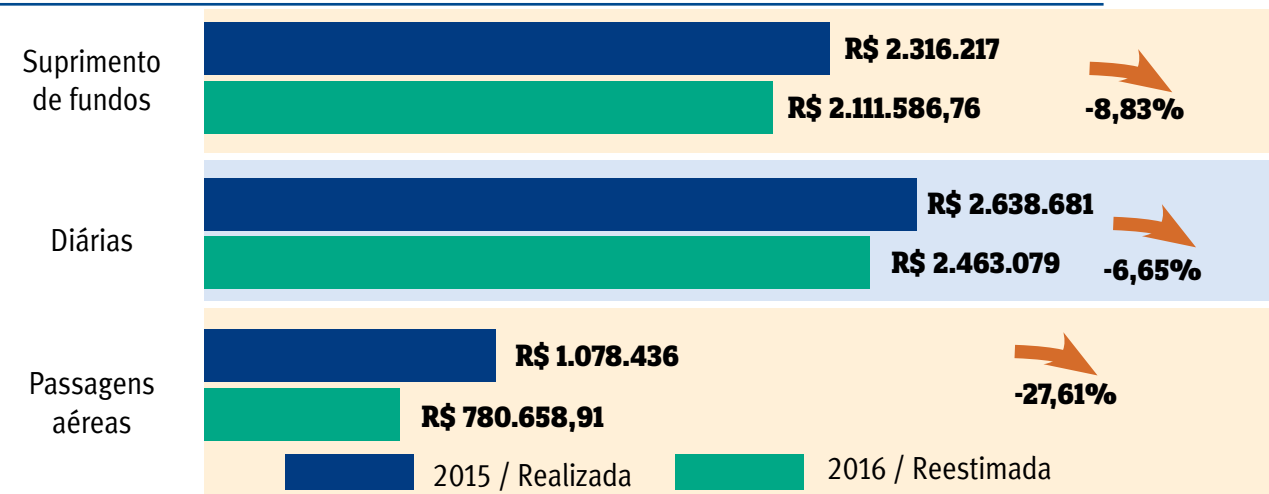
A contenção dos gastos para manter o equilíbrio fiscal do Poder consubstanciou-se na Portaria de nº 3830/2015-GP, de 08 de setembro 2015, que implementou medidas de racionalização na aquisição e utilização de materiais, bens e serviços, com especificação de metas a serem cumpridas pelas unidades.

A contenção reduziu 6,65% dos gastos com diárias e 32,94% na contratação de emissão de passagens aéreas. Os gastos com Su-

primentos de Fundos, que no exercício de 2015 foram de R\$ 2.316.217,00, caíram 9,16% no exercício de 2016, ficando em R\$ 2.104.083,00.

As ações da administração no biênio 2015-2017 reduziram diversas despesas de custeio e investimento e resultaram na diminuição do uso de recursos de superávit de exercícios anteriores, na ordem de 75,03%. Em 2015 foi utilizado o montante de R\$ 65.715.575,00, valor reduzido para R\$ 16.406.397,00 em 2016.

Demonstrativo de despesas diversas



FONTES: SIAFEM E SEPLAN / TJPA #VALORES A PREÇOS CORRENTES

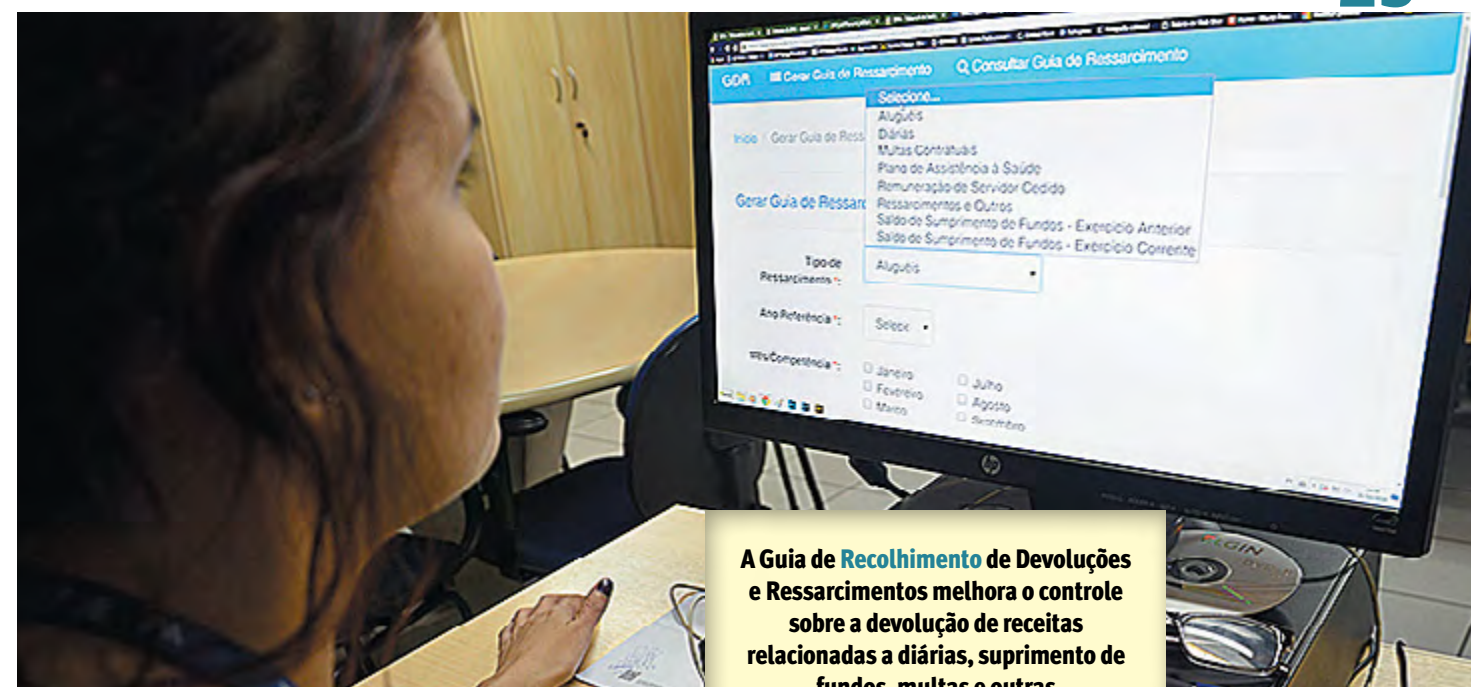
Ganhos em tecnologia no planejamento contribuem para aumentar as receitas

Melhora no controle da apropriação de receitas, a garantia da restituição dos depósitos por determinação judicial de natureza tributária, a pesquisa dos alvarás liberados e pagos e a certificação digital via token são alguns dos resultados de funcionalidades desenvolvidas para incrementar a arrecadação do Judiciário, tais como:

> Guia de Recolhimento de Devoluções e Ressarcimentos (GDR) melhora o controle das

receitas do Judiciário

- > Identificação dos depósitos de natureza tributária na abertura da subconta
- > Disponibilização da consulta de Alvarás liberados e pagos por CPF/CNPJ e nome
- > Implementação da assinatura eletrônica de Alvarás
- > Disponibilização da geração de boletos on-line de Depósitos Judiciais
- > Instituição Sistema de Guias de Devoluções e Ressarcimentos - GDR



A Guia de **Recolhimento de Devoluções e Ressarcimentos** melhora o controle sobre a devolução de receitas relacionadas a diárias, suprimento de fundos, multas e outras

ÉRIKA NUNES

Tribunal avalia satisfação do usuário por meio de pesquisa

Pesquisa de Satisfação do Usuário avaliou, entre 16 de maio e 29 de julho, os serviços do Tribunal de Justiça do Pará, conforme Portaria nº 1680/2016-GP. Foram disponibilizados para a pesquisa questionário eletrônico nos portais do TJPA e formulário impresso nas unidades.

Participaram 2.563 pessoas, entre advogados, integrantes da Defensoria e do Ministério Público, testemunhas, estudantes e qualquer pessoa envolvida em processo que desejasse opinar sobre o serviço do Poder Judiciário Estadual.

O indicador "Índice de satisfação dos usuários" faz parte do Macrodesafio Garantia dos Direi-

tos da Cidadania, do Planejamento Estratégico do TJPA 2015-2020, e alcançou o resultado de 45,3%.

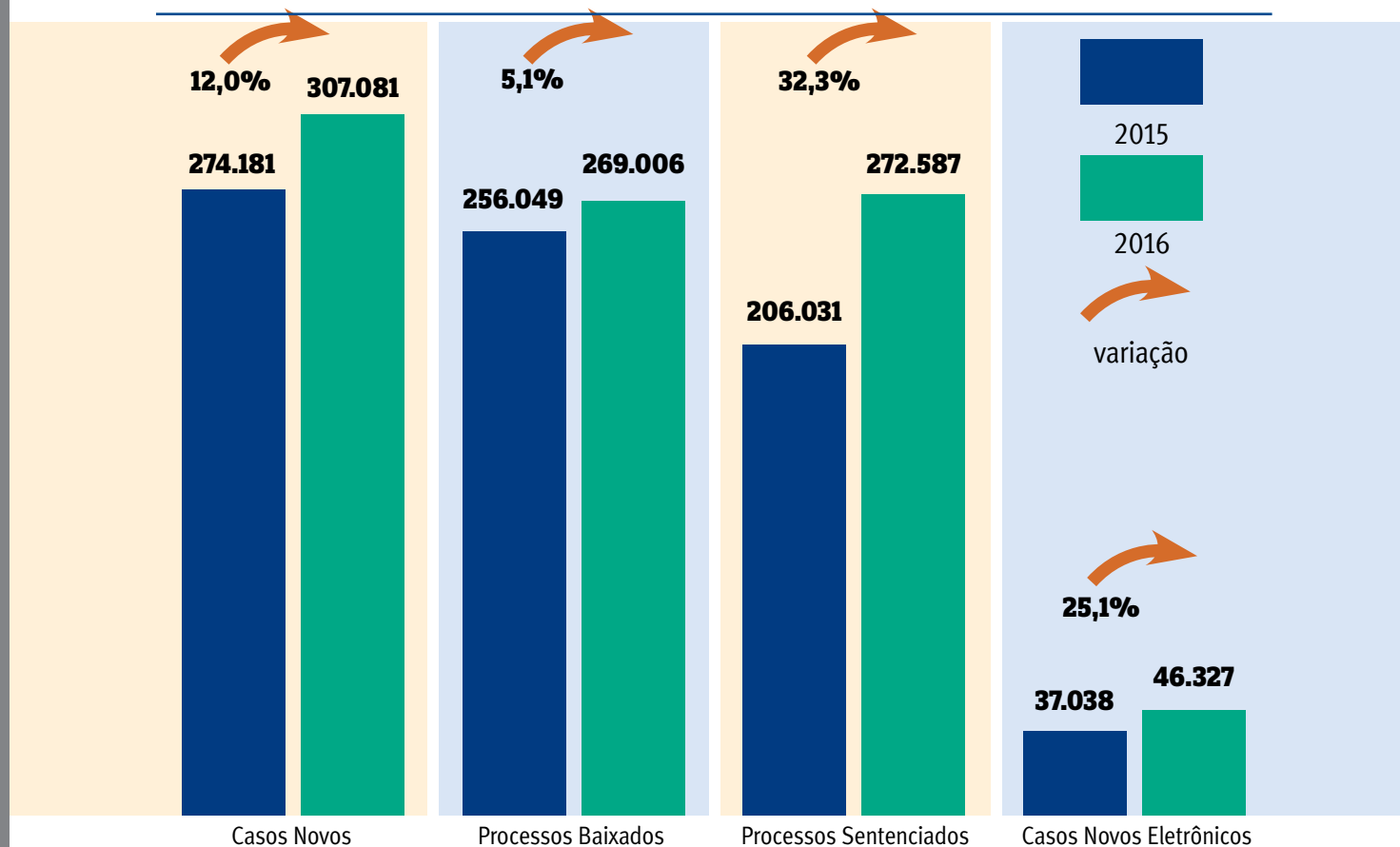
Pesquisa de Clima Organizacional foi feita entre 1º de agosto e 20 de setembro de 2016, para diagnosticar as percepções de magistrados e servidores das diversas dimensões do ambiente de trabalho, tais como instituição e desempenho, planejamento estratégico, relações interpessoais, comunicação interna, gestão de pessoas, responsabilidade socioambiental, entre outras. O resultado foi de 59,4% de respostas positivas de clima, dentre 458 pessoas que participaram da pesquisa, 49 das quais magistrados e 409 servidores.

Movimentação processual revela tendência de crescimento

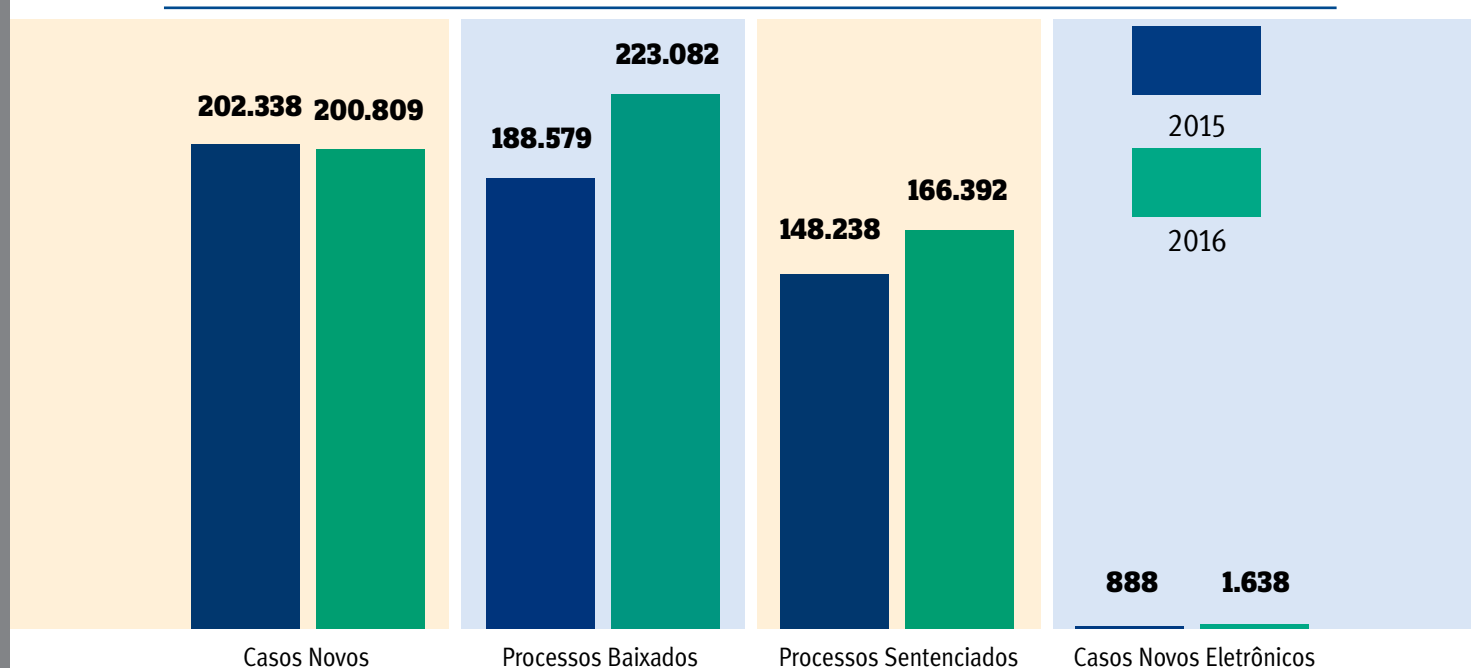
Comparativamente a 2015, a Movimentação Processual do Poder Judiciário do Estado do Pará apresenta tendência de crescimento em todas as variáveis: casos novos

(12%); processos baixados (5,1%); processos sentenciados com expectativa de crescimento significativo de 32,3%; e processos eletrônicos (25,1%).

Movimento Processual TJPA - Comparativo 2015/2016



Movimento Processual 1º Grau



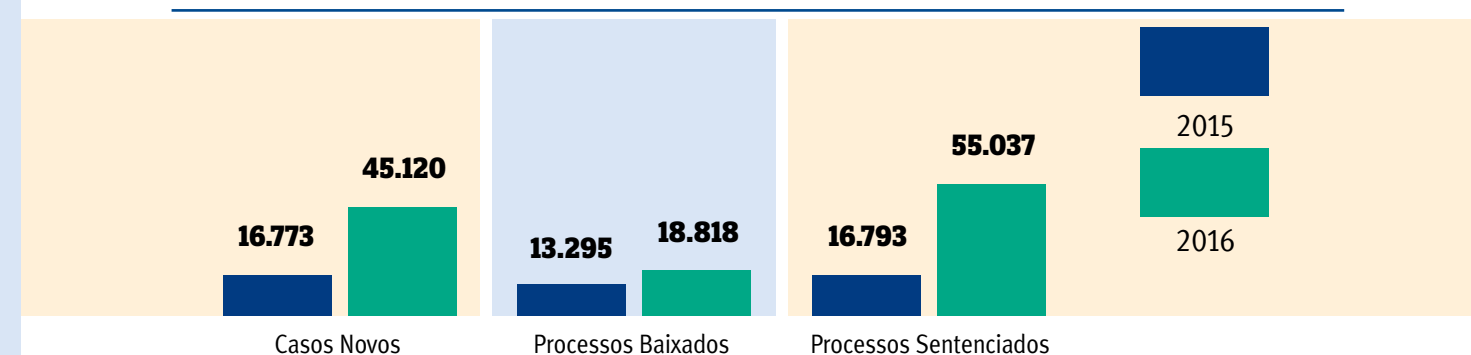
Para o 1º Grau, o número de casos novos tende à estabilidade, com pequena redução de 0,8%; os processos baixados têm expectativa de aumento de 18,3%; e os processos novos eletrônicos um crescimento esperado de 84,5%.

Para o 2º Grau, a expectativa é de crescimento de 169% para casos novos e aumento de

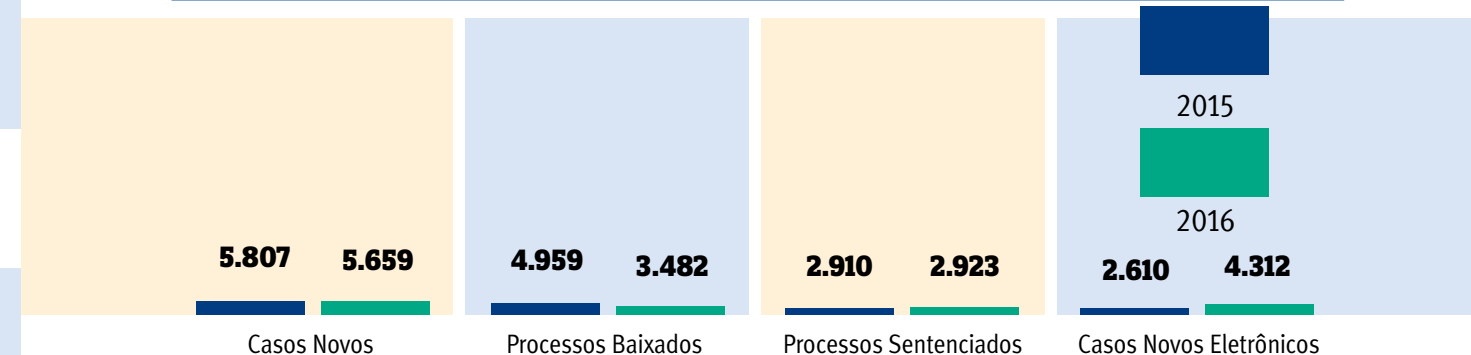
227,7% no número de processos sentenciados.

Na Turma Recursal, a expectativa é de redução de cerca de 30% no número de processos baixados. Nos Juizados Especiais, a tendência para os processos baixados é de redução de 24%; os processos sentenciados apresentam expectativa de aumento de 26,6%.

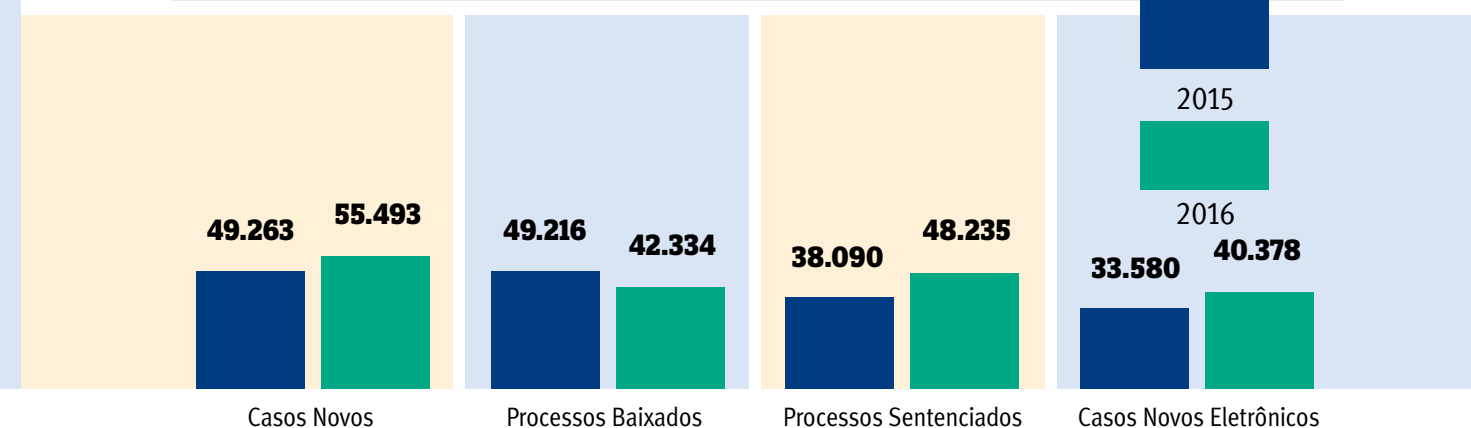
Movimento Processual 2º grau



Movimento Processual Turma Recursal

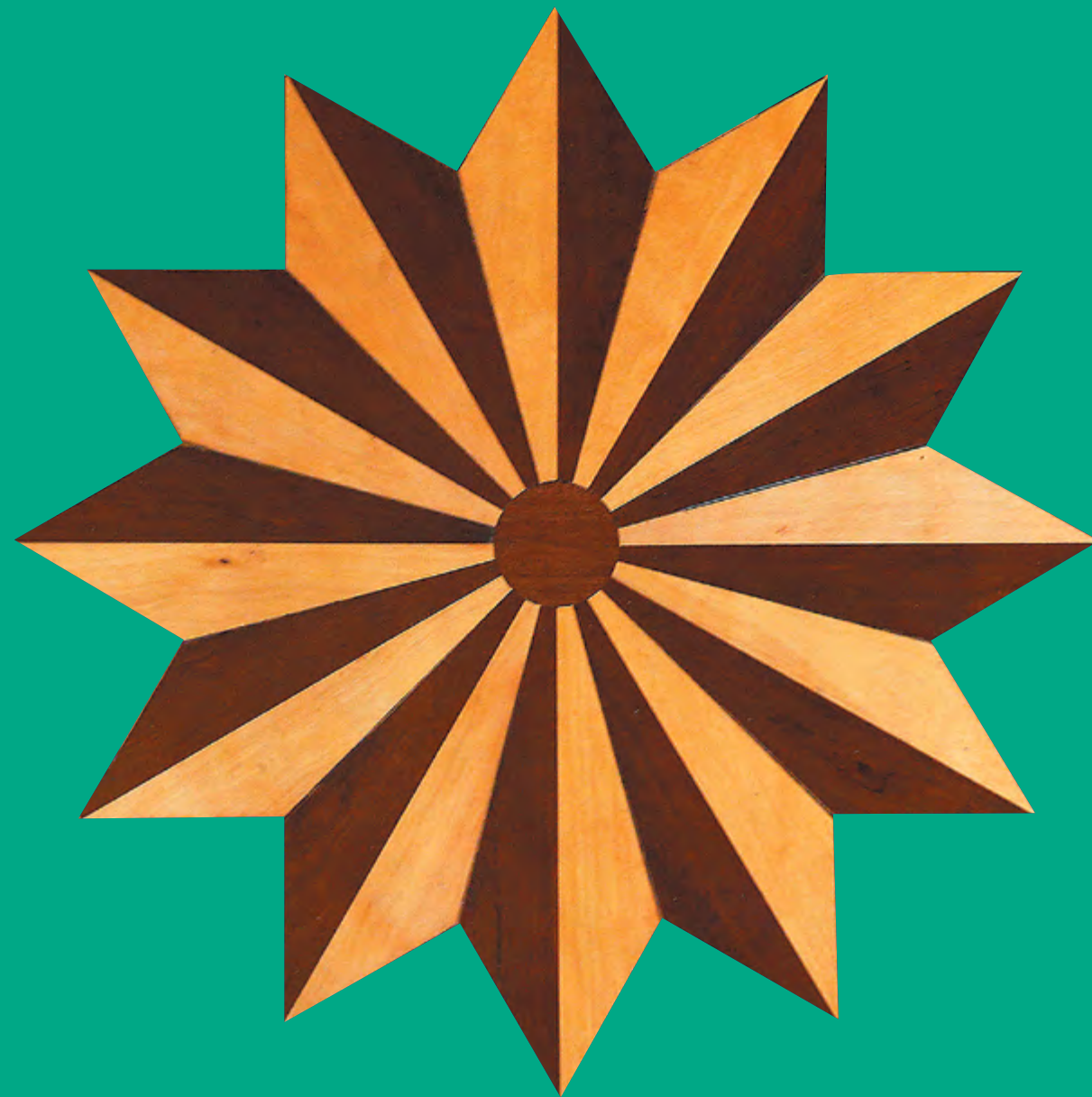


Movimento Processual Juizados Especiais



FONTES: SISTEMA DE B.I. TJPA E RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS

Conciliação



CIDADANIA

Projetos de itinerância e Varas dos Juizados Especiais tiveram reforço **34**

Cejuscs fizeram mais de 99% de acordos pré-processuais **43**

Casa da Justiça ajuda o cidadão a solucionar conflitos **47**

PRECATÓRIOS

Rapidez no atendimento e transparência nas decisões **50**

ACORDOS

Semana Nacional de Conciliação bate recorde em atendimentos **54**

CONCILIAÇÃO

BOAS PRÁTICAS

EXPANSÃO

TECNOLOGIA

INSTITUCIONAL

Cidadania

Projetos de itinerância e Varas dos Juizados Especiais tiveram reforço

Do sul do Pará ao Marajó, o Judiciário garante atendimento às demandas urgentes da população

Conciliação nas Varas de Juizado Especial do Idoso, na capital, compôs a pauta de itinerância dos juizados especiais, no Dia Internacional do Idoso

O fortalecimento da itinerância pelas comarcas do interior e da capital e o apoio às atividades das varas dos juizados especiais foram as principais atribuições da Coordenadoria dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), no Plano de Gestão do biênio 2015-2017.

No período de 25 de maio a 26 de junho de 2015, a Coordenadoria esteve em 11 municípios, de dez comarcas, nas regiões oeste, nordeste, sul, sudeste e Região Metropolitana de Belém, promovendo audiências de instrução, criminais, de conciliação e de família, transações penais, composições civis, exames de DNA, casamentos comunitários, expedição de registros, consultas jurídicas, ajuizamento de ações, homologação de acordos, expedição de sentenças e de medidas protetivas de urgências, conforme o quadro ao lado:



ÉRIKA NUNES

Atividades de itinerância das unidades judiciárias

DATA	LOCAL DO EVENTO	COMARCA	AÇÕES REALIZADAS
25/5/15	Trairão	Itaituba	Audiências, 42 Transações penais, 37
13/6/15	Casa de Tábuá, Santa Maria das Barreiras	Conceição do Araguaia	Composições civis, 2 Transações penais, 6 Audiências de família, 3
20/6/15	Santa Bárbara do Pará	Benevides	Audiências criminais, 77 Sentenças homologatórias, 19
14/7/15	Itupiranga	Itupiranga	Exames de DNA, 16 Audiências de conciliação, 24 Casamento comunitário, 13
22 e 23/8/15	Distrito de Boa Vista, Município de Quatipuru	Primavera	Audiências, 23 Expedição de registros, 48 Consultas jurídicas, 47 Ajuizamento de ações, 16
29/8 a 6/9/15	Parauapebas	Parauapebas	Consultas jurídicas, 30 Expedições de registro, 13 Acordos homologados, 2 Atendimento Museu sobre rodas, 1.527
26 e 27/9/15	Floresta do Araguaia, Conceição do Araguaia	Conceição do Araguaia	Ações de família, 16 Audiências de instrução, 14 Sentenças, 11 Protocolos novos, 24
1/10/15	Campus da UFPA	Belém 2ª Vara de Juizado Especial do Idoso (Dia Internacional do Idoso)	Sessões de conciliação, 60 Sentenças, 39
3/10/15	Santa Bárbara do Pará	Benevides	Audiências criminais, 133 Sentenças, 45
24 a 26/6/15	Quatipuru, Boa Vista, Vila de Cumaraú	Primavera	Audiências, 47 Consultas jurídicas, 150 Ações ajuizadas, 66 Isenção de 2ª via de registro civil, 41 Medida protetiva de urgência, 1 RG (1ª e 2ª vias), 195

FONTE: TJPA / COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

MARAJÓ

No Marajó, em parceria com o navio agência da Caixa, as ações de itinerância se estenderam de março a agosto de 2015, em nove comarcas da região, nos municípios de São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Soure, Ponta

de Pedras, Portel, Melgaço, Bagre, Breves e Curralinho. Foram mais de 1,8 mil despachos, 451 decisões interlocutórias e 703 sentenças, 17 audiências e 767 processos analisados, conforme a tabela a seguir:

Navio-agência da Caixa percorre o Marajó e leva, junto com outros serviços, o apoio jurisdicional do TJPA, em cumprimento de sua agenda de itinerância



Atividades de itinerância no navio da Caixa Econômica

Confira os período, as comarcas e ações realizadas

9 a 20 /3/2015

São Sebastião da Boa Vista
Despachos, **86**
Decisões interlocutórias, **1**
Sentenças, **28**

Muaná
Despachos, **60**
Decisões interlocutórias, **8**
Sentenças, **6**

Soure
Despachos, **30**
Decisões interlocutórias, **1**
Sentenças, **16**

Ponta de Pedras
Despachos, **40**
Sentenças, **23**

11 a 22/5/2015

Portel
Despachos, **493**
Decisões interlocutórias, **86**
Sentenças, **87**

Melgaço
Despachos, **14**
Decisões interlocutórias, **5**
Sentenças, **6**

Bagre
Despachos, **136**
Decisões interlocutórias, **28**
Sentenças, **21**

8 a 12/6/2015

Soure
Despachos, **92**
Decisões interlocutórias, **3**
Sentenças, **21**

Ponta de Pedras
Despachos, **21**
Decisões interlocutórias, **15**
Sentenças, **39**

29/6 a 3/7/2015

Muaná
Despachos, **23**
Sentenças, **2**

São Sebastião da Boa Vista
Despachos, **47**
Decisões interlocutórias, **4**
Sentenças, **9**

13 a 17/7/2015

Soure
Despachos, **50**
Decisões interlocutórias, **8**
Sentenças, **38**

Ponta de Pedras
Despachos, **23**
Decisões interlocutórias, **4**
Sentenças, **29**

3 a 7/8/2015

Muaná / São Sebastião da Boa Vista
Despachos, **110**
Decisões interlocutórias, **7**
Sentenças, **39**

31/8 a 4/9/2015

Muaná / São Sebastião da Boa Vista
Despachos, **48**
Decisões interlocutórias, **10**
Sentenças, **106**

8 a 11/9/2015

Soure
Despachos, **10**
Sentenças, **3**

Ponta de Pedras
Despachos, **25**
Decisões interlocutórias, **1**
Sentenças, **11**

5 a 9/10/2015

São Sebastião da Boa Vista
Despachos, **25**
Decisões interlocutórias, **23**
Sentenças, **23**

Muaná
Despachos, **48**
Decisões interlocutórias, **3**
Sentenças, **20**

13 a 16/10/2015

Soure
Despachos, **13**
Decisões interlocutórias, **1**
Sentenças, **37**

Ponta de Pedras
Despachos, **14**
Sentenças, **9**

4 a 8/4/2016

Bagre / Breves / Curralinho
Despachos, **69**
Decisões interlocutórias, **184**
Sentenças, **46**
Processos analisados, **326**

11 a 20/4/2016

São Sebastião da Boa Vista / Muaná / Ponta de Pedras
Sentenças cíveis e criminais, **97**
Decisões interlocutórias, **59**
Despachos, **268**
Audiências, **17**
Processos analisados, **441**

DIVULGAÇÃO

FONTE: TJPA / COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS



"Esporte com Justiça", no Mangueirão, à frente da equipe a desembargadora Vânia Fortes Bitar, coordenadora estadual dos juizados especiais

MANGUEIRÃO

O projeto "Esporte com Justiça" acompanhou 73 eventos desportivos durante o biênio 2015-2017, no Estádio Olímpico do Pará, o Mangueirão, 44 dos quais em 2015 e 29 em 2016, atendendo a um total de 22 ocorrências, 13 em 2015 e 9 em 2016, uma evidência de que a presença do Judiciário, em colaboração com os órgãos de segurança, inibe as infrações previstas no Estatuto do Torcedor.

Ribeirinho Cidadão fez mais de 30 mil atendimentos

Mais de 30 mil atendimentos foram realizados no biênio 2015-2017 pelo projeto Ribeirinho Cidadão, cujo objetivo é assegurar o atendimento jurisdicional e uma série de outros serviços a comunidades do interior que vivem às margens dos rios e enfrentam as dificuldades de acesso à Justiça. Em 2015, o projeto esteve nas comarcas de São Caetano de Odivelas e Maracanã, no nordeste do Pará, nas quais fez mais de 7 mil atendimentos, sendo 3,9 mil em São Caetano de Odivelas e 3,2 mil em Maracanã. Em 2016, o projeto foi a Curuçá, onde fez quase 5 mil atendimentos. No segundo semestre, integrando-se ao Projeto "Viva a vida", da TV Tapajós, os atendimentos em Santarém superaram os 20 mil beneficiários.

ÉRIKA NUNES



O projeto "Verão com Justiça", em Mosqueiro, garante atendimento jurídico e zela pela tranquilidade das famílias durante as férias

Casamento comunitário, em Curuçá, pelo projeto "Ribeirinho Cidadão", que leva serviços judiciais e de cidadania a regiões remotas

VERÃO

O projeto "Verão com Justiça e Cidadania" realizou um total de 3,5 mil atendimentos em suas duas versões no biênio 2015-2017, nas praias do Chapéu Virado, em Mosqueiro, Praia Grande, em Outeiro, e Atalaia, em Salinópolis. Em 2015, foram 577 atendimentos em Outeiro, 665 em Mosqueiro e 1.059 em Salinas. Em 2016 foram 316 em Outeiro, 200 em Mosqueiro e 738 em Salinópolis.

RICARDO LIMA



ÍNDICE

Apoio remoto dá celeridade à tramitação

Entre as ações de apoio às Varas de Juizados Especiais, destacam-se os projetos “Secretaria Virtual” e “Gabinete Virtual”, esforço concentrado para a juntada de petições pendentes em proces-

so e redução de processos conclusos para serem sentenciados, respectivamente. As ações ocorreram em varas no interior e na Região Metropolitana de Belém, conforme as tabelas abaixo:

Projeto “Secretaria Virtual”

(petições pendentes de juntada)

JUIZADO	PENDENTES	JUNTADAS	JUIZADO	PENDENTES	JUNTADAS
S. Miguel do Guamá	2.314	2.166	Altamira	1.869	1.869
Redenção	5.492	4.792	Icoaraci	1.151	691
Breves	1.229	1.082	Breves	1.213	1.467
Icoaraci	2.707	1.663	Castanhal	2.143	1.312
Castanhal	4.782	2.781	Redenção	1.091	211

Rendimento = 75%

Projeto “Gabinete Virtual”

(redução de processos conclusos)

JUIZADO	META FIXADA	SENTENCIADOS	JUIZADO	META	SENTENCIADOS
8ª VJECiv Belém	112	51	2ª VJE Marabá	423	563
3ª VJECiv Ananindeua	56	41	2ª VJECiv Ananindeua	1.170	670
6ª VJECiv Belém	112	47	JE Breves	202	121
7ª VJECiv Belém	112	49	JE Conc. do Araguaia	965	734
VJECiv Icoaraci	112	62	8ª VJE Cível Belém	431	149
1ª VJE Marabá	1.278	984			

Rendimento = 70%

FONTE: TIPA / COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS



O juiz Alessandro Ozanan foi designado pela presidência e proferiu mais de mil sentenças no âmbito da 10ª Vara de JE Cível de Belém

RICARDO LIMA

BOAS PRÁTICAS

EXPANSÃO

TECNOLOGIA

INSTITUCIONAL

Auxílio de juízes viabiliza mais de cinco mil sentenças

Mais de cinco mil sentenças foram prolatadas nas Varas de Juizados Especiais (JE) com número expressivo de processos que aguardavam decisão definitiva, a fim de reduzir o estoque dessas ações.

De 9 de julho a 8 de setembro, foram proferidas 1.085 sentenças e 517 pedidos de tutela antecipada na 10ª Vara de JE Cível de Belém.

No Juizado Especial de Parauapebas, mais 794 sentenças foram proferidas entre 21 de setembro e 3 de novembro.

Em 2016, foram prolatadas mais 3.221 sentenças nas 1ª e 2ª Varas de JE Marabá, 2ª Vara de JE Cível de Ananindeua, Juizado Especial de Breves, Vara de JE de Conceição do Araguaia e 8ª Vara de JE Cível da Capital.

Esforço concentrado garante acordos com o Banco do Brasil

Em 23 de maio de 2015 houve ação para conciliar processos em que o Banco do Brasil era a parte reclamada em Varas da Região Metro-

politana de Belém e do interior do Estado, como Castanhal, Parauapebas e Marabá. Houve 117 acordos em 182 audiências.

Linha do tempo da conciliação

2015

Janeiro

23 - Instalação do Cejusc Santarém

Abril

11 - Sabadania na Casa de Justiça e Cidadania, com edições em 23/05, 27/06, 22/08, 17/10 e 21/11, e 985 atendimentos.

Mai

De 5 a 6 - Cejusc Parauapebas promove o Mutirão de Processos da Celpa, com 200 atendimentos, 150 dos quais processos judiciais, com 88 acordos; e 52 extrajudiciais, que resultaram em acordos.

De 5 a 6 - Cejusc Parauapebas faz o Mutirão de Processos do Banco do Brasil, com 53 audiências e 37 acordos.

22 - 1º Mutirão do Cejusc Varas de Família, na Comarca da Capital, com 45 processos e 75% de conciliação.

Junho

22 - 2º Mutirão do Cejusc Varas de Família, com 63 processos e 80% de conciliação.

Agosto

21 - 3º Mutirão do Cejusc Varas de Família, 150 processos e 75% de resolução.

Setembro

De 21 a 30 - Mutirão da Semana da Conciliação Fiscal Estadual, com desconto de até 90% de juros e multas e parcelamento de até 30 vezes, na Varas de Exução Fiscal.

Outubro

2 - 4º Mutirão do Cejusc Varas de Família, com 179 processos e 89% de conciliação.

De 19 a 20 - Cejusc Famaz promove as audiências da pauta concentrada da empresa Vivo, com 94 atendimentos.

De 21 a 25 - Cejusc Famaz promove as audiências da pauta concentrada da empresa Vivo, com 61 atendimentos e 48 acordos.

29 - Cejusc Famaz promove as audiências da pauta concentrada com a empresa Vivo, com 29 atendimentos e 18 acordos.



RICARDO LIMA

Abertura, em 2016, do sétimo Cejusc, no Pará, na Esmac, em Ananindeua



RICARDO LIMA

Em 2015, Mutirão do Cejusc Varas de Família, avaliou 63 processos e garantiu 80% de acordos

Novembro

De 25 a 26 - 5º Mutirão do Cejusc Varas de Família, com 300 processos e 86% de conciliação.

Dezembro

De 10 a 11 - 6º Mutirão do Cejusc Varas de Família, com 314 processos e 89% de conciliação.

Cejuscs fizeram mais de 99% de acordos pré-processuais

Ações de pacificação social evitaram a judicialização de conflitos e contribuíram para o cumprimento da Meta 3 do CNJ

De janeiro a setembro de 2016, os Cejuscs promoveram 3.733 audiências, das quais 3.702 resultaram em acordos pré-processuais e processuais, um percentual de 99,16% que contribuiu para o alcance da Meta 3 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Há sete Cejuscs no Pará, três no interior (Parauapebas, Paragominas e Santarém), três na capital (Varas de Família, Famaz e Casa de Justiça e Cidadania) e um em Ananindeua (na Escola Superior Madre Celeste - Esmac). No 1º e 2º semestres de 2016, os Cejuscs organizaram mutirões, dez dos quais em Parauapebas, reunindo empresas locais, como a Buriti Empreendimentos, Grupo Lírios e Banco do Brasil. Dentre os que mais se destacaram, o Mutirão da Semana de Conciliação atendeu a 275 pessoas e homologou 202 acordos.

Nas Varas de Família houve oito mutirões e o que mais se destacou foi o de abril, envolvendo 150 processos e 90% de acordos homologados.

Na Casa de Justiça e Cidadania houve 3 mu-

tirões, referentes à 1ª Semana Estadual de Conciliação e a duas sabadanas, com 110 processos atendidos e 95 acordos homologados.

Na Famaz houve nove mutirões, para a solução de conflitos com o Banco do Brasil, Cyrella,

Celpa e Vivo, com destaque ao Mutirão das pautas concentradas com a empresa Celpa, que se estendeu por mais quatro dias no Fórum Cível da Capital, com 1.100 demandas pré-processuais. Em 23 de setembro de 2016 foi instalado o Cejusc da Escola Superior Madre Celeste - Esmac, o sétimo implantado no Pará e o primeiro em Ananindeua, fruto de convênio entre o TJPA e a Escola Superior Madre Celeste.

Os Cejuscs são coordenados pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec),

criado em 2013 para gerenciar conflitos de interesse, promover pacificação social, reduzir o número de processos judiciais e coordenar os Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejuscs).

De janeiro a setembro de 2016, Cejuscs promoveram 3.733 audiências, das quais 3.702 resultaram em acordos

Casamentos comunitários regularizam a união de 260 casais

O Cejusc da Casa de Justiça e Cidadania, em parceria com o Nupemec e Cartório Guedes de Oliveira, promoveu em 2016 três casamentos comunitários solidários, durante os quais 260 casais regularizaram a união estável. Durante os eventos foram arrecadados pacotes de fraldas geriátricas doadas ao Abrigo João de Deus e ao Asilo Nosso Lar Socorro

Gabriel, que atendem a idosos desamparados.

Em agosto de 2016, o Nupemec aderiu ao Programa de Mediação Digital, instituído pelo CNJ, para permitir acordos celebrados de forma virtual entre partes dos processos que estejam distantes fisicamente. Também foi confirmada a adesão ao Curso de Mediação online, ministrado na plataforma EAD.

Três casamentos comunitários foram celebrados no biênio 2015-2017 e os casais doaram fraldas geriátricas a instituições de acolhimento

ÉRIKA NUNES



Juíza Ana Patrícia Nunes, coordenadora do Cejusc/Famaz, supervisiona a negociação direta com a concessionária de energia Celpa, exemplo de boas práticas em âmbito nacional



RICARDO LIMA

Projeto de negociação direta é exemplo nacional de boas práticas

O Cejusc Famaz promoveu, em parceria com a Celpa, concessionária de energia, mutirão do “Projeto Linha Direta Negociar”, nos dias 9, 10, 11, 16 e 17 de novembro, atendendo a 1,1 mil demandas pré-processuais, no salão nobre Rui Barbosa, com apoio de mediadores e conciliadores. Durante o IV Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec), de 8 a 10 de novembro de 2016, em Cuiabá, no Mato Grosso, o projeto foi selecionado como exemplo de prática recomendada ao Judiciário em âmbito nacional, por apresentar propostas de conciliação e acelerar o atendimento de deman-

das pré-processuais, evitando a judicialização dos conflitos que envolvem a empresa.

O TJPA enviou três representantes ao evento: a desembargadora Dahil Paraense, coordenadora do Nupemec, que participou do grupo de estudo “Criação, instalação e funcionamento dos Cejusc”; a juíza Ana Patrícia Nunes, coordenadora do Cejusc Famaz, que discutiu sobre “Câmaras privadas de conciliação, mediação e arbitragem”; e a juíza Luana Santalices, integrante do Nupemec, que participou dos debates sobre “Formação e atuação de mediadores e conciliadores judiciais”.



A Casa de Justiça e Cidadania, em Belém, garante vários serviços, além de negociação pré-processual de conflitos para evitar a judicialização

Casa da Justiça ajuda o cidadão a solucionar conflitos

Atendimento integrado com Defensoria, Ministério Público, OAB e Procon busca evitar a judicialização

A

Casa de Justiça e Cidadania fez 5.755 atendimentos nas suas unidades integradas - Defensoria Pública, Ministério Público, Procon, OAB, Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade de Belém (Fabel) e da Faculdade do

Pará (FAP), Centro Jurídico de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc).

O objetivo é solucionar conflitos e evitar que se transformem em ações judiciais. O estímulo à cultura de paz e à conciliação pode ser aferido no quadro a seguir.

Unidades de atendimento

INSTITUIÇÕES	ATENDIMENTOS		
	2015	2016	TOTAL
Defensoria Pública	629	797	1.426
Ministério Público	891	658	1.549
Procon	213	189	402
OAB	24	28	52
FABEL Núcleo de Práticas Jurídicas	65	122	187
Estácio-FAP Núcleo de Práticas Jurídicas	63	27	90
Cejusc Pré-processual	759	361	1.120
Cejusc Atendimentos Diversos	-	929	929
Total de Atendimentos	2.644	3.111	5.755

RICARDO LIMA

FONTE: TJPA / CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

ÍNDICE

Estímulo à paternidade responsável é destaque

O incentivo à paternidade responsável é destaque do atendimento social feito pela Casa de Justiça e Cidadania, cuja secretaria coordena o Projeto Pai Presente que, nos últimos dois anos,

fez 401 reconhecimentos voluntários de paternidade e 89 exames gratuitos de DNA. O objetivo é garantir o direito constitucional ao nome do pai na certidão de nascimento.

Exame de DNA assegura o direito à presença do pai



Procedimentos

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS		
	2015	2016	TOTAL
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade	193	135	328
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade (carceragem)	34	39	73
Cadastros de DNA	61	54	115
Exames de DNA	48	41	89
Total de atendimentos	336	269	605

FONTE: TJPA / CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA



"Sabadanias" atendem aos que trabalham durante a semana

"Sabadanias": serviços garantidos para mais de 1,2 mil pessoas

A Casa de Justiça e Cidadania criou o neologismo "sabadanias" para designar ações aos sábados que facilitam o acesso do cidadão a serviços de caráter judicial e extrajudiciais, que vão do

cadastro para o exame de DNA a testes rápidos de HIV/Aids. Nos últimos dois anos foram 1.238 atendimentos aos sábados, conforme mostra o quadro abaixo.

Sabadanias

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS		
	2015	2016	TOTAL
Cadastro DNA	75	54	129
Exames DNA	48	41	89
Divórcio Consensual (homologados)	100	64	164
Divórcio Consensual (cadastrados)	105	35	140
FABEL (Núcleo de Práticas Jurídicas)	22	23	45
Carteira de Identidade (SSP/PA)	226	97	323
Carteira de Trabalho (CTPS)	183	-	183
Certidão de Nascimento (1ª e 2ª vias RMB)	32	-	32
Certidões: Nascimento e Óbito	18	-	18
Fotos (40 x 4 = 160)	40	-	40
Fotos (22 x 4 = 88)	22	-	22
Testes Rápidos (Sífilis, HIV/AIDS, Hepatite B e C - 53 x 4 = 212)	53	-	53
Total de Atendimentos	924	314	1.238

FONTE: TJPA / CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Precatórios

Rapidez no atendimento e transparência nas decisões

Projeto "Precatório em dia" estabeleceu rotina de atendimento que deu celeridade e razoabilidade à duração do processo

Redução do tempo de atendimento e resposta, presteza nos atos decisórios e despachos, formalização de expedientes oficiais, atualização de cálculos e retenções legais, expedição e gestão para recolhimento de custas e publicação de todas as decisões da Coordenadoria de Precatórios no Diário da Justiça. Esses são os principais desdobramentos da rotina de trabalho setorial adotada pela Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), durante o biênio 2015-2017.

O projeto "Precatório em Dia" instituiu, a partir de março de 2015, uma rotina de atendimento que racionalizou e tornou mais célere e razoável a duração do proces-

so, conforme preconiza a Constituição Federal, sem prejuízo da prestação de atendimento ao público externo e a partir dos recursos disponíveis no próprio Poder Judiciário - Sistema de Precatórios, Sistema de Depósitos Judiciais etc.

Dois Portarias (n.º 1.880/2015-GP e n.º 1.881/2015-GP) estabeleceram, respectivamente, o Procedimento Geral de Gestão, com a finalidade de conhecer e acompanhar a dívida do ente público e o repasse para pagamentos dos credores, a partir do exercício financeiro de 2015; e os procedimentos de conversão de precatórios inscritos em Requisições de Pequeno Valor (RPV), consideran-

do o teto para pagamento de pequeno valor.

Portarias estabeleceram o Procedimento Geral de Gestão e a conversão das Requisições de Pequeno Valor



ÉRIKA NUNES

CONCILIAÇÃO

Foram realizadas nove agendas de conciliação no biênio, resultando em 125 acordos homologados, que movimentaram R\$ 9,6 milhões. Com mais duas agendas de conciliação em novembro/2016, a movimentação chegou a R\$ 15 milhões.

No período entre fevereiro de 2015 e setembro de 2016, a movimentação bruta correspondeu à quantia de R\$ 79,9 milhões, compreendendo pagamentos de créditos em Precatórios – incluindo-se prioridades de pagamento por idade igual/superior a 60 anos e doença grave (super-prefêrências e/ou créditos humanitários), e Conciliações/Acordos com deságio legal – e, ainda, créditos

firmados em requisições de pequeno valor (RPVs), assim como retenções legais referentes a Imposto de Renda (IRRF) e à Previdência Oficial.

A quantia bruta paga em Requisições de Pequeno Valor (RPVs) foi de R\$ 12,6 milhões.

As retenções legais (devoluções) compreenderam o valor global de R\$ 9,6 milhões, dos quais R\$ 3,3 milhões são referentes a Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, além de R\$ 6,2 milhões à Previdência Oficial.

Os pagamentos de créditos em RPVs e Precatórios (incluindo-se as prioridades constitucionais), assim como as retenções de IRRF e Previdência, ocorreram mediante Alvará Eletrônico – via Sistema SDJ, no quantitativo de 2.395 documentos assinados digitalmente.

Pagamento da dívida das fazendas públicas foi agilizado durante o biênio

O pagamento da dívida das fazendas Municipal e Estadual, decorrente de decisão judicial transitada em julgado, feita por requisição do presidente do TJPA, evoluiu nos últimos anos, ampliando o número de credores beneficiados.

Até 2016, 21 municípios do Pará estavam enquadrados no regime especial de pagamento de precatórios, definido pela Emenda Constitucional (EC 62/2009), com sobrevida regulada na questão de ordem na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4357-STF).

Outros 22 municípios estavam incluídos no regime geral de pagamento, regulado no artigo 100 da Constituição Federal (CF/88).

O pagamento da dívida ocorre por meio de precatórios e Requisição de Pequeno Valor (RPV), esta em vigor a partir de 18 de março de 2016, com o novo CPC, por requisição direta do juiz.

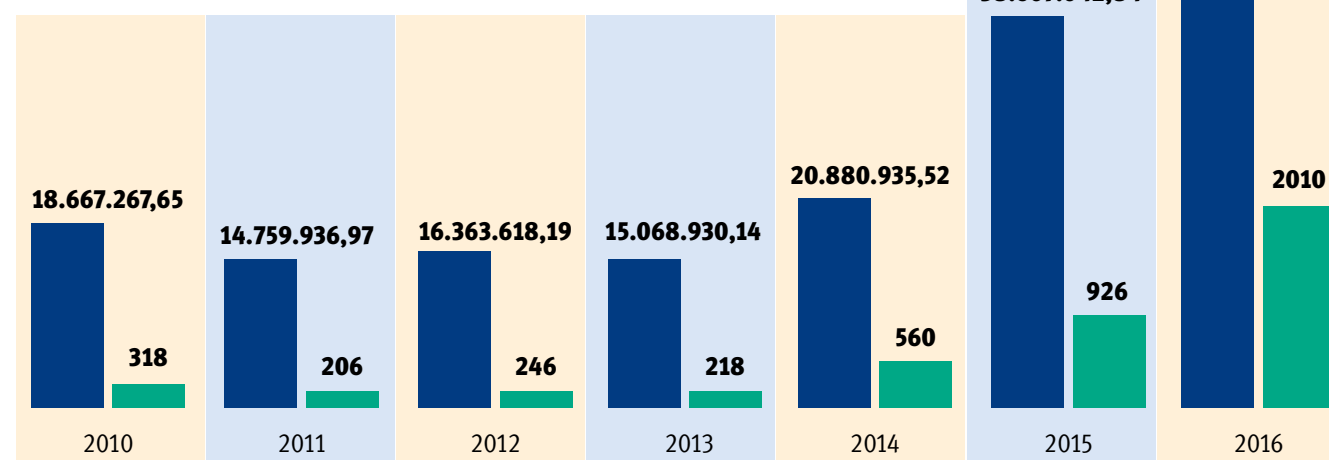
O gráfico de evolução de pagamento da dívida mostra que a Presidência do TJPA atuou, neste biênio, para pagar os créditos regularmente inscritos, em especial promovendo agendas de conciliação para liquidar esses créditos.

ÉRIKA NUNES



Reunião da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios, em Belém, durante a qual se discutiu a uniformização de procedimentos

Evolução de pagamentos e alvarás precatórios



FONTE: TJPA / COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

PARCERIAS

A Coordenadoria de Precatórios do TJPA articulou suas ações em parceria com outras instituições, em colegiados, como o Comitê Gestor de Contas Especiais, onde foi aprovado o valor das parcelas anuais devidas pelos entes federados sob Regime Especial; no Comitê Estadual de Precatórios, onde os integrantes foram informados sobre as ações para pagar precatórios inscritos e manter atualizados os dados sobre o Regime Especial de precatórios, especificamente após o julgamento de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n.º 62/2009.

A Coordenadoria de Precatórios TJPA participou de cinco reuniões da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios, uma das quais em Belém/Pará, composta por representantes de todos os Estados Federados, nas quais se discu-

tiu a uniformização de procedimentos.

TRANSPARÊNCIA

A página eletrônica da Coordenadoria de Precatórios do TJPA foi reformulada para dar maior transparência ao regime de pagamentos, aos entes devedores, atos normativos e à lista cronológica de pagamento.

Além de reordenar as informações constantes no site, em razão do Princípio da Transparência e em atenção à Lei n.º.12.257/2011, a Coordenadoria inseriu na página dados sobre o Comitê Estadual de Precatórios, Comitê Gestor de Contas Especiais de Precatórios e Câmara Nacional de Gestores de Precatórios, e incluiu a Lista Cronológica Única a ser observada no pagamento dos precatórios pelo TJPA, TRF 1ª Região e TRT 8ª Região, conforme determinação do CNJ.

Acordos

Semana Nacional de Conciliação bate recorde em atendimentos

Número de audiências alcança pela primeira vez o patamar de 12 mil



FONTE: SISTEMA DE MOBILIZAÇÕES DO TJPA; COMPILAÇÃO: COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA TJPA

A Semana Nacional de Conciliação de 2016 bateu uma série de recordes em relação às versões anteriores: o maior montante de atendimento de todas as edições, com cerca de 20% a mais pessoas que em 2015; os maiores quantitativos de audiências agendadas e realizadas, 15% a mais que no evento passado em ambos os casos; pela primeira vez em oito anos de evento o número de audiências realizadas alcançou o patamar de 12 mil; e a maior quantidade de acordos homologados nos oito anos de evento, com 4.066

A Semana Nacional de Conciliação é uma mobilização anual para a seleção de processos com possibilidade de acordo

conflitos conciliados entre os dias 21 a 25 de novembro de 2016, cerca de 8% a mais que em 2015.

Promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, a Semana Nacional da Conciliação é uma campanha de mobilização anual, que envolve todos os tribunais brasileiros na seleção de processos com possibilidade de acordo e intimação das partes envolvidas para solucionar o conflito.

No Pará participaram 209 unidades judiciárias e 6 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), da

capital e do interior do Estado. Foi feito o agendamento prévio de 12.779 audiências em mais de 12 mil processos. Os resultados foram apurados de forma eletrônica pelo Sistema de Mobilizações do TJPA, criado especificamente para eventos dessa natureza. As unidades judiciárias receberam de suprimentos de fundos o montante de R\$ 6,8 mil reais. As 25 unidades que solicitaram o auxílio financeiro receberam valores entre R\$ 48,00 e R\$ 400,00.

A média diária de participação foi de 164 magistrados, 277 conciliadores e 335 colaboradores. Entre os dias 21 e 25 de novembro, eles atenderam a mais de 21 mil pessoas, média de 4.202 atendimentos diários. A média de atendimento

por magistrado foi de 26 pessoas ao dia.

O maior número de atendimentos foi nas unidades judiciárias de juízo comum, cerca de 69% do total, seguido dos Juizados Especiais, com 31%. Com 12.335 audiências, a Semana Nacional de Conciliação realizou 86% das 14.321 audiências previamente agendadas, e cerca de 33% delas resultaram em acordos: foram 4.066 acordos, com um montante negociado de mais de 14 milhões de reais, média de R\$ 3.633,70 por acordo.

Das mais de mil audiências de conflitos pré-processuais marcadas, cerca de 80% foram realizadas, com 343 acordos. O resultado deve-se à atuação das unidades judiciais e dos Cejuscs da capital e do interior.

Semana Nacional de Conciliação atendeu a mais de 21 mil pessoas, média de 4,2 mil atendimentos diários



ÉRIKA NUNES

BOAS PRÁTICAS

EXPANSÃO

TECNOLOGIA

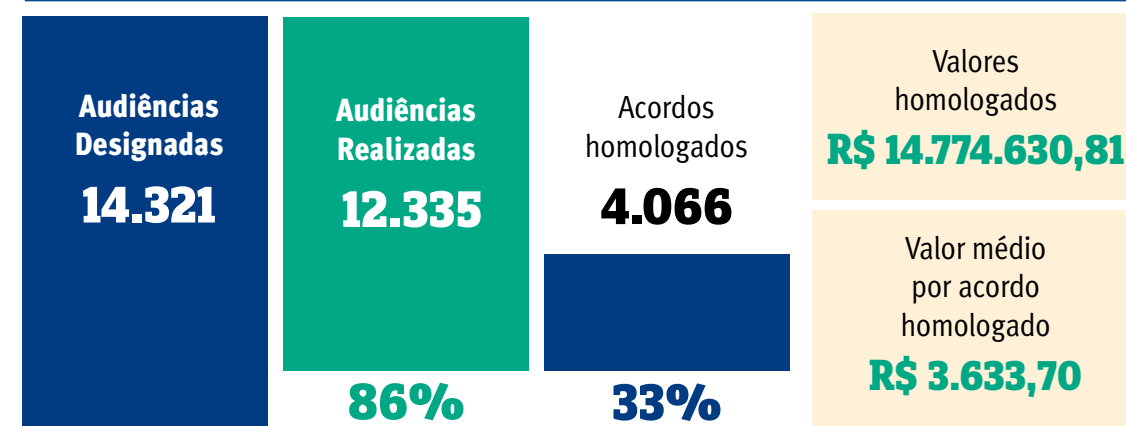
INSTITUCIONAL

Mais de 6,9 mil pessoas foram atendidas nas unidades judiciárias da Região Metropolitana de Belém, média de 1.389 pessoas por dia de evento.

Em média, 53 juízes de direito trabalharam diariamente, atendendo a aproximadamente 26 pessoas por dia. As unidades da Região Metropolitana de Belém atenderam cerca de 7% mais pessoas que em 2015, o maior montante de atendimento das últimas cinco edições. Na RMB, o maior número de atendimentos foi nas unidades judiciárias de Juizado Especial: 4.123, cerca de 60% do total. Nas de juízo comum foram atendidas 2.766 pessoas, o

equivalente a 40% do total. Cerca de 4 mil audiências foram designadas para a Semana da Conciliação na RMB, das quais 3.560 foram efetivamente realizadas, o equivalente a 87% de realização. Foram homologados 922 acordos, que resultaram em um montante de R\$ 1,8 milhão negociados. Em 2016, registraram-se os maiores quantitativos de audiências agendadas e realizadas das últimas edições da Semana da Conciliação na RMB, superiores na ordem de 6% e 15%, respectivamente. Houve uma pequena queda no número de acordos homologados em relação ao ano anterior, o equivalente a 7%.

Semana Nacional de Conciliação 2016 - Geral



FONTE: SISTEMA DE MOBILIZAÇÕES DO TJPA; COMPILAÇÃO: COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA TJPA

Unidades judiciárias atenderam a 14 mil pessoas no interior

Mais de 14 mil pessoas foram atendidas nas unidades judiciárias no interior durante a Semana Nacional de Conciliação 2016, cerca de 2.813 por dia de evento. Em média, 111 juízes de direito trabalharam diariamente, atendendo a aproximadamente 25 pessoas por dia.

As unidades do interior atenderam a cerca de 30% mais pessoas que em 2015. Foi o maior montante de atendimento de partes das últimas cinco edições do evento nacional no interior do estado.

O maior número de atendimentos foi nas unidades de juízo comum: 11.741, cerca de 83% do

total. Nas de Juizados Especiais foram atendidas 2.322 pessoas, ou 17%.

Mais de 10,2 mil audiências foram designadas no interior, das quais 8.775 ou 86% do total foram realizadas. Houve 3.144 acordos homologados, resultando num montante de R\$ 12,9 milhões negociados, pouco mais de R\$ 4 mil por processo.

No interior, o número de audiências agendadas e realizadas foi superior aos registrados em 2015, em 20% para as agendadas e em 16% para as realizadas, com o maior número de acordos homologados dos últimos anos no interior, superando

em cerca de 13% o quantitativo de 2015.

No interior, 86% das audiências foram agendadas pelas unidades de juízo comum, que realizaram também 86% de todas as 7,5 mil audiências nessas localidades. O juízo comum ainda logrou êxito na homologação de 87% dos acordos no interior. Os 13%, foram homologados nos Juizados Especiais.



ÉRIKA NUNES

A juíza **Kédima Lyra**, coordenadora estadual da Semana Nacional de Conciliação, supervisiona uma rodada de conciliação durante o evento

Comissão organizadora foi constituída em maio de 2016

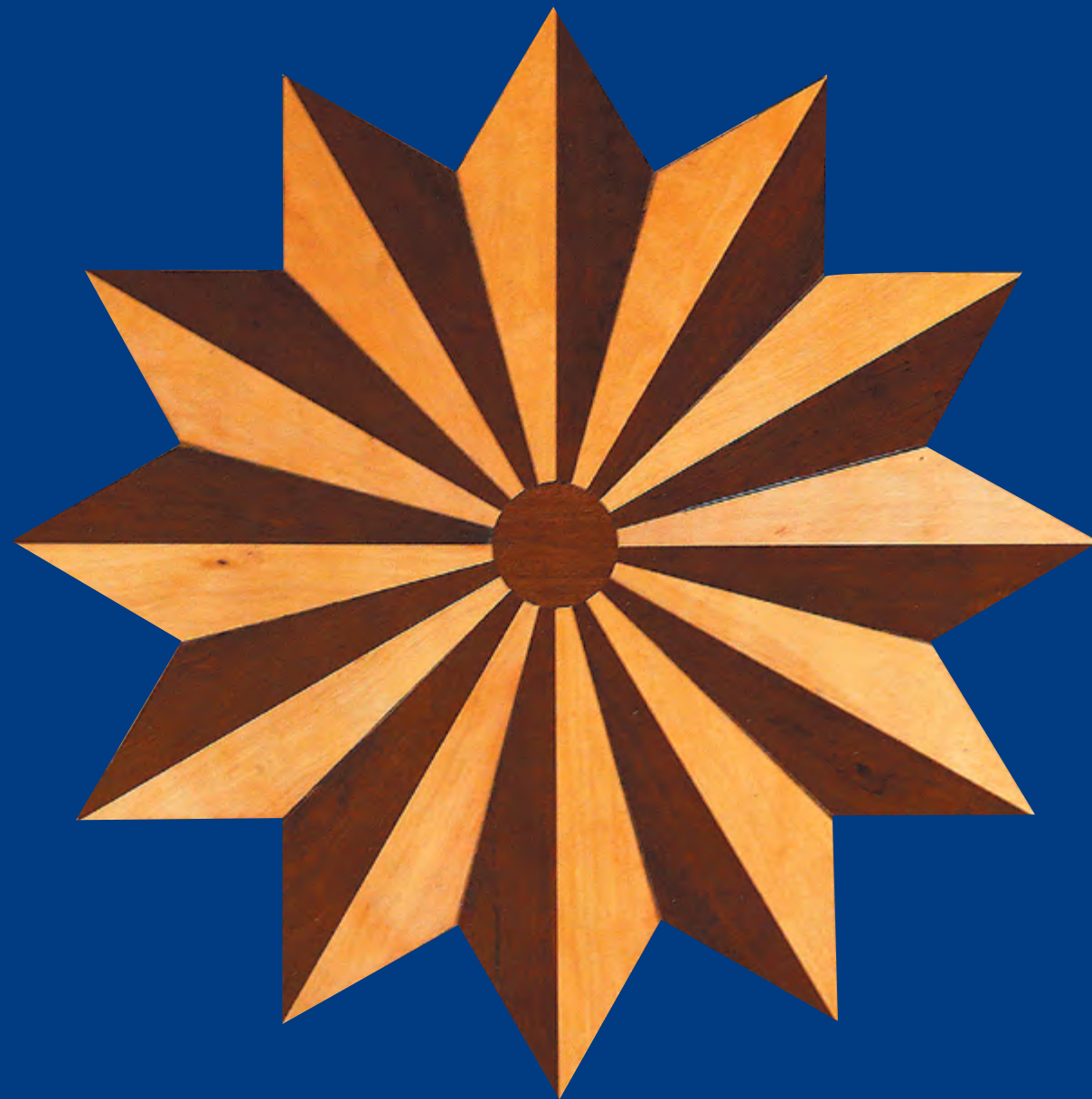
O Tribunal de Justiça do Pará constituiu a comissão organizadora do Movimento pela Conciliação em 19 de maio de 2016, por meio da Portaria nº 2.338/2016-GP, com a seguinte composição:

- > Coordenador Geral: Des. Constantino Augusto Guerreiro, Presidente do TJPA;
- > Coordenadora da XI Semana Nacional da Conciliação 2016 - Dra. Kédima Pacífico Lyra, 1ª Vara de Execução Fiscal;
- > Vice-Coordenadora - Dra. Ana Angélica Abdulmassih Olegário, Juíza Auxiliar da Presidência;

> Participantes:

- > Des. Diracy Nunes Alves - Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém;
- > Des. Maria do Céu Maciel Coutinho - Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior;
- > Des. Vânia Valente Couto Fortes Bitar Cunha - Coordenadora Geral dos Juizados Especiais;
- > Des. Dahil Paraense de Souza - Coordenadora Geral do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC);

Boas práticas



SUSTENTABILIDADE	
Descarte consciente e logística sustentável distinguem o TJPA	60
PADRONIZAÇÃO	
Nova estratégia de produção melhora a gestão das secretarias judiciais ...	64
ATENDIMENTOS	
Judiciário zela pela paz no campo	66
Ouvidoria: pedidos de informação prevalecem sobre as reclamações	68
MARIA DA PENHA	
Judiciário se mobiliza para combater violência contra as mulheres no Pará	70
CRIANÇA E ADOLESCENTE	
CEIJ: cinco anos de compromisso com os direitos da infância e da juventude	78
VIOLÊNCIA	
Combate ao abuso contra crianças e adolescentes envolve as escolas	81
SISTEMA CARCERÁRIO	
Mutirões revogam 1,7 mil prisões desnecessárias em todo o Estado	84
ESTÍMULO À LEITURA	
Biblioteca incentiva o encontro da comunidade com a arte e a cultura	88
EXECUÇÃO PENAL	
“Começar de Novo” dá oportunidade de reintegração social aos apenados	98
AGENDA SOCIAL	
Gestão fundamentada em solidariedade e cidadania	104

BOAS PRÁTICAS

EXPANSÃO

TECNOLOGIA

INSTITUCIONAL

Sustentabilidade

Descarte consciente e logística sustentável distinguem o TJPA

Coleta seletiva e redução do uso de recursos são pressupostos da política de desenvolvimento sustentável do Judiciário

O Programa Descarte Consciente foi premiado em novembro de 2016 pela Associação Brasileira de Recursos Humanos, Seção Pará (ABRH – PA), como boa prática em gestão de pessoas, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. O programa do TJPA obteve a terceira colocação na categoria “Projetos que promovem desenvolvimento sustentável no Estado do Pará”.

O gerenciamento dos resíduos sólidos reduz o aquecimento global, economiza recursos naturais finitos, prolonga a vida útil dos aterros sanitários, promove a inclusão socioeconômica dos catadores e fortalece essa atividade econômica.

O programa atua na gestão e gerenciamen-

to de resíduos gerados pelo Judiciário e estimula o descarte adequado do que é produzido na casa de magistrados, servidores e terceirizados, fortalecendo a coleta seletiva para garantir a integral proteção ao meio ambiente.

De agosto de 2015 a outubro de 2016 foram coletadas e destinadas à reciclagem mais de 39 toneladas de resíduos. De janeiro de 2015 a outubro de 2016 foram destinados 22,8 toneladas de resíduos às cooperativas de reciclagem.

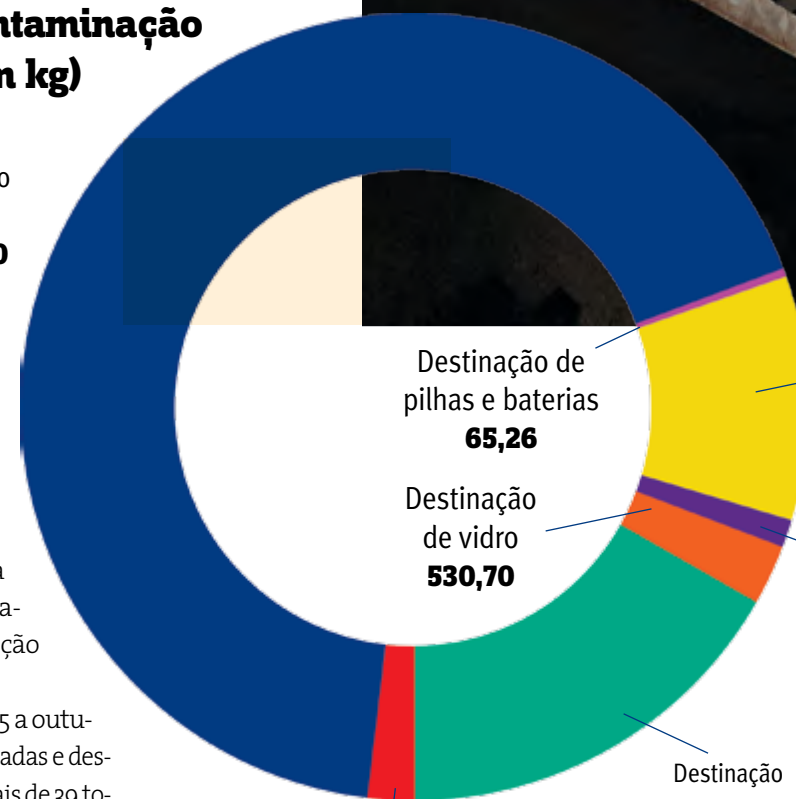
PLS

O Tribunal de Justiça do Pará instituiu o Plano de Logística Sustentável (PLS) e criou uma

Gerenciamento dos resíduos reduz o aquecimento global, economiza recursos e prolonga a vida útil dos aterros sanitários

Destinação de resíduos para reciclagem ou descontaminação (em kg)

Destinação de papel
15.755,30



22.810,60
Material reciclável destinado a cooperativas

2.534,51
Média de material reciclável destinado a cooperativas

FONTE: TJPA / NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL



RICARDO LIMA

O projeto **Descarte Consciente**, do TJPA, recebeu o prêmio da ABRH/PA, em terceiro lugar, como boa prática em gestão de pessoas

Comissão Gestora, em observância à Resolução Nº 201/2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Trata-se de instrumento do planejamento estratégico, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados para estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, de racionalização e de qualidade para melhorar a eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho.

PAPEL

O papel é coletado em caixas individuais reutilizadas do Setor de Arquivo, dispostas sob cada mesa para facilitar o descarte e a adesão à campanha. A coleta abrange papel, papelão, livros desatualizados, revistas e periódicos, jornais e embalagens *Tetra Pak*. Após pesagem, o material é enviado a sete cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

PLÁSTICO, METAL E VIDRO

A coleta é feita em embalagens individuais nas salas e em contêineres nos estacionamentos e corredores dos prédios. A coleta abrange todo tipo de plástico PP (polipropileno), que pode ser moldado mediante aquecimento termoplástico.

ÓLEO VEGETAL USADO

De agosto de 2015 a outubro de 2016 foram coletados e ambientalmente descartados 213,2 litros de óleo vegetal usado, que deixaram de poluir rios e danificar tubulações de esgoto, obstruir encanamentos residenciais e atrair ratos e baratas.

PNEUS

No mesmo período, 145 pneus usados foram enviados à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará, que promove curso profissionalizante de montagem de móveis. Os cursos são destinados a menores infratores e o produto final é comercializado em feiras e eventos do governo do Estado, com 20% da venda revertida às famílias dos adolescentes em conflito com a lei.

ELETRÔNICOS

Eletrônicos como celulares, computadores, monitores, periféricos, aparelhos de telefone, relógios etc. são coletados e destinados a projetos de inclusão digital com menores em situação de vulnerabilidade social e também enviados ao Laboratório de Sustentabilidade – LASSU, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, por meio do programa Descarte Legal, gerenciado pela OSCIP Instituto GEA – Ética e Meio Ambiente.

A coleta de resíduos como plástico, metal, vidro, baterias e celulares é feita no próprio TJPA, em espaços reservados especificamente para isso



A campanha Meias do Bem, entre servidores e magistrados, arrecadou 4,6 mil pares de meias usadas, recicladas e transformadas em cobertores doados às mães da Santa Casa

ÉRIKA NUNES

MEDICAMENTOS VENCIDOS

A coleta de medicamentos vencidos está disponível ao corpo funcional e ao público externo e foi iniciada para aperfeiçoar o gasto público na licitação para serviços de saúde do TJPA. O material é coletado nos termos da legislação vigente e descontaminado pela licitante vencedora, sem onerar o contrato. Mensalmente são coletados cerca de 30kg de medicamentos vencidos, que deixam de poluir o meio ambiente, em benefício da saúde pública.

PILHAS/BATERIAS

As pilhas e baterias são recolhidas e enviadas à Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), por meio do programa “Abinee recebe pilhas”, sem ônus para o TJPA. Os metais de revestimento externo são reciclados e os metais internos resultam em cádmio metálico, com pureza acima de 99,95%, vendido para fabricantes de baterias; o óxido metálico para fabricação de fogos de artifício, pisos cerâmicos, tintas e vidros; o cloreto de cobalto; o chumbo refinado e suas ligas e o níquel e o ferro para a fabricação de aço inoxidável. No ano

de 2016 foram coletados 68kg.

SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO

Os suprimentos de impressão são sustentáveis desde a aquisição, pois os editais verdes preveem a logística reversa, prevista no art. 33, da Lei 12.305/2010, que exige a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. De janeiro a outubro de 2016, mais de 3 toneladas de suprimentos de impressão foram enviadas à reciclagem, retornando ao ciclo produtivo e evitando a contaminação de metais pesados no meio ambiente.

NATAL SOLIDÁRIO

Para o Natal Solidário, o Núcleo Socioambiental desenvolveu a campanha “Meias do Bem”, estimulando a solidariedade entre os magistrados e servidores, que doaram 4.680 pares de meias usadas, que foram recicladas e transformadas em 117 novos cobertores, doados ao Abrigo São Vicente de Paulo e às mães da Santa Casa.

ÍNDICE

Padronização

Nova estratégia de produção melhora a gestão das secretarias judiciais

Metodologia para o trabalho das serventias judiciais melhora a qualidade do serviço jurisdicional

O

Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) adotou em 2016 a Nova Estratégia de Produção (NEP) para melhorar a gestão das secretarias judiciais. A NEP é um projeto bem sucedido no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo, que desenvolveu metodologia para os trabalhos das serventias judiciais e recebeu o Prêmio Inovare de Boas Práticas. Instituída pela Portaria nº 3192/2016-GP, a Coordenadoria de Padronização e Aperfeiçoamento de Boas Práticas do TJPA, com base nos resultados obtidos em processo de desenvolvimento organizacional realizado pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística junto às Varas de Fazenda Pública, fez a padronização das quatro Varas de Fazenda Pública, com orientação da diretora do Cartório do Futuro do

No Fórum Cível, 78% das serventias judiciais já estão padronizadas e o processo está sendo implementado no 2º grau

Tribunal de Justiça de São Paulo, Leila Lopes, e auxílio da equipe do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística do TJPA.

Os resultados já são positivos. No âmbito do Fórum Cível da Capital, 78% das serventias judiciais já estão padronizadas e o processo está sendo implementado no 2º Grau de Jurisdição. Os trabalhos abrangem também algumas Comarcas do Interior, que já funcionam segundo a NEP. Os resultados parciais já foram, inclusive, objeto de divulgação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que evidencia a relevância dos trabalhos para melhorar a prestação jurisdicional.

A primeira etapa da NEP envolveu as serventias judiciais do Fórum Cível da Capital e nas Câmaras Cíveis do TJPA. As ações foram levadas também a Comarcas do

ÉRIKA NUNES



Nova Estratégia de Produção padroniza as secretarias

interior, cujas serventias necessitem, prioritariamente, de melhoria na gestão de processos, de acordo com cronograma estabelecido pela Presidência.

Basicamente, a Coordenadoria readequou o acervo de processos no formato da NEP, padroniza as tramitações no sistema Libra de acompanhamento processual, redistribuiu tarefas dentre os servidores das serventias, garante maior especialização e ganho de produtividade e ajusta os espaços físicos das unidades para o correto funcionamento da nova metodologia.

A NEP garante às serventias judiciais segurança jurídica, tratamento isonômico, equidade no trâmite processual, especialização dos servidores e observância às determinações do CNJ para adoção da ordem cronológica dos feitos como critério dos trabalhos. Até dezembro de 2016, o TJPA assegurou a padronização integral das Serventias do Fórum Cível da Capital, bem como estabeleceu um processo de avaliação e monitoramento nas serventias que passaram a funcionar segundo a NEP, a fim de desenvolver mecanismos de aperfeiçoamento da metodologia.

Aterdimentos

Judiciário zela pela paz no campo

Garantir os direitos dos envolvidos em conflitos fundiários, zelar pela paz na zona rural, empenhar-se em favor da reforma agrária e pelo estabelecimento de um limite à propriedade e pela regularização fundiária. Essas são as missões da Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), cuja atuação tem sido distinguida pelo apoio intransigente aos povos da terra e das florestas, sobretudo para coibir assassinatos no campo.

A divulgação ampla, eficiente e transparente desse trabalho é feita no Portal do Tribunal, possibilitando ao cidadão acompanhar e participar das ações, legitimando o exercício do poder por meio de mecanismo de conexão/fiscalização, dentro de um contexto democrático, como preconiza a Constituição Federal.

A mediação é outro objetivo estratégico para as soluções dos conflitos agrários, evitando a violência no campo. Reuniões em Altamira, Marabá, Redenção, Santarém e Castanhal demandam providências dos poderes públicos para a execução do programa de reforma agrária e ações do programa Terra Legal para a regularização fundiária.

Prevista no atual Código de Processo Civil, a mediação tem contribuído para reduzir conflitos agrários, principalmente no sudoeste do Pará, em Anapu e Altamira. O acordo evita divergências nocivas às partes e à sociedade.

Na gestão atual, 22 reuniões foram agenda- das e contaram com a participação da Ouvidoria Agrária. Houve 19 pedidos de providência; um referendun e uma moção de Apoio.

VARAS AGRÁRIAS

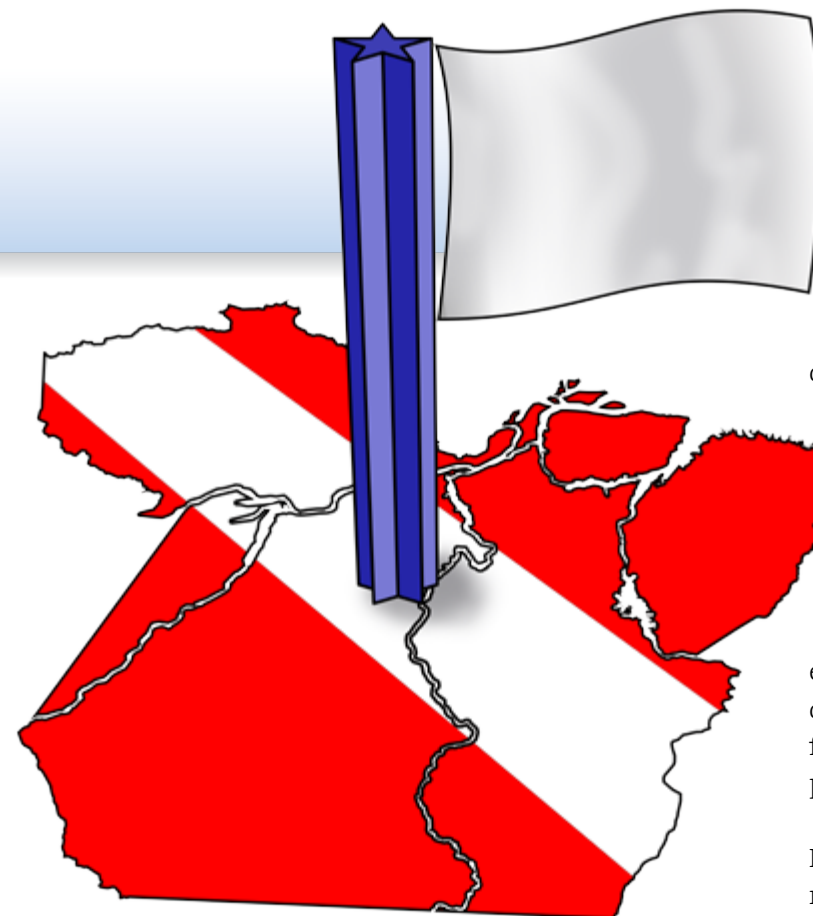
Os juizes das Varas Agrárias do Estado não têm economizado esforços para acelerar o andamento dos processos judiciais, informando sempre a Ouvidoria Agrária sobre o andamento.

O cumprimento de liminares, antes um entrave, está organizado e os juizes contam com um contingente de policiais treinados e aptos a fazer cumprir

a decisão dos magistrados.

Fundamental tem sido o apoio do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Procuradoria da República, Procuradoria Geral do Estado, Defensoria Pública, Iterpa, Incra, Segup, Fetagri, Co-

O cumprimento de liminares está organizado e os juizes contam com um contingente de policiais treinados e aptos a fazer cumprir a decisão dos magistrados



Constituída por representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil organizada, entre os quais Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado, Procuradoria Geral do Estado, Advocacia Geral da União, Ordem dos Advogados do Brasil, Instituto Nacional de Terras do Pará, Associação dos Notários e Registradores do Brasil, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra, a comissão acompanha os processos de grilagem, promove estudos sobre a questão fundiária, propõe medidas aos poderes constituídos para o ordenamento fundiário e que inibam fraudes à posse e à propriedade de grandes áreas rurais.

Importante ressaltar, também, a atuação da Procuradoria Geral do Estado, que conseguiu vários julgamentos favoráveis ao Estado em ações contra ato do Corregedor Nacional de Justiça em Pedidos de providências, que cancelava matrículas imobiliárias registradas em serventias extrajudiciais do interior do Pará.

INFORMAÇÃO

O Sistema de Proteção da Amazônia (SI-PAM) desenvolveu para a Comissão o Sistema de Informação Fundiária (SIGF), por meio do Censipam/UFPa e Ministério Público do Pará. O objetivo é garantir segurança jurídica e evitar conflitos provocados pela instabilidade fundiária na região, colocando os meios tecnológicos a serviço do fortalecimento e controle das decisões judiciais e administrativas e ampliando a transparência e a garantia de uma Justiça mais célere e eficiente no campo do Direito Agrário e Ambiental.

As demandas à Ouvidoria Agrária são registradas e tomadas as devidas providências pela Secretaria, que encaminha para despacho do Ouvidor Desembargador Otávio Marcelino Maciel, ou para a Desa. Filomena Buarque, Ouvidora Adjunta. Alguns assuntos são submetidos aos membros da Comissão que delibera por maioria de votos.

missão Pastoral da Terra, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), dentre outros.

As Corregedorias da Capital e do Interior também têm assegurado apoio à fiscalização e cobrança aos Cartórios de Registros de Imóveis dos serviços dos Cartórios, com base na legislação vigente, o que originou o Sistema de Registros de Imóveis Eletrônicos (SREI), imprescindível ao combate à grilagem e à manutenção de um sistema que garanta aos Registros Públicos e a segurança jurídica.

BOA PRÁTICA

A Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG), instituída por meio da Portaria nº 0271, de 31 de janeiro de 2007, foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ - Ofício-Circular 20/SG/2015), que a recomendou aos Tribunais como boa prática e modelo, aprovados pelo Pleno do TJPA, evidência da importância do trabalho realizado.

Ouvidoria: pedidos de informação prevalecem sobre as reclamações

Demandas são enviadas aos canais competentes para assegurar transparência à prestação jurisdicional

A

Ouvidoria Judiciária fez 2.174 atendimentos no biênio 2015-2017. No exercício de 2015 foram atendidas

1.295 demandas e, no de 2016, 979. Os pedidos de informação sobre o andamento de processos prevaleceram sobre as reclamações relacionadas à morosidade na tramitação de ações judiciais.

No biênio 2015-2017, os pedidos de informações perfizeram um total de 1.362 atendimentos, enquanto as reclamações relacionadas à morosidade no andamento dos processos somaram 976 atendimentos.

Em 2015, as solicitações de informações a respeito do andamento de processos somaram 762 atendimentos. Em 2016, foram 600 atendimentos.

As demandas relacionadas à morosidade

na tramitação de ações judiciais somaram 597 reclamações em 2015. Em 2016, foram 379.

Essas manifestações são enviadas ao Ouvidor Judiciário, para despacho, e posteriormente ao juiz do feito e/ou à Corregedoria competente. Quando se trata de processos do Juizado Especial, a manifestação é enviada ao coordenador ou à coordenadora dos Juizados Especiais, sempre informando ao cidadão sobre o direcionamento dado.

Em 2015, houve mais 21 atendimentos relacionados a denúncias, agradecimentos e elogios.

CONTATOS

Os contatos com a Ouvidoria são feitos pelo Sistema de Gestão na internet, por e-mail ou pessoalmente. As Corregedorias

No biênio 2015-2017, os pedidos de informações somaram 1.362 atendimentos, contra 976 reclamações de morosidade



AIRTON NASCIMENTO

tamente ao manifestante, com cópia à Ouvidoria, que informa ao cidadão sobre o encaminhamento para que aguarde a resposta. Somente após o recebimento da cópia solicitada, o expediente é arquivado, mantendo-se assim o controle sobre o atendimento.

de Justiça da Capital e do Interior também encaminham demandas relacionadas à morosidade na tramitação de processos.

Em 2015, das 1.295 demandas apresentadas, 411 vieram pelo Sistema de Gestão da Ouvidoria, 646 por e-mail e 238 foram feitas pessoalmente.

Em 2016, das 979 manifestações recebidas, 887 foram feitas por e-mail e 92, pessoalmente.

Canal de comunicação entre a sociedade e o Poder Judiciário do Pará, a Ouvidoria recebe e envia aos setores competentes, com pedidos de providências, reclamações, críticas, elogios, solicitações de informações e sugestões dos cidadãos, com o objetivo de assegurar transparência à prestação jurisdicional.

As manifestações sobre assuntos relacionados à administração do TJPA são enviadas ao setor competente, por e-mail, com solicitação de resposta dire-

PROVIDÊNCIAS

Os atendimentos pessoais são registrados em fichas próprias, onde são anotados os dados pessoais do cidadão, a sua manifestação e o direcionamento ao caso.

A falta de resposta à solicitação por setores administrativos ou judiciais é levada ao conhecimento da Presidência do Tribunal ou ao Órgão Correcional, conforme o caso, para as providências cabíveis.

Satisfeito o objeto da demanda, é feito o seu arquivamento em pasta própria, junto a todas as informações sobre a resolução.

Maria da Penha

Judiciário se mobiliza para combater violência contra as mulheres no Pará

Estado reforça a mobilização nacional para combater a impunidade dos chamados crimes de gênero e promover a proteção às vítimas de violência

O enfrentamento à violência contra a mulher no Estado avançou de forma significativa no âmbito do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), no biênio 2015-2017, quando foram realizadas seis etapas da mobilização nacional desencadeada pela então vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, a partir de 2015, consubstanciada na campanha Justiça pela Paz em Casa – Paz Nossa Justa Causa. No Pará, a campanha movi-

Os mutirões são complementados por ações de cidadania, com atendimento jurídico, orientação sobre direitos etc.

mentou 6,6 mil processos, privilegiando audiências e julgamentos de crimes contra a mulher.

Os mutirões são complementados sempre com ações de cidadania, que garantem atendimento jurídico, orientação sobre os direitos da mulher, emissão de documentos, consultas com clínico geral e pediatra, além de testes rápidos de HIV e sífilis às participantes. A evolução positiva dos mutirões relacionados à campanha nacional pode ser acompanhada na tabela da página ao lado.



ÉRIKA NUNES

A evolução dos mutirões

Mutirões Justiça pela Paz

ETAPA	AUDIÊNCIAS	JÚRI	MEDIDAS PROTETIVAS	DECISÕES/ DESPACHOS	ARQUIVAMENTO	SENTENÇAS	PROCESSOS MOVIMENTADOS
1ª	316	05	44	0	0	100	465
2ª	913	02	38	1.401	0	545	2.899
3ª	491	04	75	622	0	306	1.498
4ª	379	0	114	441	0	248	1.182
5ª	957	02	332	2.912	16.187	1.284	6.674
6ª	772	0	437	2.702	655	765	5.331

Mutirões de Bairros

1ª	166	-	-	307	258	492	1.223
2ª	159	-	-	382	265	601	1.407
3ª	131	-	-	573	388	437	1.529

Mutirões de Arquivamentos

-	-	-	-	-	28.243	-	-
---	---	---	---	---	--------	---	---

Totais de processos

Mutirões Justiça pela Paz	18.049
Mutirões dos Bairros	4.159
Mutirões de Arquivamentos	28.243
Total	50.451

FONTE: TJPA / COORDENADORIA ESTADUAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Rede de proteção é fortalecida no interior

O fortalecimento da rede de proteção à mulher não se restringe à capital. Entre maio e junho de 2015, o TJPA participou da Oficina pela Cidadania das Mulheres Marajoaras, nos municípios de Breves e Soure. O objetivo foi institucionalizar, fortalecer e acompanhar a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência no arquipélago.

Promovido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, o evento traçou um Plano de Ação integrado de políticas públicas especializadas para a região, para assegurar maior acesso à informação sobre direitos, serviços e políticas públicas à disposição das mulheres vítimas de violência.

Em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), o TJPA participa também do programa “Mulher Viver Sem Violência”, que integra a rede de serviços públicos de atendimento, amplia e garante acesso aos serviços às mulheres em situação de violência.

Em 2015, o TJPA participou das atividades desenvolvidas nos municípios de Igarapé-Miri, Barcarena, Moju, Abaetetuba, Igarapé-Açu, Curuçá, São Francisco do Pará e Maracanã, promovendo audiências, orientação jurídica de proteção à mulher e ações para prevenir e erradicar a violência de gênero.



RICARDO LIMA



No Marajó, durante as discussões da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência

Nos canteiros de obras, com os operários, disseminando informações sobre a Lei Maria da Penha

DIVULGAÇÃO

Boas práticas envolvem mutirão e palestras a operários

O projeto Mutirão de Bairros, idealizado pelo presidente do TJPA, desembargador Constantino Augusto Guerreiro, merece destaque entre as ações de apoio à atividade jurisdicional pelo alcance social da iniciativa que objetiva julgar e dar celeridade aos processos originários dos bairros, priorizando-se os com maior índice de violência para combater a impunidade e coibir futuras violências. O mutirão foi dividido em etapas, das quais as 1ª e 2ª ocorreram nas três Varas de Violência Doméstica da capital, com a participação dos juizes titulares e auxiliares, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

A 1ª etapa, entre 13 a 17 de junho de 2016, movimentou 1.223 processos do bairro do Guamá. A 2ª Etapa, de 19 a 23 de setembro de 2016, movimentou 1.407 processos nos bairros da Pedreira e Marco.

Na 3ª etapa, envolvendo os bairros do Juru-

nas, Marambaia, Coqueiro, Tapanã e adjacências, o Mutirão de Bairros movimentou 1.529 processos no período de 21 a 25 de novembro.

Mutirões nos bairros com maior índice de violência contra a mulher causam impacto imediato no cotidiano das comunidades nessas áreas, pois mostram a disposição do Judiciário de punir os agressores de forma célere para conter a violência.

MÃOS À OBRA

O projeto “Mãos à obra” é outra iniciativa para consolidar a rede de atendimento à mulher, mas a partir da orientação aos trabalhadores de pequenas e grandes empresas, sobre o combate à violência de gênero. O projeto é voltado aos trabalhadores da construção civil, empresas de transporte, policiais, bombeiros e militares.

O início se deu durante a semana de comemoração do 10º aniversário da Lei Maria da Penha, em setembro de 2016. No dia 18, no canteiro de obras do edifício Sunset Boulevard, na Doca de Souza Franco, centro de Belém, técnicas da equipe multidisciplinar da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica do TJPA ministraram a palestra do projeto piloto “Mãos à obra: trabalhadores no combate à violência contra a mulher”, com a participação de 100 operários. No dia seguinte, no canteiro de obras do Conjunto Residencial Viver Primavera, na Estrada do Ranário, Tapanã, cerca de 200 operários também se reuniram para ouvir a palestra. A parceria firmada com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (Sinduscon) prevê que, a cada 15 dias, haja uma palestra sobre o tema em um canteiro de obras da Região Metropolitana de Belém.

ABRIGOS

Junto com os demais representantes da

rede de atendimento à mulher, a Coordenadoria tem visitado os abrigos de mulheres, estadual e municipal, e constatado a estrutura adequada e apta a receber até 20 vítimas de violência, com atendimento 24 horas e nos finais de semana, em regime de plantão.

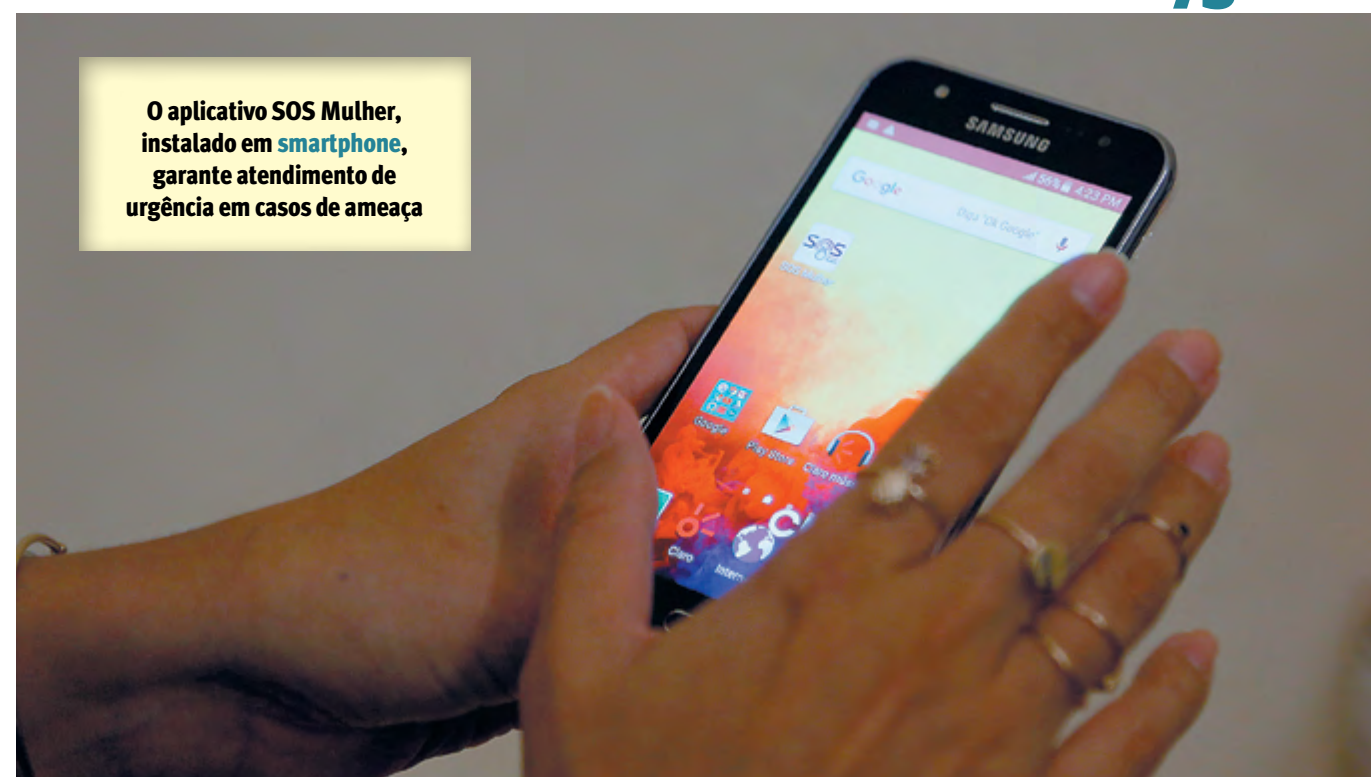
PRESCRIÇÃO

Durante o Encontro Regional do Judiciário, em abril de 2015, em Santarém, a Coordenadoria falou aos servidores sobre a qualificação do pessoal que integra a rede de proteção e atendimento para abordar o tema nas escolas, como forma de prevenção. Também discutiu formas de prevenir e coibir a prescrição dos feitos relacionados à violência doméstica, sugerindo o uso de tarjas de cor diferenciada nas capas dos processos e etiquetas para controle de data de prescrição, tudo para assegurar a prioridade dos processos que envolvem atentados à integridade da mulher.



Centro de monitoramento do SOS Mulher, aplicativo de celular pelo qual as mulheres sob medidas protetivas podem pedir socorro urgente contra ameaças

ERIKA NUNES



RICARDO LIMA

O aplicativo SOS Mulher, instalado em smartphone, garante atendimento de urgência em casos de ameaça

Parcerias institucionais reforçam as medidas protetivas em favor das vítimas

As parcerias institucionais firmadas pelo TJPA também melhoraram a eficiência do atendimento da rede de proteção, tornando mais efetiva a concessão e a fiscalização das medidas protetivas de urgência determinadas pelos juízos.

Em agosto de 2015, o TJPA firmou termo de cooperação técnica e instalou uma representação no Polo Propaz Mulher, do governo do Estado, que reúne, no mesmo espaço, representantes do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria. O sistema de cooperação, entre as três instituições, resulta na imediata avaliação dos pedidos liminares de medidas protetivas.

No mesmo mês, foi firmado convênio com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), PM e Pro Paz para viabilizar o Projeto Patrulha Maria da Penha, de fiscalização das medidas protetivas deferidas pelos juízes da capital, consideradas de extrema necessidade. O objetivo

é prevenir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher.

SOS MULHER

Em 11 de abril de 2016, acordo de cooperação técnica foi firmado com a Prefeitura de Belém, instituindo o Sistema SOS Mulher, aplicativo de telefonia móvel que localiza a vítima via GPS, acionando a Central da Guarda Municipal, com deslocamento rápido da viatura mais próxima para prestar socorro em caso de iminente agressão. Já foram entregues 30 aparelhos e, posteriormente, novos smartphones serão disponibilizados às vítimas.

O acordo assegura efetividade às medidas protetivas de urgência aplicadas em favor de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, previamente selecionadas pelos juízes das Varas especializadas da capital.



DIVULGAÇÃO

Palestras sobre violência doméstica e a Lei Maria da Penha ajudam a criar uma consciência contra a violência de gênero

O aplicativo foi desenvolvido pela Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará (Prodepa) e pela Companhia de Informática de Belém (Cinbesa), integrado ao Sistema de Monitoramento da Guarda Municipal de Belém. Não houve custos para o Judiciário.

JORNADAS

Em agosto de 2015, o Tribunal participou da IX Jornada Maria da Penha e do Seminário Internacional das Magistradas da América Latina e do Caribe e os Direitos Humanos das Mulheres, em São Paulo; e do Seminário Internacional sobre Violência de Gênero e Feminicídio, no Rio de Janeiro.

As jornadas Maria da Penha ocorrem desde 2007, para que os magistrados apresentem políticas, práticas e ferramentas utilizadas pelo

Judiciário no combate à violência doméstica, auxiliando na implantação das varas especializadas nos estados brasileiros, incentivando a uniformização de procedimentos das varas especializadas. As jornadas possibilitaram a criação do Fórum Permanente de Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid).

Em agosto de 2016, o TJPA também esteve presente na X Jornada Maria da Penha, no Supremo Tribunal Federal, e apresentou o projeto “Mãos à obra - Trabalhadores Difundindo uma Cultura de Paz e Respeito à Mulher”, cujo objetivo é levar à comunidade e à rede de atendimento à mulher informações sobre prevenção, combate e erradicação da violência doméstica.

Projetos difundem cultura de paz e respeito às mulheres

Três projetos voltados a diferentes segmentos da sociedade também atuam para difundir a cultura de paz e respeito às mulheres. O projeto “Casa: Nosso Templo de Paz - Instituições religiosas no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher” esclarece aos fiéis de comunidades religiosas sobre os pressupostos da cultura de paz e respeito à mulher, promovendo integração familiar, por meio de palestras sobre prevenção e erradicação da violência de gênero.

O projeto “Escola: aqui também é lugar de aprender a enfrentar a violência de gênero” atua junto a estudantes, pais, professores, funcionários das escolas públicas e privadas da Comarca de Belém, com palestras, direcionadas aos alunos, professores, funcionários da escola, pais e responsáveis. O projeto leva em conta que profissionais da educação são importantes agentes de transformação social, combatendo posturas e atitudes que reforçam a violência contra a mulher.

O projeto envolve escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental (a partir do 4º até o 9º ano); Ensino Médio; Educação de Jovens e Adultos (noturno) e os integrantes do Projeto Escola da Vida, do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, que têm entre 10 e 15 anos e somam aproximadamente 500 crianças e adolescentes só em Belém.

O projeto “Não Se Cale – Denuncie” informa as mulheres que registram ocorrências de violência doméstica sobre os procedimentos administrativo e judicial e os direitos e garantias da Lei Maria da Penha, em especial a investigação e o processo judicial. O objetivo é identificar o motivo da baixa quantidade de registros de ocorrência de violência doméstica, verificar os fatores que influenciam a permanência do relacionamento com o agressor, encaminhar as mulheres a acompanhamento psicológico, proporcionando um atendimento contínuo à vítima, em especial nos casos de absolvição por falta de provas.

Infância e adolescente

CEIJ: cinco anos de compromisso com os direitos da infância e da juventude

Programa de apadrinhamento afetivo e reforço às ações contra o trabalho infantil são alguns destaques

A garantia dos direitos de cidadania a crianças e adolescentes é o principal eixo de atuação da Coordenadoria

Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Pará (CEIJ/TJPA). No biênio 2015-2017, foram elaboradas e enviadas à Presidência do TJPA as minutas de Projeto de Lei para instituir a Coordenadoria, seu Regimento Interno e o Manual de Procedimentos dos feitos da Infância e Juventude.

Houve também aprimoramento e atualização do link da CEIJ no Portal do TJPA, elaboração do fluxo de acompanhamento dos Cadastros do CNJ, efetivação do acesso aos dados do Sistema Libra de Acompanhamento Processual, inclusão de experiências exitosas da Infância no banco de boas práticas do TJPA e promoção do seminário referente aos cinco

anos de atuação da Coordenadoria.

Foi constituído também Grupo Interinstitucional de Estudos sobre Justiça Restaurativa, com a promoção de seminários e palestras para difundir os conhecimentos sobre um novo paradigma não punitivo, baseado em valores como a reparação dos danos do delito aos envolvidos – vítima, ofensor e comunidade – e, quando possível, a reconstrução das relações rompidas.

Justiça restaurativa traz um novo paradigma não punitivo, baseado na reparação de danos do delito cometido pelo adolescente

Foram realizados o seminário sobre Justiça Restaurativa “A paz pede a palavra”; videoconferência com Howard Zehr, um dos pioneiros da nova prática; oficina de práticas restaurativas: Círculo de Diálogo, na Rede Escola Cidadã; Palestra sobre “Como Lidar com o Conflito”, em parceria com a Universidade Federal do Pará; participação no Seminário “Infância e Escola”, promovido pela Vara da



RICARDO LIMA

Oportunidades de formação para jovens em conflito com a lei é uma das preocupações da CEIJ

Infância e da Juventude de Castanhal; realização de “Círculo de Paz”, na Escola Santo Afonso “Respeito às Diferenças e à Cultura de Paz nas Escolas”; “Círculo de Paz”, no Centro de Atenção Psicossocial.

CONTA COMIGO

O Programa de Apadrinhamento Afetivo Conta Comigo, que atende a crianças e adolescentes que vivem nos espaços de acolhimento, foi aperfeiçoado por novas diretrizes e normas de execução, reguladas pela Portaria nº 01/2016-CEIJ, publicada no Diário da Justiça de 17/08/2016.

A CEIJ também participou de ações contra o trabalho infantil, promovidas pelo Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente (FPETIPA); e dos lançamentos da Campanha Nacional “Não ao Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva” e do Plano Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.

CONHECENDO MINHA HISTÓRIA

A Portaria nº 0827/2014-GP instituiu o Pro-

grama de Digitalização Conhecendo Minha História, que consiste na digitalização dos processos de adoção e seus correlatos, a fim de garantir a consulta a qualquer tempo, prevista no § 8º do art. 47 do ECA. O programa obedece a um cronograma organizado para recolhimento desses processos. Em 2015, houve recolhimento, higienização e digitalização de 3.597 processos de destituição do Poder Familiar e de Adoção. Em 2016, foram recolhidos e higienizados 202 processos, mas a digitalização ficou pendente por causa da manutenção das máquinas digitalizadoras. Em 2016, foi realizada a divulgação do programa na imprensa local, por ocasião da comemoração do Dia Nacional da Adoção, em 25 de maio.

O aprimoramento das medidas socioeducativas foi assegurado pela assinatura de Convênio de Cooperação Técnica nº. 034/2016, entre a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa) e TJPA, para incluir adolescentes atendidos pela instituição em atividades laborais no TJPA; e também pelo Termo de Cooperação Técnica para Atendimento em Oficinas Terapêuticas, entre a faculdade Escola Superior da Amazônia (Esamaz), TJPA e Fasepa.



O projeto **Minha Escola, Meu Refúgio** orienta a comunidade escolar sobre como reconhecer sinais que indicam violência e abuso contra crianças e jovens

Violência

Combate ao abuso contra crianças e adolescentes envolve as escolas

Projeto esclarece como a comunidade escolar pode intervir ao constatar qualquer tipo de violência contra crianças e jovens

O

Projeto Minha Escola, Meu Refúgio completou dois anos em maio de 2016 e já esteve em 19 escolas públicas municipais de Belém,

mobilizando diretoras, coordenadoras pedagógicas e professoras para a prevenção e combate à violência contra crianças e adolescentes.

Durante as ações são discutidas dificuldades e solicitadas orientações sobre casos práticos com os quais o corpo técnico pedagógico se depara nas escolas.

O projeto foi elaborado após uma constatação feita a partir dos processos que tramitam na Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes: a maioria dos casos de violência contra a infância e a juventude ocorre no ambiente intrafamiliar, sobretudo os que envolvem crimes contra a dignidade sexual.

Por envolverem como autores o padrasto, o pai biológico, o avô, o tio ou outro parente próximo, esses casos com frequência não são comunicados à autoridade competente

por familiares da vítima, que se sente sozinha e indefesa, sem saber a quem recorrer para proteger seus direitos e combater a violação de suas garantias.

A escola é o segundo espaço mais frequentado pela criança e pelo adolescente depois do lar, sendo o local onde crianças e adolescentes também estabelecem vínculos de confiança e de afetividade.

Os educadores são, portanto, figuras de referência aos quais os alunos podem confiar o relato de algum tipo de violência de que estejam sendo vítimas e pedir ajuda, quebrando o silêncio que tanto os prejudica.

Família é responsável pela maioria dos casos de violência contra a criança e o jovem, especialmente os abusos sexuais



Constelação sistêmica dá apoio a soluções consensuais e justas

O Tribunal de Justiça do Pará foi o primeiro do País a adotar institucionalmente o método da Constelação Sistêmica, como instrumento de apoio à solução consensual de controvérsias e orientação das decisões dos magistrados. Trata-se de uma ferramenta que permite observar as dinâmicas ocultas das relações, de forma breve e vivencial, possibilitando a real percepção do problema a partir de vários ângulos, para entender o comportamento e responsabilidade

de cada parte envolvida no conflito e identificar atitudes que possibilitam a mudança de comportamento. A constelação sistêmica permite ao magistrado perceber o conflito em suas múltiplas dimensões e construir uma solução consensual, mais justa e equânime para o problema. O projeto foi iniciado em junho de 2016, com treinamento de servidores da 2ª e da 4ª Varas de Família. Em agosto de 2016, iniciou-se a execução, com a triagem de processos e designação de

A garantia dos direitos à **infância e à juventude** norteia as ações do Judiciário em várias frentes

sessões individuais, com cada uma das partes, e mais uma sessão na qual os envolvidos tiveram a oportunidade de conversar, frente a frente, na presença da consteladora. As sessões ocorrem às sextas, no horário forense.

O lançamento oficial do Projeto ocorreu no dia 30 de agosto de 2016 e ele poderá ser estendido a diversas outras unidades judiciárias, além das Varas de Família já envolvidas no Projeto Piloto.

Banco de dados concentra informações de ações coletivas

Como ação de apoio à atividade judicante foi criado banco de informações de ações coletivas, com apresentação do projeto e divulgação, por meio de matérias na imprensa, nos portais do TJPA e na mídia, bem como peças de comunicação física.

Sistema carcerário

Mutirões revogam 1,7 mil prisões desnecessárias em todo o Estado

Mais de sete mil processos foram analisados para verificar a legalidade das prisões temporárias

Sete mil e setecentos processos revisados, 1,7 mil prisões desnecessárias revogadas, mais de sete mil mantidas. Este foi o saldo dos três mutirões carcerários de presos provisórios organizados, no biênio 2015-2017, pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

O primeiro mutirão envolveu 97 comarcas, entre 6 e 10 de abril de 2015, durante o qual fo-

GMF recomenda remição por leitura, xadrez, participação desportiva, ensino regular ou capacitação profissional

ram revisados 3,7 mil processos, com 939 prisões revogadas e 3,2 mil mantidas.

O segundo mutirão, entre 24 e 28 de agosto de 2015, mobilizou 93 comarcas e 128 varas criminais, durante o qual foram revisados 3.793 processos, com 739 prisões revogadas e 3.811 mantidas.

Em 2016, o mutirão envolveu as comarcas de Santarém, Alenquer, Oriximiná e Almeirim, quando foram revisados 252 processos, com 35 prisões revogadas e

DIVULGAÇÃO



O Des. Ronaldo Vale, coordenador do GMF se reúne com juízes, em Santarém, para o mutirão carcerário que revisou 252 processos

41 audiências designadas.

O GMF também recomendou a todos os juízes de Execução Penal, em 2016, que adotassem a remição da pena pela leitura, por formação em curso básico de xadrez e participação desportiva, pelo trabalho externo e pela frequência a curso de ensino regular ou de edu-

cação profissional, aos que estejam em regime aberto ou semiaberto. A finalidade é fomentar a capacitação profissional e a reinserção social dos presos.

As recomendações se fundamentam na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e na Lei de Execução Penal - art. 126, § 6º. A Superintendência do Sistema Penitenciário foi orientada a determinar aos diretores de estabelecimentos penais o levantamento das hipóteses de remição e a enviar a documentação aos juízes de execução para os procedimentos cabíveis.

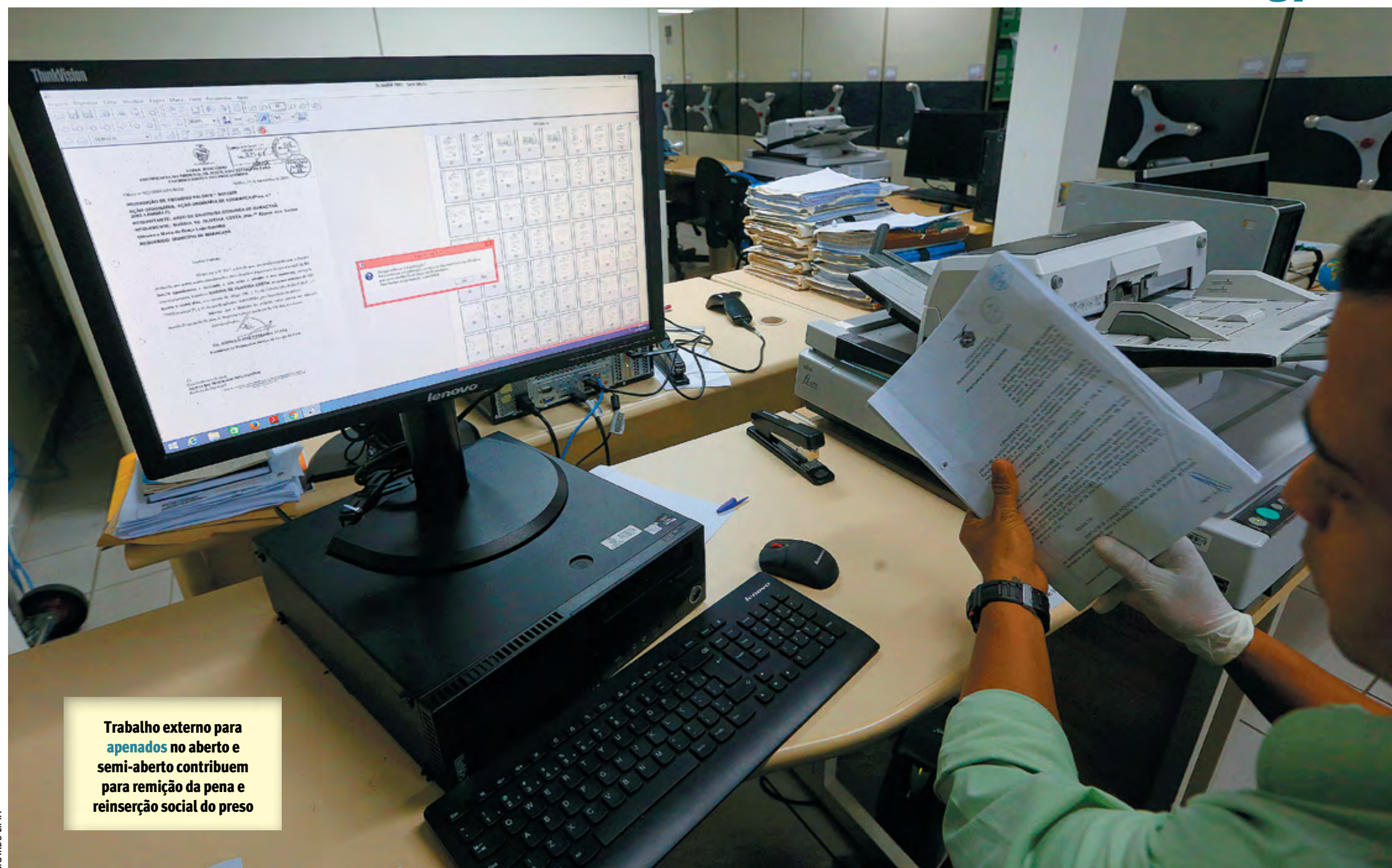
RELATÓRIOS

Junto ao Grupo Gestor do Sistema Libra de Acompanhamento Processual, o GMF diligencia pela obtenção mais célere de relatórios informatizados que possibilitem o acompanhamento da situação carcerária, das instituições de internação de adolescentes e do controle das prisões e medidas cautelares.

O GMF monitora também denúncias de irregularidades nos estabelecimentos prisionais e de internação de adolescente e acompanha os procedimentos técnicos e logísticos para a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificada, marco de uma nova era da gestão processual e intercomunicação entre órgãos judiciários e o Sistema de Justiça e Segurança do Estado.

O GMF coordena o estudo para a criação da Vara Correcional da Execução da Região Metropolitana de Belém, cujas competências serão as inspeções carcerárias nos 22 estabelecimentos penais na jurisdição.

A Vara coordenará também o GMF, cuja atribuição abrange as varas criminais, de execução e juizados da infância e juventude no Pará, com competência jurisdicional inclusive sobre matérias cíveis e criminais do sistema carcerário, envolvendo ações civis públicas, indenizações por perdas e danos, ações penais decorrentes de condutas ilícitas no interior das casas penais, cujas vítimas são os presos e agentes estatais, bem como condutas ilícitas “extramuros” decorrentes das relações no cárcere.



Trabalho externo para apenados no aberto e semi-aberto contribuem para remição da pena e reinserção social do preso

RICARDO LIMA

GMF planeja e coordena mutirões carcerários do CNJ

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário – GMF foi criado, no âmbito dos Tribunais de Justiça, pela Resolução nº 96/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), resultado da necessidade de maior rigor

no acompanhamento das prisões provisórias e na fiscalização das condições dos presídios, revelada pelos mutirões carcerários do CNJ em vários Estados.

Os GMFs são responsáveis também pelo

planejamento e coordenação dos mutirões carcerários dos próprios tribunais e por monitorar o cumprimento das recomendações, resoluções e dos compromissos assumidos nos seminários promovidos pelo CNJ, em relação ao Sistema Carcerário.

Em 15 de dezembro de 2015, o CNJ editou a Resolução nº 214, que dispôs sobre a organização e o funcionamento dos Grupos de Monito-

ramento e Fiscalização (GMF) nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal dos Territórios e nos Tribunais Regionais Federais, mas desde a Resolução nº 96/2009 o TJPA já havia estruturado o GMF.

No primeiro ano de gestão, em 2015, o desembargador Constantino Guerreiro, presidente do TJPA, designou, para supervisionar o GMF, o desembargador Ronaldo Valle.

Estímulo à leitura

Biblioteca incentiva o encontro da comunidade com a arte e a cultura

Projetos fomentaram o desenvolvimento pessoal e profissional de magistrados, servidores, reeducandos e terceirizados

O

s projetos Leitura Livre, Sarau de Talentos e Chá Literário, de iniciativa do Departamento de Documentação e Informação do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), por meio da Biblioteca Des. Antônio Koury, estimularam o desenvolvimento pessoal e profissional, fomentaram a arte, a leitura, a história e a cultura nas comarcas e nas diversas unidades do Judiciário no Estado e firmaram parcerias com os meios acadêmicos para a apresentação das obras de importantes autores da literatura brasileira ao público do TJPA e a estudantes da rede pública de ensino.

O projeto Leitura Livre consiste na liberação por duas horas, na última sexta-feira de cada mês, de trabalhadores terceirizados e reeducandos do sistema de proteção à infância e à juventude, para

O acervo da biblioteca Des. Antonio Koury tem 28.496 títulos e 45.759 obras jurídicas e coleções especiais

rodadas de leitura de livros e revistas. O objetivo é estimular o desenvolvimento pessoal e profissional do capital humano da instituição.

O Sarau de Talentos é feito em parceria com a Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida da instituição, com o objetivo de fomentar a arte e a leitura. Em 2016 o projeto foi realizado em Castanhal, Abaetetuba e Barcarena.

O Chá Literário promove a leitura, valoriza autores nacionais e regionais e abre espaço para que profissionais do meio acadêmico apresentem seus trabalhos e se aproximem do Judiciário. Foram apresentadas as obras literárias de Bruno de Menezes e Clarice Lispector. A partir de 2016, o projeto alcançou

também escolas públicas, com visitas à Escola Técnica Magalhães Barata e à Escola Estadual Santo Afonso.



O grupo Versivox durante o Chá Literário sobre a obra de Machado de Assis, durante uma performance sobre Dom Casmurro

ÉRIKA NUNES

Chá Literário promove os grandes autores da literatura nacional

“O projeto “Chá Literário” é voltado a magistrados e servidores, para promover a leitura, valorizar autores nacionais e regionais e abrir espaço a que profissionais do meio acadêmico apresentem seus trabalhos e se aproximem da instituição”. Em março de 2016, foi apresentada a obra literária do paraense Bruno de Menezes na 9ª Edição do projeto Chá Literário, na biblioteca do prédio-sede. Vida e obra do autor foram apresentadas

pelo jornalista e professor da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (Fibra), Marcos Valério Lima Reis, cuja dissertação de mestrado, de 2012, trata sobre a obra do poeta, com a participação das filhas do poeta, irmã Marília Menezes, e a musicista Lenora Brito. As homenagens continuaram com o “Grupo Carimbó de Icoaraci” que também fez intervenções musicais baseadas na mais célebre obra do poeta, “Batuque”, considerado o introdutor

do modernismo na Amazônia. Funcionárias terceirizadas do TJPA acompanharam a apresentação com um número de dança.

Clarice Lispector foi o tema da 10ª edição do “Chá Literário”, da Biblioteca do TJPA. Para fazer a mediação do evento, foi convidada a graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA), e integrante do Núcleo Interdisciplinar Kairós – Estudo de Poética e Filosofia da UFPA, Merissa Ferreira Ribeiro, que apresentou a vida e a obra da escritora e apresentou trecho de entrevista que Clarice Lispector concedeu à TV Cultura pouco antes de seu falecimento. Na manhã de sexta-feira,

19 de agosto, foi a vez da Comarca de Castanhal receber o projeto “Chá Literário”, mediado também por Merissa Ferreira Ribeiro. Participaram do evento os juizes Ivan Perez, Betânia Batista, além de servidores lotados na Comarca. Houve leitura dramática do conto “Tanta Mansidão” interpretada pela servidora Érika Nunes, da Coordenadoria de Imprensa.

ESCOLAS

O projeto foi levado também às escolas públicas de Belém. Dia 31 de maio de 2016 foi a vez dos estudantes da Escola Técnica Maga-

lhães Barata, no Telégrafo, receberem o projeto e conhecerem um pouco sobre a vida e obra do escritor Bruno de Menezes, com o professor Marcos Valério Lima Reis e a participação da filha do poeta, Irmã Marília Menezes, além do grupo de Carimbó de Icoaraci e o grupo folclórico “Vivendo a Dança na Terceira Idade”. Na Escola Estadual Santo Afonso, no Telégrafo, em Belém, foi abordada a vida e obra da escritora Cecília Meirelles, por meio de palestra conduzida pela mestre em Letras e professora do Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), Elisama Fernandes Araújo. O músico Pedro Alcântara Barbosa Neto interpretou poemas musicados da escritora.

TJPA amplia acervo bibliográfico e melhora a gestão do arquivo

Departamento de Documentação e Informação do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) é responsável pela gestão do acervo bibliográfico da biblioteca Desembargador Antônio Koury, no prédio-sede do TJPA, e dos documentos relacionados a processos judiciais que tramitam no âmbito das unidades judiciárias das comarcas da Região Metropolitana de Belém.

No biênio 2015-2017, entre outras ações, destacaram-se a ampliação do acervo de títulos da biblioteca Antônio Koury, o atendimento a mais de 1,2 mil usuários, a regulamentação da política de desenvolvimento de acervo e a consolidação de projetos voltados a reeducandos, servidores e magistrados e a alunos de escolas públicas da Região Metropolitana de Belém.

No âmbito da Divisão de Arquivo, destacam-se a seleção de processos para descarte, conforme a tabela de temporalidade, a doação de papel à cooperativa de reciclagem, o cadastro e a tramitação de processos para o Sistema Libra e atividades culturais, tais como seminários, visitas guiadas ao acervo, ciclos de palestras, exposições e oficinas.

O acervo da biblioteca Des. Antônio Koury é composto por 28.946 títulos e 45.759 exemplares, divididos entre a coleção de obras jurídicas e as coleções especiais. Há livros, periódicos impressos e eletrônicos, diários oficiais, CDs, DVDs, enciclopédias, folhetos, entre outros.

RICARDO LIMA

O estímulo à leitura para servidores e terceirizados do TJPA é uma das atribuições da biblioteca Des. Antonio Koury





ÉRIKA NUÑES

Estudantes visitam o acervo do arquivo do TJPA, que desenvolve uma série de projetos de interação com segmentos sociais

Acervo da biblioteca Des. Antonio Koury é composto por obras jurídicas e coleções especiais

A biblioteca adquiriu 269 títulos novos, com 330 exemplares disponibilizados para locação e consulta a servidores e magistrados e também para consulta ao público externo. Também foram atualizados os periódicos e assinaturas das principais revistas jurídicas brasileiras.

ACERVO

O Serviço de Processamento Técnico avaliou 15.428 documentos que passaram a compor o acervo bibliográfico do Judiciário paraense. O Serviço de Referência Bibliográfica atendeu a 1.212 usuários,

movimentando 2.248 documentos, entre consultas, empréstimos e devoluções de publicações.

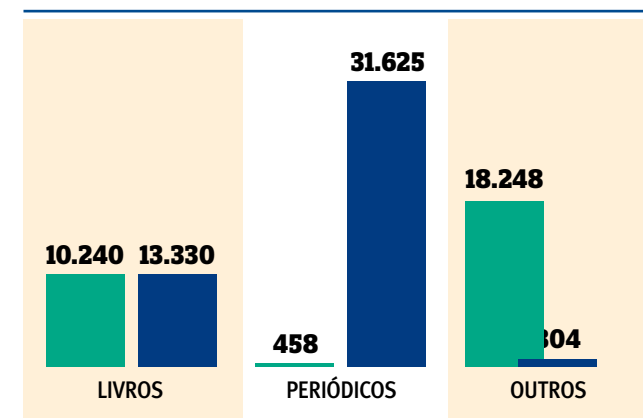
Um boletim eletrônico, lançado em junho de 2016, é enviado ao e-mail funcional dos magistrados e servidores, quinzenalmente, com informações institucionais, jurídicas e culturais relacionadas ao acervo bibliográfico.

A Política de Desenvolvimento de Acervo da Biblioteca Des. Antônio Koury foi institucionalizada em julho de 2016, pela Portaria nº 3236/2016 GP, que estabelece diretrizes à seleção, aquisição, descarte e avaliação das obras do acervo bibliográfico.



RICARDO LIMA

Quantidade de Materiais Registrados na Biblioteca até setembro de 2016



FONTE: SISTEMA PERGAMUM

Materiais tratados pelo Serviço de Processamento Técnico 2016 (janeiro a setembro)

DOCUMENTOS	TÍTULOS	EXEMPLARES
LIVROS	320	427
ARTIGOS	755	-
PERIÓDICOS	4	13.469
ENCICLOPÉDIA	-	7
EDITAL	5	-
LEGISLAÇÃO	54	-
PORTARIA	181	-
RESOLUÇÃO	75	-
DECRETO	131	-
ORDEM DE SERVIÇO	5	-
INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	-
TOTAL	1.532	13.896
TOTAL GERAL	15.428	

FONTE: SISTEMA PERGAMUM

Atendimentos realizados pelo Serviço de Referência em 2016 (janeiro a setembro)

SERVIÇO	USUÁRIOS ATENDIDOS	DOCUMENTOS MOVIMENTADOS
EMPRÉSTIMO/DEVOLUÇÃO	672	1.388
CONSULTA	180	320
PESQUISA	360	540
TOTAL	1.212	2.248

FONTE: SISTEMA PERGAMUM

Vídeo tutorial divulga método para reorganização de arquivos no interior

Para auxiliar as comarcas do interior na organização dos arquivos das secretarias judiciais, a Diretoria de Documentação e Informação (DDI) produziu um vídeo tutorial com um método de organização e gerenciamento de arquivos, fundamentado no princípio de que gerenciar documentos é garantir eficiência e viabilizar a história. O vídeo, disponível no Portal do TJPA, expõe de maneira didática todos os procedimentos que

Vídeo tutorial didático mostra com detalhes o passo a passo para organizar e gerenciar arquivos e documentos judiciais

A distância entre as prateleiras deve ser

25 a 30 centímetros

devem ser adotados para o arquivamento e tramitação de processos judiciais para o Sistema de Acompanhamento Judicial Libra, a forma correta de arquivamento dos documentos administrativos e as medidas práticas para iniciar o processo de reorganização, com medidas das prateleiras, especificações sobre a sala que deverá receber os documentos, os equipamentos necessários e a proteção individual que deve ser assegurada aos servidores durante o mutirão de reorganização do arquivo.

BRAGANÇA

Em agosto de 2016, a DDI fez visita técnica a Bragança para avaliar processos e documentos com valor histórico na Comarca de Bragança, do período do final do séc. XIX ao início do séc. XX, dentre os quais destacam-se processos relativos a escravos. A visita resultou em uma parceria com a Universidade Federal do Pará – Campus Bragança, que disponibilizará estudantes do curso de História para a catalogação, higienização e digitalização da documentação para disponibilizá-la à pesquisa científica.

Cooperativa de reciclagem recebeu quatro toneladas de papel

Quatro toneladas de papel fragmentado foram doadas à Cooperativa de Reciclagem “Filhos do Sol”, incrementando a renda das famílias de catadores, após a publicação da listagem de documentos a serem eliminados em 2016.

Entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016, foram publicadas duas Listagens de Eliminação de documentos judiciais: 3.290 processos do Juizado

Cível de Ananindeua e 672 processos do Juizado Criminal de Ananindeua, perfazendo um total de 3.962 processos destinados à eliminação.

Houve também leitura e seleção de processos da 3ª Vara do Juizado Especial Cível (Paar) e de 45 caixas de processos do Juizado Especial do Jurunas, de acordo com a tabela de temporalidade do CNJ.

Foram cadastrados no sistema Libra 9.722

processos da área cível e 4.596 da área penal. Foram tramitados também 47.118 processos da área cível, 29.530 da área penal e 422 de 2º grau (Arquivo Corrente do Lauro Sodré).

Foram digitalizados 2.465 processos de adoção referentes ao Projeto “Conhecendo a Minha História”, de responsabilidade da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ), e mais 706 Livros de Acórdãos, o equivalente a 91.125 páginas, por solicitação da Divisão de Acórdão e Jurisprudência. Também foram digitalizados 142 processos para atender à solicitação de pesquisadores, totalizando 4.260 páginas.

ARQUIVAMENTOS

A Divisão de Arquivo recebeu 45.758 processos

cíveis em 3.573 caixas, 5.120 dos quais foram de agravos cíveis, em 792 caixas. Foram devolvidos ao Arquivo 1.321 processos cíveis e 70 penais, solicitados para desarquivamento. Foram recebidos também 29.530 processos penais, em 2.557 caixas, 422 processos dos quais de 2º grau, em cerca de 30 caixas, e 828 caixas com documentos administrativos e uma mapoteca com 124 plantas da Secretaria de Engenharia.

Os pedidos de desarquivamento das Secretarias das Varas Cíveis e Penais são diários. Foram solicitados os desarquívamentos de 3.021 processos cíveis, 103 dos quais não localizados por falta de dados ou por não fazerem parte do acervo. Da área penal foram solicitados o desarquivamento de 1.226 processos de 1º grau, 352 processos de 2º grau e 58 de documentos administrativos.

Cooperativas de catadores de recicláveis receberam quatro toneladas de papel descartados pelo TJPA



ERIKA NUNES

EXPANSÃO

TECNOLOGIA

INSTITUCIONAL



ÉRIKA NUNES

Acervo documental e histórico disponível à consulta pública

Seminários, ciclos de palestras, exposições, visitas guiadas e oficinas fizeram parte das atividades da Divisão de Arquivo, com o objetivo de disponibilizar ao público em geral o acervo documental e histórico sob a guarda do Judiciário.

Em março de 2016, foi montada a exposição de longa duração “Violência doméstica contra mulher nos séculos XX e XXI”, no hall de entrada do Arquivo Geral, cuja abertura foi feita com a palestra “Acervos judiciais sobre violência doméstica contra mulher”, apresentada pelo analista judiciário Augusto César Borralho Ferreira, durante a XIV Semana de Museus. A exposição já recebeu a visita de 109 estudantes e professores universitários, além de servidores e público em geral.

O Seminário “Paisagens Culturais Vistas pelas Janelas de Belém” foi realizado de 17 a 20 de maio de 2016, no auditório Agnano Monteiro Lopes, no Fórum Cível, em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, o Tribunal Regional

Eleitoral, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e Ministério Público, como parte da programação da XIV Semana Regional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Em junho de 2016, houve o Ciclo de Palestras coordenado pela Associação dos Agentes do patrimônio na Amazônia (Asapam), sobre o patrimônio documental do arquivo do TJPA, também no auditório Agnano Monteiro Lopes, no Fórum Cível.

Foram realizadas também visitas guiadas para divulgar o acervo e os serviços do Arquivo do TJPA, envolvendo principalmente a comunidade acadêmica. Foram recebidos alunos da Universidade Federal do Pará, Universidade da Amazônia e FAP- Estácio.

Em setembro de 2016 foi realizada a oficina de Higienização de Documentos, com o objetivo de mostrar de forma prática os métodos de higienização de documentos fragilizados por poeiras, incrustações, sujidades, metais etc.

Exposição no Arquivo do TJPA coloca à disposição de estudantes e pesquisadores acervo documental da instituição

Museu divulgou acervo histórico para mais de 1,2 mil pessoas

O Serviço de Museu e Documentação Histórica do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) manteve durante todo o biênio uma agenda de visitas guiadas para divulgar o acervo e os serviços desenvolvidos pelo Arquivo do TJPA, voltados principalmente para a comunidade acadêmica. Em 2016, essas atividades envolveram mais de 1,2 mil pessoas, entre

os quais 25 alunos e um professor de História da Universidade Federal do Pará, 75 alunos e 2 professores do curso de Direito da Universidade da Amazônia; cinco alunos e um professor da FAP- Estácio e mais 905 pessoas em visitas guiadas ao Edifício Sede, Fórum Cível e Criminal. O Museu Sobre Rodas visitou duas escolas e atendeu 223 alunos.

A historiadora Cacilda Pinto, coordenadora do Serviço de Museus do TJPA, em atividade do “Museu sobre Rodas”, levando a história do Judiciário aos alunos de escolas públicas



EXPANSÃO

TECNOLOGIA

INSTITUCIONAL

Execução penal

“Começar de Novo” dá oportunidade de reintegração social aos apenados

Projeto promove ações afirmativas, em parcerias com a sociedade, para promover a reinserção social de egressos

O Projeto Começar de Novo foi instituído em 2009 para promover ações afirmativas de reintegração social dos apenados e custodiados do Sistema Penitenciário do Pará e reduzir a reincidência criminal e a violência.

A articulação e fomento da política de execução penal foi desenvolvida por meio da participação e organização de eventos e reuniões, dentre as quais o IV Encontro Estadual de Execução Penal, cuja temática foi “Velhos Desafios, Novas Perspectivas”, nos dias 10 e 11 de setembro de 2015, por iniciativa do Tribunal de Justiça do Pará, com apoio da Escola Superior da Magistratura e parceria da Secretaria de Direitos

Projeto foi distinguido com o Mérito Legislativo, como reconhecimento aos serviços prestados na execução penal

Humanos, Superintendência do Sistema Penal, Ministério Público e Defensoria Pública. O evento reuniu 120 participantes para discutir entraves e perspectivas das políticas de execução penal no Brasil e no Pará e consolidar a rede de atendimento e prestação de serviços para promover a cidadania e a reinserção social de presos, egressos, internados por medida de segurança e cumpridores de penas e medidas alternativas.

O projeto participou também da Semana do Encarcerado, promovida pela Pastoral Carcerária, em 2015 e 2016, recebendo neste último ano placa em homenagem aos relevantes serviços prestados aos encarcerados do Pará, entregue pelo Arcebispo Metropolitano de Belém, Dom Alberto



RICARDO LIMA

Egressos do sistema penal, ligados ao Começar de Novo, em reunião para tratar sobre a participação deles em projeto de reciclagem de resíduos

Taveira. Participou ainda do I Workshop de Formação dos Profissionais da Educação nas Prisões do Estado do Pará: Saberes Necessários à Prática Educacional, nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2015, no Hotel Gold Mar, em Belém do Pará.

MÉRITO

A Comissão de Direitos Humanos e do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará outorgou ao juiz coordenador do projeto, Cláudio Rendeiro, a Ordem do Mérito do Judiciário, em 3 de dezembro de 2015, como reconhe-

cimento pelos serviços prestados na execução penal do Estado. Em 17 de maio de 2016, reunião com a Secretaria de Trabalho, Assistência, Emprego e Renda do Estado do Pará (Seaster), discutiu parceria para promover oportunidades de qualificação, emprego e renda aos egressos do Sistema Penal.

Em 14 de junho de 2016 houve reunião com reeducandos beneficiados pelo projeto, no auditório “Agnano Lopes” do Fórum Cível da Capital, para aplicar questionário de avaliação da eficácia do projeto no processo de recuperação e reintegração social dos apenados.

Nos dias 23 e 24 de agosto de 2016, o coordenador do projeto e equipe participaram do I Encontro Paraense de Remição da Pena pela Leitura, promovido pela Defensoria Pública, Susipe e UFPA, no Instituto de Ciências da Educação da UFPA.

Em 23 de setembro de 2016, o projeto promoveu reunião com candidatos à Prefeitura de Belém, no Fórum Criminal, para discutir Políticas de Segurança Pública e Reinserção Social de Presos e Egressos do Sistema Penal e propor a assinatura de termo de compromisso pelo

cumprimento da Lei Municipal 9011/2013, que determina a contratação de egressos do Sistema Penal pelas empresas licitadas para prestar serviços à Prefeitura de Belém.

ARTE

O projeto participou também do XII Concurso de Pintura “Libert Arte”, em parceria com a Arquidiocese de Belém e Susipe, em outubro de 2016, incluindo julgamento das obras, cerimônia de premiação e exposição nas dependências do TJPA.

Exposição no Hall das Corregedorias do TJPA mostra as obras de egressos que participaram do Libert Arte, promovido pela Arquidiocese de Belém



ÉRIKA NUNES

Mobilização renova acervo de bibliotecas nas casas penais

Campanha de mobilização pública arrecadou livros com o objetivo de equipar as bibliotecas das casas penais, conforme prevê a Lei de Execução Penal (LEP). Em 2016 houve três eventos em instituições acadêmicas e profissionais, com apresentação do personagem Epaminondas Gustavo, criado e interpretado pelo juiz Cláudio Rendeiro, nos quais foram arrecadados 300 exemplares de obras didáticas, científicas, jornalísticas e literárias.

Durante o biênio, o projeto também encaminhou 19 reeducandos para dar continuidade aos estudos nas redes públicas de ensino básico, e 10 para cursos profissionalizantes do Sistema “S” de Ensino, além das turmas organizadas no interior das casas penais. O objetivo é melhorar a escolaridade e ampliar as chances de inserção no mercado de trabalho.

EMPREGABILIDADE

Convênio de Cooperação Mútua firmado em 2010, entre a diretoria regional do Pará da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o Tribunal de Justiça do Pará, garante 30 vagas de trabalho. Todos os anos são treinados mais 30 apenados para a substituição dos que são desligados do convênio a cada ano. O convênio garante a reinserção social de apenados em regime aberto e semiaberto, assegurando-lhes oportunidade de desempenhar as atividades de operador de cargas e auxiliar administrativo, contribuindo com a geração de renda e a formação profissional. Durante dois anos, eles recebem bolsa trabalho, de um salário mínimo, vale-refeição e vale-transporte.

DIGITALIZAÇÃO

Parceria entre o TJPA e a Susipe envolve apenados de bom comportamento, que cumprem pena nos regimes semiaberto e aberto e com o ensino médio completo, nos serviços de digitalização e recuperação de acervo documental do Judiciário. A equipe



AIRTON NASCIMENTO

do projeto seleciona os apenados dentre os cadastrados e os envia à Divisão de Documentação e Arquivo do TJPA, onde são treinados para os serviços. Em 2015 foram treinados 20 apenados para constituir cadastro de reserva. Atualmente, há 17 reeducandos no convênio, que recebem bolsa trabalho de um salário mínimo, vale-refeição e vale-transporte. A partir de 2016, os reeducandos desse convênio também participaram do Projeto Leitura Livre, na Biblioteca Desembargador Antônio Koury, do TJPA.

Inspeções e mutirões garantem os direitos dos presos

De março a dezembro de 2015, foram realizadas 198 inspeções carcerárias nas 22 casas penais da Região Metropolitana de Belém. O objetivo foi verificar as condições mínimas de manutenção das unidades prisionais, segurança, aspectos físicos, superlotação, ampliações, reformas e construções em curso. As inspeções cumprem também o dever de verificar denúncias à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), para garantir o direito do preso, previsto na Lei de Execução Penal.

MUTIRÕES

O mutirão carcerário foi uma das atividades do Projeto Começar de Novo, até 2015, para dar celeridade aos processos de execução penal e garantir os direitos dos presos previstos na LEP. Em 2015, os mutirões envolveram 15 comarcas do interior com unidades prisionais – Breves, Paragominas, Santarém, Redenção, Tucuruí, Tomé-Açu, Marabá, Itaituba, Altamira, Cametá, Mocajuba, Abaetetuba, Salinas, Capanema e Bragança. O atendimento a essas comarcas foi feito de acordo com a prioridade das demandas. O resumo dos resultados obtidos nos 15 mutirões carcerários nas comarcas do Interior do Estado, em 2015, podem ser observados no quadro a seguir.



Mutirões criminais verificam a situação dos presos nas 22 casas penais da Região Metropolitana de Belém para avaliar a situação dos processos

RICARDO LIMA

Processos analisados 2.204	Progressão para semiaberto 191
Sentenças de decisão 876	Concessão de livramento condicional 30
Progressão para prisão domiciliar 150	Licença para tratamento de saúde 21

Transferência de comarca 7	Concessão de indulto 2
Remição de pena 150	Licença para trabalho externo 10
Extinção de pena 60	Outros despachos 246
Regressão de regime 9	Audiências realizadas 125

FONTE: TJPA / 1ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL

Agenda social

Gestão fundamentada em solidariedade e cidadania

Ação voluntária de magistrados e servidores atendeu a necessidades urgentes de vários segmentos carentes da sociedade

D

urante o biênio 2015-2017, solidariedade e cidadania marcaram a relação do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) com

crianças, idosos, mães da Santa Casa de Misericórdia, trabalhadores terceirizados do TJPA e jovens alunos da rede pública de ensino ou que cumprem medidas socioeducativas, resultado do projeto desenvolvido na gestão do desembargador Constantino Guerreiro, que promoveu várias iniciativas solidárias, organizadas pela ação voluntária de magistrados e servidores, para atender a escolas e instituições filantrópicas da Região Metropolitana de Belém.

AURÁ

Uma festa celebrou o Dia das Crianças, em 18 de outubro de 2016, com os 150 alunos da escola

municipal de Santana do Aurá, que participaram de uma manhã especial com apresentações musicais, atividades recreativas, apresentação de palhaço, brincadeiras e contação de histórias, além de escovódromo e oficina de confecção de enfeites natalinos com materiais recicláveis. Foi inaugurada a brinquedoteca da escola, com brinquedos doados por servidores e magistrados do Tribunal. Também foram distribuídos brindes aos alunos e os brinquedos ficaram à disposição das crianças no pátio da escola durante todo o dia. A escola oferece da educação infantil ao 5º ano.

NATAL

Ao menos 170 brindes natalinos foram produzidos por servidores na oficina de reciclagem, em 14 de outubro de 2016, do Núcleo

Ação voluntária de servidores e magistrados atendeu a alunos de escolas públicas e instituições filantrópicas da Região Metropolitana de Belém



ÉRIKA NUNES

Papai e Mamãe Noel com as crianças da escola de Santana do Aurá, para entregar a elas os presentes dados pelos padrinhos solidários do TJPA

Socioambiental do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), no Fórum Criminal de Belém. Participaram 18 servidores e colaboradores. Os brindes natalinos foram doados aos alunos da Escola Municipal Santana do Aurá, durante ação solidária na instituição em 18 de outubro. Cada brinde tinha um recado carinhoso aos alunos, de autoria do servidor que o confeccionou. O Núcleo Socioambiental também fez oficina de reciclagem com as crianças do bairro e seus pais.

Em dezembro de 2015, visita especial à comunidade de Santana do Aurá, próxima ao antigo Lixão, marcou a agenda de Papai e Mamãe Noel, que entregaram a crianças da escola os presentes sugeridos em cartinhas e atendidas pelos padrinhos do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Desde o início de dezembro, servidores e magistrados se mobilizaram para assegurar um Natal especial a essas crianças, que durante todo o ano participaram de várias programações organizadas no TJPA. A entrega foi feita

no Loteamento Parque Aurá, na estrada Santana do Aurá, onde os voluntários, junto com Mamãe e Papai Noel, organizaram uma confraternização com as crianças.

FELIZ LUZITÂNIA

Durante a Páscoa, estudantes da escola Santana do Aurá participaram de visita promovida pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), em 15 de abril de 2016, ao complexo Feliz Lusitânia, na Cidade Velha, em comemoração aos 400 anos de Belém. Atores representaram personagens históricos da fundação da cidade: índios, jesuítas e portugueses. A historiadora Cacilda Pinto, chefe do Serviço de Museu e Documentação Histórica do TJPA, relatou acontecimentos importantes da História da cidade. Os alunos conheceram a Igreja de Santo Alexandre, Museu de Arte Sacra e Forte do Castelo.

LIVROS

O TJPA doou 400 livros à Unidade Pedagógica Santana do Aurá, em Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, durante a programação Alegria de Ser Criança, em alusão ao Dia da Criança, em 2015. A ação foi organizada pelo Departamento de Documentação e Informação, em 6 de outubro, a partir de livros arrecadados entre magistrados e servidores do TJPA.

O projeto Museu Sobre Rodas do TJPA esteve no local para contar a história e as curiosidades do Judiciário paraense. Houve Caravana da Leitura e aulas de danças circulares para crianças. A Unidade Pedagógica Santana do Aurá, em Ananindeua, atende alunos de 4 a 14 anos.

VISITA

O vice-presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargador Ricardo Nunes, recebeu em 9 de abril de 2015, cerca de 40 crianças, entre 5 e 10 anos, da comunidade de Santana do

Aurá, que visitaram o prédio sede do TJPA, na programação de Páscoa com cidadania, organizada pelo Departamento de Relações Institucionais. Elas conheceram a biblioteca Desembargador Antônio Koury, onde participaram de uma sessão de teatro de bonecos. Em seguida, houve palestra lúdica com a chefe do Serviço de Museu e Documentação Histórica do TJPA, a historiadora Cacilda Pinto, que fez um relato sintético da história da Justiça.

IDOSOS

O asilo de idosos São Vicente de Paulo, na Pedreira, em Belém, também integrou a agenda da Ação Solidária do TJPA. Engenheiros do TJPA cuidaram da reforma e da adaptação do banheiro, de um quarto e da secretaria do abrigo. As obras foram viabilizadas com parte das medidas alternativas aplicadas pelo Juizado do Meio Ambiente, revertidas em materiais de construção, além de doações de magistrados e servidores do Judiciário

No abrigo São Vicente de Paulo, os idosos receberam o novo banheiro, reformado com a ajuda de engenheiros do Judiciário e com recursos de transações penais



ÉRIKA NUNES

Em meio a uma programação cultural com música, dança e apresentação de carimbó, que culminou com a visita da imagem da Virgem de Nazaré, os idosos receberam 3.226 fraldas, 91 kits higiênicos, 40 conjuntos de lençóis, 9 travesseiros, 33 camisolas, além de mudas de flores, toalhas de banho, edredom e roupão. Os donativos, arrecadados junto a magistrados, servidores e colaborado-

res do TJPA, são resultado da campanha em homenagem ao Dia do Idoso, realizada em diversas unidades do TJPA. As fraldas geriátricas doadas em junho deste ano pelos 60 casais que oficializaram a união em um casamento comunitário no Fórum Cível de Belém foram entregues ao Abrigo João de Deus, na Cidade Velha. As doações atenderam a 20 idosos acolhidos na instituição.

TJPA reforça compromisso com reciclagem

Trabalhadores terceirizados da área de limpeza dos Fóruns Cível e Criminal participaram no dia 11 de agosto de 2015, no auditório Nelson Amorim, no Fórum Criminal, da segunda etapa do projeto “Reciclar Direito”. Durante reunião de capacitação e monitoramento, eles assistiram a um vídeo sobre resíduos sólidos, esclareceram dúvidas e receberam novas informações sobre o projeto, que incentiva a coleta seletiva de material reciclado no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

Todos receberam camisas do projeto como

estímulo à reciclagem e de divulgação ao público externo das ações socioambientais do Judiciário. Às quintas-feiras, os terceirizados recolhem o material reciclável produzido nos Fóruns Criminal e Cível da capital, a exemplo do que já ocorre nas dependências do prédio-sede TJPA. A divisão do material - coleta seletiva de recicláveis - é de responsabilidade de cada sala. O material coletado serve de base para o trabalho dos apenados inscritos no projeto “Reciclando Lixo, Transformando Vidas”.

Meias do bem aquecem os recém-nascidos da Santa Casa

Crianças e recém-nascidos da Santa Casa de Misericórdia do Pará receberam 88 pares de meias novas, produzidas a partir de meias usadas e recicladas por uma empresa parceira do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). O material foi arrecadado por servidores e magistrados, durante a campanha “Meias do Bem”, no final do ano passado. A entrega de meias pelo Judiciário ocorreu no dia 14 de janeiro de 2016. Foram recolhidas 1.370 pares de meias que serviram para a produção de cobertores e novas meias. As peças foram arrecadadas nos prédios do TJPA e Tribunal de Contas do Estado (TCE), além de escolas, igrejas, academias e condomínios que aderiram

ao Natal Solidário do Poder Judiciário do Pará. A empresa contribuiu também com a doação de meias infantis novas, entregues às mães carentes que dão à luz na Santa Casa de Belém. Os cobertores foram dados ao abrigo São Vicente de Paulo, na Pedreira. “Aqui na Santa Casa, temos um público bem diversificado e dentro desse público uma grande quantidade de mulheres de baixa renda. Nós temos situações de mulheres que chegam aqui sem nada de enxoval e a doação é uma ação muito interessante”, afirmou a assistente social da Santa Casa, Dilene Borges.

A campanha mobilizou mais de 3 mil pessoas, entre magistrados e servidores, do Judiciário.

Campanha doa enxovais à Santa Casa

Trinta mães que deram à luz na Santa Casa do Pará receberam, em 17 de maio de 2016, kit com enxoval completo, com fralda descartável, roupas, luvas e saída de maternidade. A iniciativa é resultado da campanha “Faça uma mãe feliz”, organizada por servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

Adolescentes concluem curso do Senai

Trinta adolescentes foram certificados após concluir o curso de operador de computador do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em uma parceria com o TJPA, por meio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai), ligada à Corregedoria da Região Metropolitana, e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social Ilka Brandão, ligado à Fundação Papa João XXIII (Funpapa) da Prefeitura de Belém.

O curso ocorreu no período de 26 de abril a 12 de julho de 2016, e foi oferecido inicialmente para 48 jovens a partir de 16 anos, que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. Desse total, 30 concluíram o curso e os seis que obtiveram melhor desempenho receberam bolsa para um curso de técnico de informática.

“Vocês encontraram as mãos amigas e generosas que os fizeram chegar a este momento”, observou o presidente do TJPA, Desembargador Constantino Guerreiro, ao citar, na abertura do curso, o Senai, a Funpapa, por



RICARDO LIMA

Adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, em meio aberto, recebem os certificados de conclusão do curso de operador de computador do Senai

meio de seus CREAS E CRAS, a Escola Salesiana do Trabalho, e o diretor de Comunicação do TJPA, jornalista Linomar Bahia, “o principal artífice do projeto” que resultou no curso para os jovens. “Caprichem na compreensão e no bom proveito das próximas lições que encontrarão em cada página do livro da vida de cada um”, concluiu o presidente.

O curso teve carga horária de 160 horas e foi realizado pela manhã e à tarde, na Aldeia Amazônica, na Pedreira, com turmas de 24 alunos cada, num total de 48 dias úteis, em uma das 21 unidades móveis que o Senai mantém no Pará para a qualificação de mão de obra nas áreas de confecção, panificação, soldagem, eletroeletrônica, informática, auto-

mação industrial, mecânica de motos e construção civil.

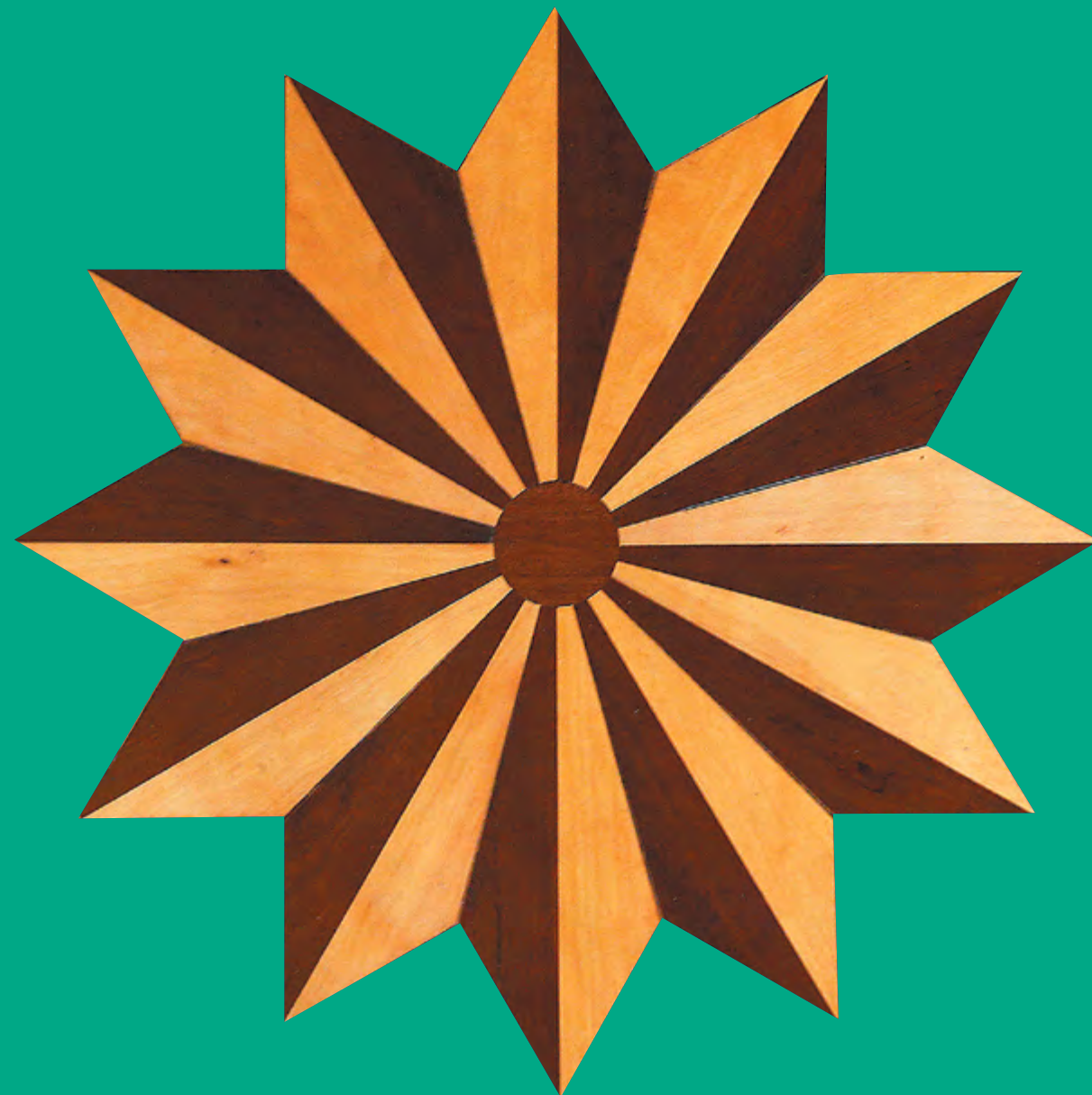
A iniciativa integra a agenda socioeducativa do TJPA, prevista no Plano de Gestão 2015-2017. O propósito do projeto é formar para o mercado de trabalho adolescentes que estão saindo dos espaços de acolhimento ou que cumprem medidas socioeducativas.

EXPANSÃO

TECNOLOGIA

INSTITUCIONAL

Expansão



ACESSO E PROMOÇÃO

Biênio registra intensa movimentação na carreira da magistratura paraense **112**

TRANSPORTE

Investimento em veículos deu prioridade ao atendimento da população ribeirinha . **118**

INFRAESTRUTURA

Canaã recebe novo fórum e Judiciário executa reformas na capital e no interior . **130**

NOVOS PRÉDIOS

Presidente do TJPA instala Vara e entrega unidades judiciárias **140**

GESTÃO DE PESSOAS

Judiciário admite novos servidores e magistrados..... **144**

REESTRUTURAÇÃO

Fórum Criminal ganha novas varas e viabiliza audiências de custódia **152**

Obras melhoram a estrutura e a segurança do Fórum Cível **157**

Acesso e promoção

Biênio registra intensa movimentação na carreira da magistratura paraense

Judiciário empossou cinco desembargadores e convocou 50 juízes substitutos concursados

O biênio 2015-2017 foi marcado pelo incremento em relação à Movimentação na Carreira da Magistratura paraense, no que tange à publicação e ao julgamento de editais de acesso, remoção e promoção, cujo processamento observou as diretrizes da Constituição Federal de 1988, da Constituição Estadual, do Código de Organização Judiciária, da

Resolução nº 106/2010 do Conselho Nacional de Justiça, da Resolução nº 12/2011 do TJPA e das Portarias Conjuntas nº 001/2009 e 001/2014.

A tramitação eletrônica dos feitos, possibilitada pelo modo “Movimentação na Carreira da Magistratura” do Sistema Siga-Doc, franqueou o acesso e a inserção de dados em tempo real pelas unidades administrativas e pelos julgadores.

Movimentação na carreira da Magistratura

Baseada nos critérios de remoção e promoção (por antiguidade e merecimento) nos anos de 2015 e 2016*, entre as 1ª, 2ª e 3ª entrâncias

Entrância	Modalidade de Movimentação						Total		
	Remoção			Promoção (Antiguidade e merecimento)			Editais Publicados	Editais Tecnicamente Prejudicados	Julgados ¹
	Editais Publicados	Editais Tecnicamente Prejudicados	Julgados ¹	Editais Publicados ¹	Editais Tecnicamente Prejudicados	Julgados ¹			
À 3ª Entrância	21	9	18	17	-	20	38	9	38
À 2ª Entrância	0	0	0	34	-	18	34	0	18
À 1ª Entrância	39	19	22	20	-	11	59	19	33
Total	60	28	40	71	-	49	131	28	89

FONTE: SECRETARIA JUDICIÁRIA DO TJPA



RICARDO LIMA

TJPA empossou cinco desembargadores, completando o Pleno novamente com todas as 30 vagas preechidas

Editais de Acesso ao Desembargo publicados e julgados nos anos de 2015 e 2016

Movimento	Critério				Total	
	Merecimento		Antiguidade			
	Editais Publicados	Julgados	Editais Publicados	Julgados	Editais Publicados	Julgados
Acesso ao Desembargo	3	3	2	2	5	5

FONTE: TJPA / SECRETARIA JUDICIÁRIA

Em 17 de fevereiro de 2015 foram julgados cinco editais de acesso, três pelo critério de merecimento e dois pelo critério de antiguidade, passando o TJPA a contar, novamente, com sua composição plenária de 30 desembargadores.

Em relação aos procedimentos de remoção e promoção, a velocidade na progressão de

carreira deveu-se, também, à cisão procedimental quanto às três entrâncias que compõem a magistratura de primeira instância, conforme determinado pela combinação das Portarias nº 730/2015 e nº 1922/2015. Assim, os Juizes de Direito em diferentes patamares movimentaram-se autonomamente na respectiva entrância.



Magistrados promovidos para a 3ª Entrância: em 2016 foram publicados 12 editais de remoção, nove dos quais foram julgados pelo Pleno

3ª ENTRÂNCIA

Em relação à 3ª entrância, em 2015 foram publicados 12 editais de promoção, mas foram julgados 16, por causa de procedimentos de 2014. Em 2016, foram publicados cinco editais de promoção, dos quais quatro foram julgados, até 18 de novembro de 2016.

Em 2015 foram publicados nove editais de remoção de 3ª entrância – dos quais foram julgados três, em razão de seis procedimentos tecnicamente prejudicados –, mas foram julgados seis editais provenientes de 2014. Em 2016, foram publicados doze editais de remoção de 3ª entrância, dos quais nove foram apreciados pelo Pleno até 18 de novembro de 2016, em razão de os demais restarem tecnicamente prejudicados.

2ª ENTRÂNCIA

Referentemente à 2ª entrância, em 2015 foram publicados doze editais de promoção, todos apreciados no plenário, além de terem sido julgados mais seis editais de 2014.

No anuênio seguinte, foram publicados vinte e dois editais de promoção da entrância, que ainda se encontram em instrução.

1ª ENTRÂNCIA

Na 1ª entrância, em 2015 foram publicados nove editais de promoção e o Pleno do TJPA deliberou sobre nove procedimentos, oito dos quais eram provenientes de 2014. Em 2016 foram publicados onze editais de promoção, dois dos quais de movimentação vertical.

ERIKA NUNES

Em 2015 foram publicados 14 editais de remoção de 1ª entrância, dos quais cinco foram julgados e nove procedimentos foram considerados prejudicados. Foram julgados mais seis editais de

remoção de 1ª entrância de 2014.

Em 2016 foram publicados 25 editais de remoção de 1ª entrância, 11 dos quais julgados e dez considerados tecnicamente prejudicados.

TJPA empossou 50 juízes substitutos

No período de 29 de fevereiro a 21 de novembro de 2016 foram empossados 50 Juizes de Direito Substitutos, 34 dos quais em 29/2/2016, 2 juízas em 6/5/2016, 10 em 28/7/2016, 1 em 6/10/2016, e 3 em 21/11/2016.

Em 12 de junho de 2015 foram vitaliciados 28 Juizes de Direito Substitutos e, em 28 de julho do mesmo ano mais cinco magistrados foram investidos da garantia constitucional, após o respectivo estágio probatório.

TRE

Foram julgados em 2015 dois editais para investidura de juizes de Direito como membros substitutos do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), além de terem sido formadas duas listas triplas para a escolha, pela Presidência da República, de Advogados para atuar como magistrados daquela Justiça Especializada. Em 2016, foi publicado e julgado um edital para o provimento de cargo de membro do TRE/PA, na classe Juiz de Direito.

Judiciário empossou 50 novos juízes substitutos durante o biênio, a maioria deles já em atuação nas comarcas do interior do Estado

Investidura na Magistratura - 2016 (até novembro)

DATA	JUIZES DE DIREITO SUBSTITUTOS EMPOSSADOS
29/02/2016	34
06/05/2016	2
28/07/2016	10
06/10/2016	1
21/11/2016	3
TOTAL	50

FONTE: SECRETARIA JUDICIÁRIA DO TJPA

Investidura na Magistratura em 2015 e 2016

DATA	JUIZES DE DIREITO SUBSTITUTOS VITALICIADOS
12/6/2015	28
28/7/2016	5
TOTAL	33

FONTE: SECRETARIA JUDICIÁRIA DO TJPA



Transporte

Investimento em veículos deu prioridade ao atendimento da população ribeirinha



A atividade no 1º grau no interior foi priorizada na distribuição de veículos: lanchas predominam entre as aquisições

RICARDO LIMA

Mais da metade das aquisições são de embarcações do tipo lancha para as comarcas do interior do Pará

O Tribunal de Justiça do Pará investiu R\$ 5,4 milhões na aquisição de 89 veículos rodoviários e hidroviários, com prioridade ao transporte fluvial para o atendimento das demandas de populações ribeirinhas no interior do Estado. A maior parte das aquisições atendeu ao 1º Grau de Jurisdição. Para o 1º Grau foram adquiridas 12 embarcações do tipo lancha, com motores de 60 e 100 Hp de potência, com os

respectivos reboques rodoviários, dez dos quais para pequeno porte e dois para médio porte, além de dois micro-ônibus, em convênio com o Ministério da Justiça, para a Justiça Itinerante, 25 motocicletas e mais 18 Mitsubishi L-200. Para o 2º Grau foram comprados cinco veículos Renault Fluence e 15 Toyotas Corolla 2.0. As aquisições, com os respectivos valores de aquisição, podem ser conferidas no quadro abaixo:

Investimentos em Veículos

VEÍCULOS ADQUIRIDOS OU EM AQUISIÇÃO 2015	QUANTIDADE	GRAU DE APLICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Embarcação tipo lancha pequeno porte, motor 60 Hp	10	1º Grau	67.000,00	670.000,00
Embarcação tipo lancha médio porte, motor 110 Hp	02	1º Grau	100.400,00	200.800,00
Reboque Rodoviário para embarcação tipo lancha pequeno porte.	10	1º Grau	14.350,00	143.500,00
Reboque Rodoviário para embarcação tipo lancha médio porte.	02	1º Grau	15.800,00	31.600,00
Micro-ônibus adaptado para Justiça itinerante.	02	1º Grau	298.400,00	596.800,00
Motocicletas Honda Bros 160 cc	10	1º Grau	13.300,00	133.000,00
Motocicletas Honda Bros 160 cc (ARP nº037/2016)	15	1º Grau	14.000,00	210.000,00
Renaults Fluences	05	2º Grau	79.500,00	397.500,00
Toyota Corolla 2.0 XEI	15	2º Grau	90.000,00	1.350.000,00
Mitsubishi L200	18	1º Grau	109.600,00	1.972.800,00
Total de Recursos Aplicados				5.486.800,00

FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO



Contrato amplia número de condutores no interior e na capital

O contrato de mão de obra para condução de veículos foi ampliado, abrangendo a Região Metropolitana de Belém (RMB), Santarém, Mara-

bá, Altamira e Redenção. O número de motoristas na RMB subiu para 80 para atender ao aumento da demanda e à abrangência do serviço.

O investimento em veículos incluiu a aquisição de **15 Corollas** para a frota do Tribunal de Justiça do Pará

RICARDO LIMA

MOTOS

O número de motociclistas terceirizados aumentou de 12 para 27, em um só contrato, facilitando a gestão e a fiscalização e ampliando o serviço às comarcas de Santarém, Altamira, Marabá e Redenção.

COMBUSTÍVEL

O sistema de cotas mensais não cumulativas para o abastecimento de combustível aumentou a eficiência da gestão do consumo. As quantidades de combustível são creditadas às comarcas a partir da análise da realidade de cada uma delas.

O gerenciamento e a administração das despesas de manutenção automotiva são feitos por meio de cartão eletrônico, administrados em base de gerenciamento específica, com preço de mão de obra, de fornecimento de peças, de componentes e de acessórios de reposição originais. O serviço abrange transporte por guincho, é executado em oficinas credenciadas e disponibilizado em sistema informatizado de gestão de frota, para atender aos veículos do TJPA, inclusive fluviais, em todo o Estado.

GPS

O Tribunal monitora e rastreia 335 veículos de sua frota via GPS, na capital e no interior. O serviço disponibiliza controle de velocidade; análise de percurso; cerco nos municípios e de horários; relatório de condução; análise de consumo; relatório marcha lenta; desligamento remoto; alerta para os períodos de revisão/manutenção por categoria de veículo e criação de rotas eficientes e econômicas.

RICARDO LIMA



Para o 1º Grau de Jurisdição foram adquiridas 18 Mitsubishi L-200 para dar apoio ao trabalho das comarcas no interior

Em convênio com o Ministério da Justiça, o TJPA adquiriu dois micro-ônibus para as atividades da Justiça Itinerante pelo Estado

RICARDO LIMA



Justiça itinerante ganha dois micro-ônibus

Convênio com o Ministério da Justiça garantiu a aquisição de dois micro-ônibus adaptados para as ações dos projetos de Justiça Itinerante, entre os quais o “Esporte com Justiça”, presente nos principais eventos desportivos na capital para garantir a pacificação social; o “Verão com Justiça e Cidadania”, com ações nos

principais balneários do estado durante as férias de julho; o “Museu sobre Rodas”, que exhibe peças históricas da Justiça Paraense em várias cidades do estado, com o objetivo de aproximar a Justiça da sociedade; e uma série de outras ações em escolas, praças e espaços públicos da capital e do interior.

Prédio do Lauro Sodré é incorporado ao patrimônio do Judiciário paraense

No biênio 2015-2017 foram regularizados 31 imóveis, incorporados aos bens patrimoniais do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) por meio dos esforços da Comissão Técnica Permanente de Pa-

trimônio. Um dos destaques foi a regularização da sede do Tribunal de Justiça do Pará, o tradicional e histórico prédio do Lauro Sodré, conforme demonstrado no quadro.

O prédio sede do TJPA passou a ter registro imobiliário em 2016



RICARDO LIMA

Regularizados - 2015

ORDEM	LOCALIZAÇÃO	ENDEREÇO
1	Água Azul do Norte	Lote 20, Quadra 10, Av. Lago Azul, Setor Canteiro Central
2	Altamira	Rodovia Br 230, Km 04.
3	Castanhal	Av. Presidente Vargas entre Rua Luiz Almeida e Rua João Henrique, Centro.
4	Ponta de Pedras	Alameda José Luiz Tavares Malato, 224, Bairro Centro
5	Ponta de Pedras	Alameda José Luiz Tavares Malato, 223, Bairro Centro

Regularizados - 2016

ORDEM	LOCALIZAÇÃO	ENDEREÇO
1	Acará	Trav. Jacarequara, esq Av. Gov Fernando Guilhon, S/N.
2	Belém	Palácio da Justiça – Av. Almirante Barroso, nº 3089.
3	Brejo Grande do Araguaia	Praça Brasil, S/N.
4	Brejo Grande do Araguaia	Av. Profº Lucio Solheiro, Q-44, L-1.
5	Cametá	Av. Euclides de Figueiredo, Projetada S/N, Marambaia.
6	Castanhal	Av. Presidente Getúlio Vargas, Centro.
7	Eldorado dos Carajás	Av. Oziel Carneiro, S/N.
8	Faro	Rua Dr. Dionísio Bentes, S/N, Centro.
9	Garrafão do Norte	Av. Trav. Luiz Miranda, entre Gen. Gurjão e Fernando Guilhon, S/N.
10	Inhangapi	Av. José Evangelista dos Reis, nº 350, Centro.
11	Ipixuna do Pará	Tv. Pedro Aires da Silva, S/N; Rua Luiz Batista, entre Trav. São Francisco e Pass. Penha, S/N e Rua Sargento Simplício, S/N.
12	Mãe do Rio	Rua Abdias Alves, S/N.
13	Marituba	Rod. Br 316, km 12.
14	Mocajuba	Trav. 7 de setembro, S/N.
15	Novo Repartimento	Tv. do Cupuaçu, S/N.
16	Ourilândia do Norte	Lote nº 002, Quadra L1, Loteamento Alto do Paraíso.
17	Pacajá	Av. João Miranda dos Santos, S/N, Novo Horizonte.
18	Parauapebas	Rua D, QD-37, Lotes nº 09 E 27, 28 e 29, 30, 31 e 32.
19	Primavera	Av General Moura Carvalho, Entre Eneas Pinheiro e 7 de Setembro.
20	Salinópolis	Lotes urbanos Nº 02,03,14,15,QD-139, Salinópolis.
21	Santa Luzia do Pará	Rua José Cirino (antiga rua Projetada), S/N.
22	São Francisco do Pará	Av. Celso Machado, S/N, Centro.
23	São Geraldo do Araguaia	Quadra nº 14-A, setor 1º, Av. Presidente Vargas, S/N, Centro.
24	Tucuruí	Av. 31 de Março, S/N, entre Rua do Fórum e Praça Pedro Herma.
25	Tucuruí	Av. 31 de Março, S/N, em frente à escola Raimundo Ribeiro de Sousa.
26	Vitória do Xingu	Av. Manoel Félix de Farias, s/n, esquina c/ Rua João Cavalcante.

Imóveis regularizados

2015 **5** 2016 **26** Total do Biênio **31**

FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

O imóvel de número 3, em Castanhal, regularizado em 2015, foi retomado pela prefeitura municipal por causa da cláusula de doação, que

estabelecia prazo de dois anos para construção. Em 2016, após a votação de novo projeto de lei, foi possível incorporar o bem ao patrimônio do TJPA.

Aquisição de prédio consolida o suporte aos serviços de informática

A aquisição do imóvel do número 582, na Avenida Nazaré, por R\$ 5,5 milhões, foi outra iniciativa voltada à expansão da estrutura física do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) para melhorar os serviços. O prédio já estava locado ao TJPA e dispõe de rede de fibra ótica, instalações elétricas e lógicas, adaptações necessárias ao funcio-

namento das unidades que já operam no local: a Coordenadoria de Aplicações, responsável pelo desenvolvimento, manutenção e aplicação de serviços tecnológicos; a Coordenadoria de Suporte Técnico, responsável pela infraestrutura de data Center e comunicação de dados; e a Central de Atendimento ao Usuário.



RICARDO LIMA

Bens considerados inservíveis para o Judiciário foram doados a instituições filantrópicas do interior e da capital

Judiciário doa bens a entidades filantrópicas

No biênio 2015-2017 foram doados 7.085 bens declarados inservíveis ao Judiciário a 26 entidades filantrópicas, 18 delas na capital e 8 no interior. As doações envolvem bens considerados antieconômicos às atividades do Judiciário.

Em 2015 foram doados 5.179 bens inservíveis a 12 entidades filantrópicas, 10 na capital e 2 no interior. Em 2016, foram doados 1.906 bens inservíveis a 14 entidades filantrópicas, 8 na capital e 6 no interior.

Quadro Resumo

Ano	Total de Bens inservíveis doados	Distribuição dos Bens		Total de Entidades Atendidas	
		Capital	Interior	Capital	Interior
2015	5.179	5.076	103	10	2
2016	1.906	1.753	153	8	6
Total Biênio	7.085	6.829	256	18	8

FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Digitalização acelera o protocolo e o envio de petições e documentos

Regulamentado em 2015, o Serviço de Protocolo Postal é um grande avanço desta gestão para o recebimento, protocolo, transporte e entrega de petições, recursos e documentos. O serviço cobre todo o território nacional.

O Sistema de Protocolo Judicial Integrado tornou mais ágeis, seguros e eficientes os serviços aos

jurisdicionados, pois destina-se exclusivamente à remessa de petições intermediárias e recursos a todas as unidades judiciárias de 1º e 2º graus, ressalvados os Juizados Especiais que ainda não utilizam o Sistema de Gestão do Processo Judicial - Libra. Foram protocolizadas por meio deste sistema, durante o biênio 2015-2017, 1,8 milhão de petições.

2015	2016	TOTAL
1.027.708	822.111	1.849.819

FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

POSTAGENS

O Serviço de Expedição e Correspondência e a Secretaria de Informática ampliaram nas unidades judiciárias do TJPA o uso do Sistema de Gerenciamento de Postagens – SIGEP Web. A racionalização reduziu custos com a preparação para postagem e aumentou a celeridade no tratamento dos objetos confiados aos Correios. O resultado foi economia em recursos e papel e

compromisso ambiental do Judiciário reiterado.

TRAMITAÇÃO

A Tabela de Classes e Tramitações ordenou e uniformizou o envio/tramitação de processos no âmbito do TJPA, garantindo a razoável duração do processo ao evitar o tempo neutro causado pela remessa de autos para setor diverso do responsável pelo andamento processual.

Bens permanentes tiveram investimentos de R\$ 8 milhões

O TJPA investiu mais de R\$ 8 milhões no suprimento de bens permanentes, incluídos mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de refrigeração e outros, à exceção de veículos e equipamentos de informática.

Do montante de R\$ 8.042.499,46 investidos, foram distribuídos às unidades administrativas e judiciárias R\$ 7.976.082,33, conforme pode ser observado na tabela e no gráfico abaixo:

Distribuição de bens permanentes | 2015 - 2017

1º GRAU		SETORES DE APOIO	2º GRAU
COMARCAS DO INTERIOR	BELÉM		
R\$ 4.189.185,51	R\$ 1.957.218,79	R\$ 1.251.161,26	R\$ 578.516,77
52%	25%	16%	7%

FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

CONSUMO

Os bens de consumo incluem material de expediente, material de copa, insumos para impressão etc. Foram investidos no biênio 2015-2017

R\$ 3.963.305,90 e distribuídos às unidades administrativas e judiciárias R\$ 4.817.133,00, conforme pode ser observado na tabela e no gráfico.

Distribuição de material de consumo | 2015 - 2016

1º GRAU		SETORES DE APOIO	2º GRAU
COMARCAS DO INTERIOR	BELÉM		
R\$ 2.216.633,94	R\$ 1.126.563,69	R\$ 786.933,35	R\$ 689.994,20
46%	24%	16%	14%

FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO



RICARDO LIMA

O serviço terceirizado de limpeza atua em 27 unidades das Região Metropolitana de Belém

LIMPEZA

No biênio 2015-2017, o Tribunal atuou com o serviço de limpeza terceirizado em

27 unidades na Região Metropolitana, dentre 2º grau, 1º grau e Apoio.

Serviços de limpeza terceirizados | 2015 - 2016

Áreas	2015	2016
1º Grau	R\$ 5.505.061,41	R\$ 8.057.390,17
Apoio	R\$ 3.159.869,31	R\$ 5.069.481,29
2º Grau	R\$ 1.341.770,94	R\$ 1.742.191,64
Total	R\$ 10.006.701,66	R\$ 14.869.063,10

FONTE: TJPA / SEAD / DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Infraestrutura

Canaã recebe novo fórum e Judiciário executa reformas na capital e no interior

Judiciário garantiu as obras de construção e reforma necessárias às atividades essenciais

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) investiu R\$ 3,94 milhões na conclusão das obras de construção do Fórum de Canaã dos Carajás, inaugurado em maio deste ano, no sudeste do Estado, e do prédio da Divisão de Manutenção, em Belém. Houve reformas nos prédios onde funcionam os fóruns de Monte Dourado e Rio Maria, na Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA, nas 2ª, 3ª e 4ª Varas do Juizado Especial Criminal da Capital e na Casa

Foram feitas reformas nos prédios dos Fóruns de Monte Dourado e Rio Maria e na Secretaria de Gestão de Pessoas

de Justiça e Cidadania.

Em execução prosseguem as obras dos fóruns de Rio Maria, no sul do Pará, Óbidos e Alenquer, no oeste do Estado, do Bloco I do Fórum de Ananindeua, a reforma parcial no prédio sede do TJPA e a adequação do Espaço Gazebo, todas na Região Metropolitana de Belém.

O objetivo é assegurar infraestrutura predial apropriada às atividades judiciais, técnicas e administrativas, com padrões que levem em consideração as



RICARDO LIMA

O Fórum de Canaã dos Carajás foi inaugurado em maio deste ano e homenageou o desembargador Cláudio Montalvão

especificidades locais, eficiência dos serviços e modernização das instalações, com sustentabilidade, além de segurança ao acesso.

CANAÃ

Com um custo aproximado de R\$ 1,8 milhão e 1.365,17 m² de área construída em seis mil metros quadrados de terreno, o Fórum de Canaã dos Carajás recebeu o nome do Desem-

bargador Cláudio Montalvão e foi construído em parceria com a mineradora Vale. O Fórum reserva espaço à OAB, Defensoria Pública e Ministério Público, área de espera própria, com toda a estrutura judiciária necessária; salão do júri com 94 lugares, sala de reunião do Conselho de Sentença e salas de testemunhas, depósito de bens apreendidos com área reservada para armas; e carceragem, com celas separadas para homens e mulheres e custódia para menor, masculina e feminina e sala de reconhecimento. A primeira etapa de construção foi custeada pela mineradora, ficando os serviços complementares a cargo do TJPA.



O prédio do Fórum de Monte Dourado, cedido pela União, foi adaptado para uso da Justiça estadual

MANUTENÇÃO

O prédio da Divisão e Manutenção (foto) do TJPA tem dois pavimentos e 274,58 m² de área construída e dois ambientes, um térreo e outro superior. O custo da obra foi de aproximadamente R\$ 1,1 milhão.

DIVULGAÇÃO

DIVULGAÇÃO



MONTE DOURADO

Imóvel cedido pelo Poder Judiciário da União foi reformado e adequado para o funcionamento do Fórum Distrital de Monte Dourado, a um custo aproximado de R\$ 622 mil. São 262,57m² de área construída. Foram substituídas as instalações de rede elétrica e de refrigeração, e recuperada a rede hidrossanitária. São 14 salas, além de banheiros públicos e banheiro com acessibilidade para pesso-

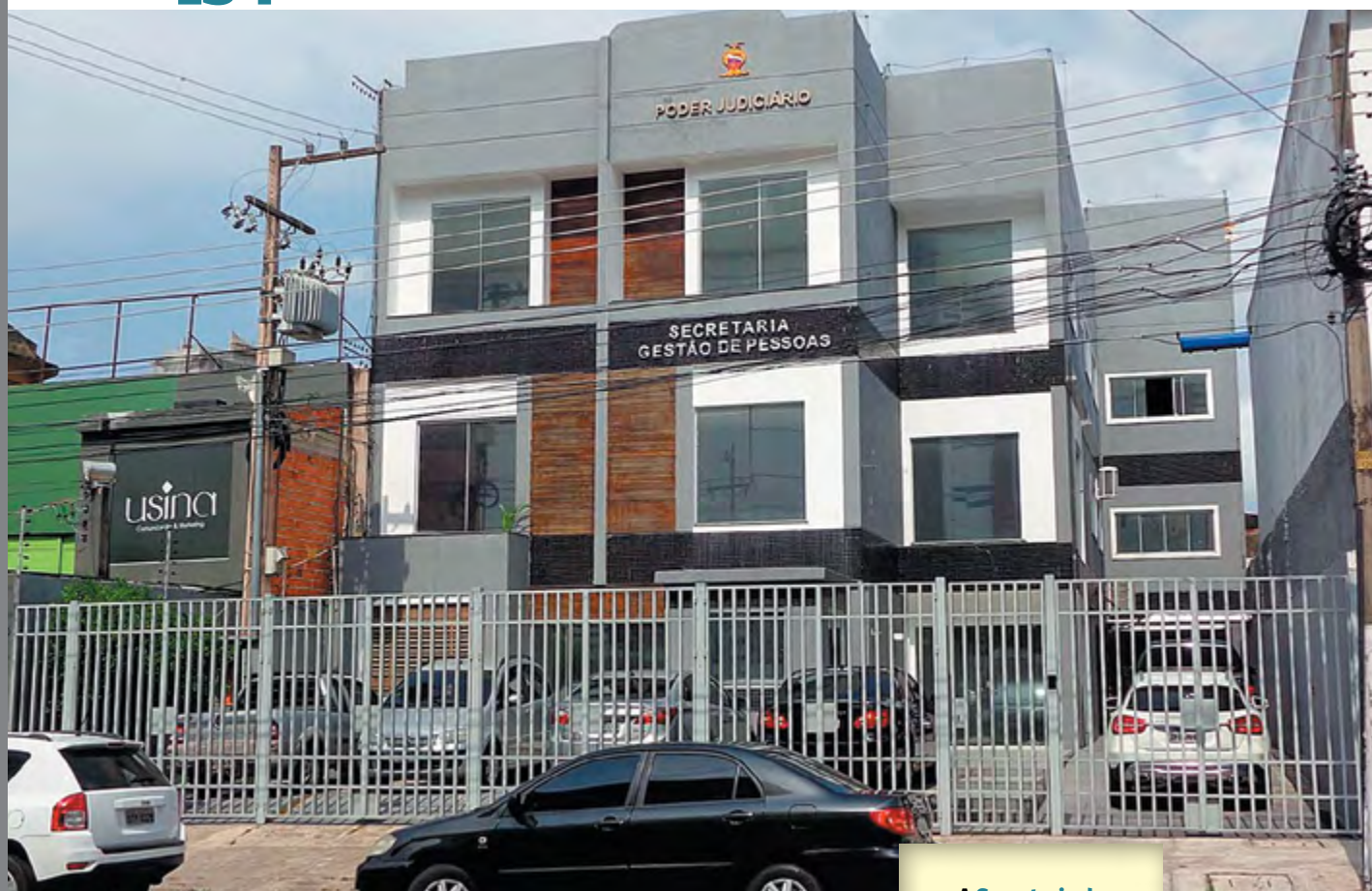
as com deficiência.

RIO MARIA

A um custo aproximado de R\$ 137 mil foi feita a reforma e adaptação de imóvel alugado para funcionamento provisório das atividades forenses da Comarca de Rio Maria, no sul do Pará, até a construção do novo prédio no mesmo local onde funciona o Fórum.



O Fórum de Rio Maria, no sul do Pará, funciona em um imóvel alugado e reformado



DIVULGAÇÃO

GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA foi transferida para um prédio alugado na Travessa Curuçá, no Umarizal, desocupando os anexos II e III, próximos ao Fórum Criminal. As adequações tiveram custo aproximado de R\$ 115 mil.

A Secretaria de Gestão de Pessoas foi transferida para o Umarizal, abrindo espaço nos anexos do Fórum Criminal

VARAS CRIMINAIS

As 2ª, 3ª e 4ª Varas do Juizado Especial Criminal da Capital foram transferidas do prédio da Avenida Tamandaré para o primeiro pavimento de imóvel alugado na Avenida Pedro Miranda. A adequação das instalações foi feita a um valor aproximado de R\$ 97 mil. Está prevista também a transferência de outros Juizados Criminais da Capital e das coordenadorias de Precatórios e dos Juizados Especiais para o mesmo imóvel.

Prédio na Pedreira abriga três varas do Juizado Especial Criminal e receberá novas unidades

DIVULGAÇÃO



CASA DE JUSTIÇA

A Casa de Justiça e Cidadania (foto) do TJPA foi reinstalada em um imóvel na Travessa Presidente Pernambuco, cujas obras de adequação custaram aproximadamente R\$ 74 mil.

DIVULGAÇÃO





O novo Fórum de Rio Maria terá investimentos de R\$ 3,1 milhões

DIVULGAÇÃO

Obras em andamento têm investimento de R\$ 12,7 milhões

Com um investimento global de R\$ 12,7 milhões, o TJPA mantém mais seis obras em andamento em Rio Maria, Ananindeua, Óbidos, Alenquer e em Belém.

Novo Fórum de Rio Maria

Com custo aproximado de R\$ 3,1 milhões, o edifício térreo está sendo construído em uma área de aproximadamente 740 m² para abrigar vara única em terreno de 2.370 m², com espaço para a OAB, Defensoria Pública e Ministério Público, e área de espera própria, além de toda estrutura



O Fórum da Comarca de Óbidos, no oeste do Pará, é outro investimento do Judiciário no interior

DIVULGAÇÃO

judiciária, Salão do Júri, sala de reunião do Conselho de Sentença e salas de testemunhas, depósito de bens apreendidos com área reservada para armas; earceragem, com celas para homens e mulheres e custódia para menor, masculina e feminina, e sala de reconhecimento.

Bloco I do Fórum de Ananindeua

Com área de construção de 1.442,60m², o custo aproximado da obra é de R\$ 3,7 milhões, com pavimento térreo e área de recuo na frente com cinco vagas, área para motos e bicicletas, recepção, banco, salas para OAB, Defensoria Pública e Ministério Público com sanitários privativos, UNAJ, laboratório de informática, sanitários públicos, para funcionários e pessoas com deficiência, circulação, elevador e escada, sala de equipamentos, com acesso para o bloco 2. Os pavimentos abrigarão dois conjuntos de Varas, cada uma com gabinete de juiz, assessoria, audiência e secretaria, almoxarifado, sala para equipamentos, sanitários públicos, para funcionários e pessoas com deficiência, circulação, elevador e escada.

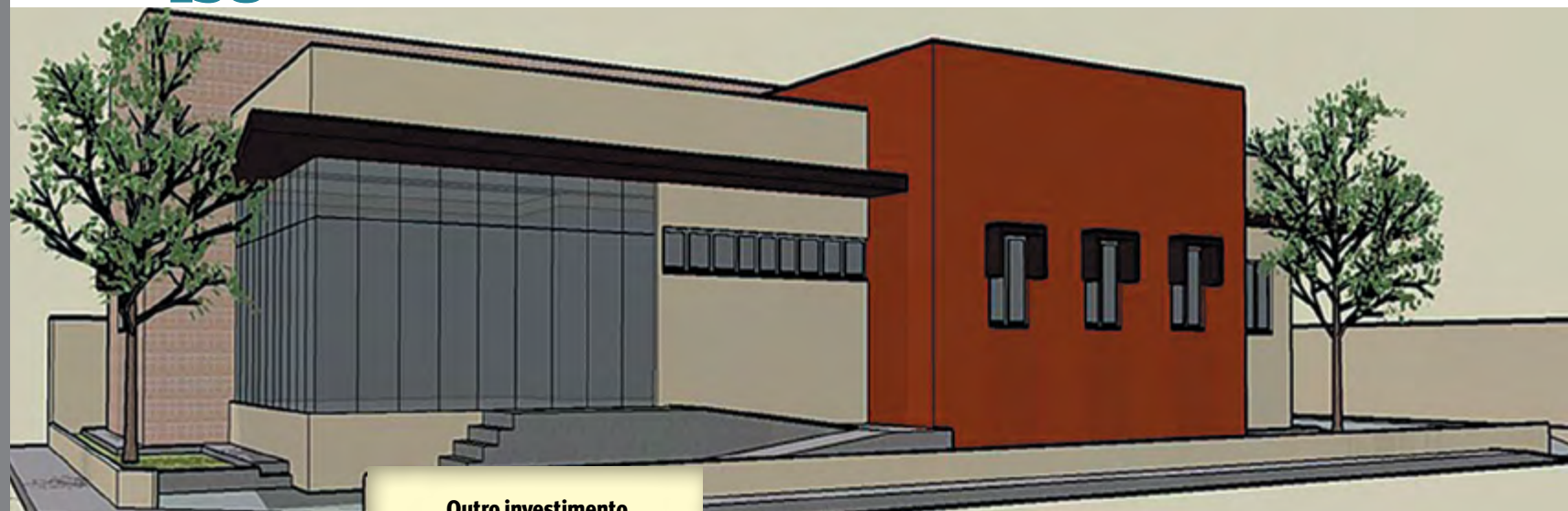
Fórum da Comarca de Óbidos

Com custo de aproximadamente R\$ 2,7 milhões, a edificação terá área total construída de 662,80 m² e a área urbanizada é de 174,11 m², com toda a estrutura reservada aos prédios do Judiciário e mais uma vaga de garagem, um bicicletário para cinco bicicletas e uma área de segurança reservada exclusivamente para embarque e desembarque de detentos.



O bloco I do Fórum de Ananindeua terá um investimento de R\$ 3,7 milhões para melhorar o atendimento ao público

DIVULGAÇÃO



Outro investimento importante no oeste do Estado é o Fórum de Alenquer: R\$ 2,1 milhões

DIVULGAÇÃO

Reforma parcial do Prédio Sede

A um custo estimado de R\$ 804 mil, a reforma no Edifício Sede do Poder Judiciário vai revitalizar o imóvel e recuperar esquadrias de madeira danificadas, além de impermeabilizar infiltrações.

Adequação do Gazebo do Prédio Sede

A um custo total de aproximadamente R\$ 308 mil, a obra objetiva melhorar as condições do espaço para a realização de eventos e ações do TJPA.

Fórum da Comarca de Alenquer

O prédio terá 551,97m² de área construída em um terreno de 959,47m² e um custo estimado de R\$ 2,1 milhões, com estrutura no padrão de obras do Judiciário, além de estrutura para rede de cabeamento estruturado, central telefônica e câmeras de segurança e combate a incêndio, atendendo integralmente às condições de acessibilidade.

Prédio sede do TJPA, no Lauro Sodré, passa por reforma e revitalização para a retirada de infiltrações

RICARDO LIMA



O Espaço Gazebo do Lauro Sodré será vedado e climatizado para uso como espaço de eventos

DIVULGAÇÃO

O espaço será vedado com esquadrias em vidro temperado para possibilitar a climatização. A obra prevê também infraestrutura elétrica e lógica.

Projetos e anteprojetos

Concluídos os projetos e anteprojetos de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Barcarena; de construção do Fórum Distrital de Mosqueiro e dos Fóruns de Viseu, Tailândia, Vitória do Xingu e de Altamira; de adequação

elétrica do Fórum de Santarém e da construção do novo Data Center do TJPA em Belém. Estão em fase de anteprojeto, as construções dos novos Fóruns de Xinguara e Castanhal e a climatização do espaço de circulação do Fórum Cível da capital.

Situação dos projetos

Reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Barcarena	Concluído
Conclusão da obra de construção do Fórum Distrital de Mosqueiro	Concluído
Conclusão da obra de construções do Fórum de Viseu	Concluído
Construção do novo Fórum de Tailândia	Concluído
Construção do novo Fórum de Vitória do Xingu	Concluído
Construção do Novo Fórum de Altamira	Concluído
Adequação elétrica do Fórum de Santarém	Concluído
Construção do novo Datacenter do TJPA	Concluído
Construção do novo Fórum de Xinguara	Anteprojeto
Construção do novo Fórum de Castanhal	Anteprojeto
Climatização da área de circulação do Fórum Cível da capital	Anteprojeto

FONTE: TJPA / SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Novos prédios

Presidente do TJPA instala Vara e entrega unidades judiciárias

Foi instalada a 5ª Vara da Fazenda Pública e inauguradas a Secretaria Única das Varas de Fazenda da Capital e os prédios da Divisão de Manutenção e das Varas de Infância e Juventude

A 5ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da capital foi instalada pelo presidente do TJPA, Desembargador Constantino Guerreiro, no dia 16 de dezembro, para apreciar ações de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. A nova unidade inicia com 1,5 mil ações de tutela coletiva, que tramitavam nas quatro Varas de Fazenda, que envolvem temas de meio ambiente, improbidade administrativa e saúde.



Unidade de Processamento Judicial unifica a Secretaria das cinco Varas de Fazenda da Capital

O Desembargador Presidente inaugurou também, no mesmo dia, a Unidade de Processamento Judicial (UPI), que unifica a Secretaria das cinco Varas de Fazenda da Capital.

MANUTENÇÃO

Na segunda-feira, 12, o Desembargador Constantino Guer-

ÉRIKA NUNES



A 5ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital herdou 1,5 mil ações de tutela coletiva sobre meio ambiente, improbidade e saúde

reiro inaugurou as novas instalações da Divisão de Manutenção da Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJPA, cujo prédio na Rua Dr. Malcher, 163, Cidade Velha, homenageia o advogado Egídio Sales, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Pará e ex-consultor-geral do Estado. A solenidade de descerramento da placa contou

com a participação da filha do homenageado, a também advogada Ângela Sales. “É uma honra para a família ver que depois de 11 anos do falecimento, meu pai ainda merece reconhecimento pelo seu trabalho, sendo ele advogado, portanto sem vínculos com o Tribunal de Justiça, mas defensor da autonomia do Poder Judiciário.



O prédio que abriga as quatro Varas de Infância e Juventude reedita homenagem ao Desembargador Paulo Frota

INFÂNCIA E JUVENTUDE

O Desembargador Presidente inaugurou as novas instalações da 1ª, 2ª e 3ª Vara da Infância e Juventude de Belém, cujo edifício homenageia o desembargador Paulo Frota.

“Paulo Frota é considerado entre nós e nacionalmente reconhecido como defensor incansável de medidas de amparo e proteção daqueles pequenos em busca dos bons caminhos contextualizados no Estatuto da criança e da Juventude. Transportar seu nome do edi-

fício anterior para este novo significa manter e reavivar por todo o sempre a memória e o reconhecimento. Que se siga o seu exemplo”, disse o Desembargador Constantino, que descerrou a placa de inauguração com a viúva do desembargador Paulo Frota, Telma Frota. “Esse momento é de muita emoção e agradecimento para mim. Vão fazer 15 anos que o Paulo se foi e até hoje seus colegas magistrados tem consideração com ele”, disse ela.

O edifício Des. Paulo Frota, que abriga as três Varas da Infância e Juventude, funciona na Rua Tomázia Perdigão, 240, na Cidade Velha.



Prédio da Divisão de Manutenção recebeu o nome do advogado Egídio Sales, homenagem ao ex-presidente da OAB/PA e ex-consultor-geral do Estado

A Unidade de Processamento Judicial unificará as secretarias das cinco Varas de Fazenda Pública da Capital



ÉRIKA NUNES

Gestão de pessoas

Judiciário admite novos servidores e magistrados

São 300 novos servidores, 226 dos quais aprovados para comarcas do interior e 74 na capital

O Tribunal de Justiça do Pará admitiu mais 300 novos servidores, aprovados no concurso público 002/2014, 226 dos quais em comarcas do interior e 74 na capital, evidenciando a preocupação do Judiciário paraense em ampliar a sua estrutura para assegurar melhores condições de atendimento aos jurisdicionados nas diversas regiões do Estado, sobretudo no interior. Foram convocados 151 novos servidores, em 2015, e 149 em 2016.

Esse processo seletivo para provimento de cargos efetivos de nível médio e superior e for-

Processo seletivo para provimento de cargos de níveis médio e superior possibilitou a remoção de 108 servidores

mação de cadastro reserva no Judiciário paraense, homologado em 2015, também possibilitou a remoção de 108 servidores classificados em concurso nas suas diversas funções, com vistas à alocação dos novos quadros.

O Poder Judiciário do Pará também convocou, em 2016, mais 52 novos juizes substitutos, aprovados no concurso público 001/2014, ainda em valida-

de, e mais cinco magistrados foram alçados ao desembargo.



O Desembargador Presidente Constantino Guerreiro saúda os novos servidores convocados para o serviço público no âmbito do Judiciário

ÉRIKA NUNES

O planejamento e o desenvolvimento organizacional foram incrementados pelas Leis nºs 8.314, 8.320, 8.323 e 8.324, de 2015, que criaram cargos e unidades para a Secretaria de Administração, Presidência e Vice-Presidência, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, e transforma-

ram o Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção em Secretaria de Engenharia e Arquitetura. A criação das novas unidades e dos respectivos cargos buscou adequar a estrutura do Judiciário às novas demandas, externas e internas, e garantir mais celeridade às decisões administrativas.

Prevenção é o foco da política de atenção integral à saúde

Atenção integral à saúde, prevenção de agravos, plano de assistência à saúde, cuidados com a saúde física e mental e condições compatíveis com o pleno desempenho das atribuições de magistrados servidores são pressupostos que norteiam as ações do Plano de Gestão no biênio 2015-2017, durante o qual foi instituído o Grupo de Trabalho que elaborou, implantou e acompanhou a Política de Atenção Integral à Saúde de magistrados e servidores do TJPA.

Foi feita a revisão da Carta de Serviço nas áreas médica, psicossocial, odontológica, de enfermagem e de saúde ocupacional, para descrever as equipes disponíveis, horário de funcionamento, localização e tipos.

Nove processos das unidades vinculadas à Coordenadoria de Saúde foram mapeados, dois

Indicadores de saúde 2015

INDICADOR	VALOR MÉDIO TOTAL (%)
Índice de absenteísmo doença em magistrados	2,85%
Índice de absenteísmo doença em servidores	3,44%
Índice de Realização de Exames Periódicos de Saúde em Magistrados	0,31%
Índice de Realização de Exames Periódicos de Saúde em Servidores	0,0249%

FONTE: TJPA / SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS



ÉRIKA NUNES

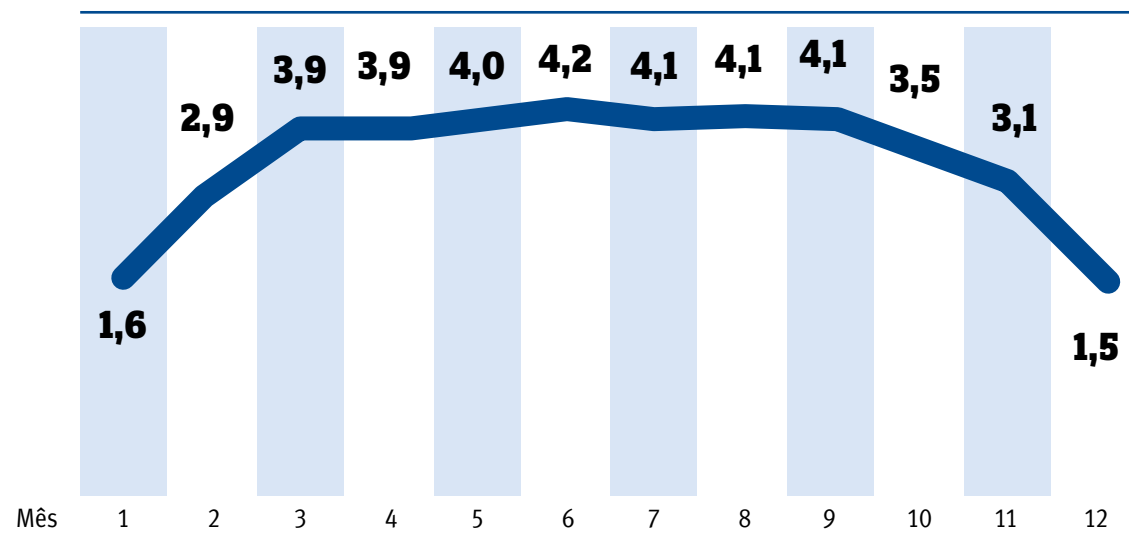
A Corrida do Judiciário, em Belém, é uma das ações de prevenção a agravos à saúde desenvolvidas pelo Judiciário no Pará

dos quais - licença saúde e campanhas educativas - foram formatados no Programa Bizagi, em parceria com a Secretaria de Controle Interno.

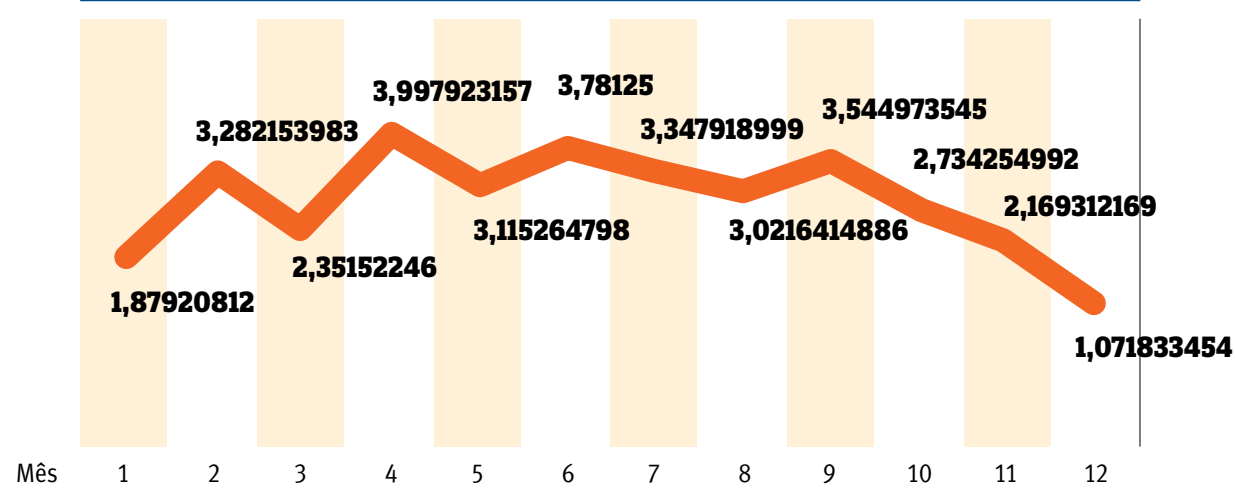
Foram definidos indicadores, tais como taxa de absenteísmo-doença, taxa de realização

de exame periódico, taxa de realização de exame pericial e taxa de morbidade. Os indicadores relativos a 2015 foram enviados ao CNJ e as planilhas, criadas pelo próprio CNJ, foram preenchidas na página específica para esse fim.

Índice de Absenteísmo de Servidores - 2015



Índice de Absenteísmo de Magistrados - 2015



FONTE: TJPA / SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

MANUAL

O TJPA elaborou o seu Manual da Política de Atenção à Saúde de Magistrados e Servidores, com base na literatura especializada e na regulação criada a partir de fevereiro de 2015, que inclui as cartas de serviço de suas unidades de saúde, os mapas de serviço, a resolução nº 43/2014, de 1º de abril de 2014, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); a portaria nº 2.046-2015-GP, de 27 de maio

de 2015, que instituiu o Grupo Permanente de Trabalho da PAISMS-TJPA; e a portaria 1.774-2016-GP, de 13 de abril de 2016, que instituiu o Comitê Gestor Local.

Um plano de comunicação, fundamentado nas estratégias de *endomarketing*, reforçou o enfoque preventivo da política de atenção à saúde nos canais institucionais, com reformulação e realimentação de site específico no Portal Interno, programa de entrevistas na Rádio Web Jus, criação

e manutenção periódica das Cartilhas de Educação em Saúde, identidade visual das ações preventivas - tais como projeto Saúde Itinerante, Cine TJ e Sarau de Talentos -, e uso das televisões dos serviços médico e odontológico nas ações de educação.

Os serviços médico, odontológico e psicossocial e as equipes de enfermagem e saúde ocupacional atuaram de forma integrada nas ações preventivas e também em parceria com o Depar-

tamento de Documentação e Informação, agregando às atividades a abordagem cultural em programações como o Sarau de Talentos, o Cine TJ, Saúde Itinerante, Rodas de Conversa em Saúde Mental, Ginástica Laboral, Educação Postural e Campanhas Educativas em Saúde, dentre as quais o Mês das Mulheres, Dia das Mães, Mês Junino, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Servidor Público, Novembro Azul, Dezembro Vermelho.



Crianças e jovens, filhos de servidores, exibem talentos em um sarau organizado para eles

FELIPE NOBRE



Palestra do "Outubro Rosa", de prevenção ao câncer de mama e de colo de útero, no prédio sede do TJPA

“Saúde Itinerante” dá ênfase à qualidade de vida e à sustentabilidade

Um conjunto de boas práticas contribuiu para difundir as ações voltadas à prevenção, à qualidade de vida e à sustentabilidade no interior e na capital e envolver os familiares de servidores e magistrados.

O projeto “Saúde Itinerante”, com ênfase na prevenção, teve sua primeira edição nos dias 17 e 18 de setembro de 2015, em Santarém, atendendo a 79 servidores (72,4%), 15 adolescentes da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará - Fasepa (13,8%) e 15 familiares de magistrados e servidores (13,8%).

A Coordenadoria de Saúde é parceira estratégica na efetivação do Plano de Logística Sustentável do Judiciário paraense, aferindo mensalmente alguns indicadores, entre os quais a participação dos servidores nas ações voltadas à qualidade de vida no trabalho e de solidariedade e ações de inclusão para servidores com deficiência.

O Sarau de Talentos de crianças e adolescentes, filhos de magistrados e servidores, apresentou trabalhos manuais, desenhos e números musicais, com repertório nacional e internacional.

A alimentação saudável foi o foco do projeto Qualidade de Vida e Alimentação Saudável, com abordagem preventiva contra a obesidade como doença precursora de distúrbios metabólicos como o diabetes mellitus.

A prevenção do câncer de mama e do colo do útero, no Outubro Rosa, envolveu exposições dialogadas, com transmissão on line do conteúdo a todas as Comarcas do interior do Estado. A prevenção em Saúde Mental foi reforçada pelas Rodas de Conversa organizadas e coordenadas pelo Serviço de Apoio Psicossocial de Apoio a Magistrados e Servidores.

WILL MONTENEGRO

Reestruturação

Fórum Criminal ganha novas varas e viabiliza audiências de custódia

TJPA unificou a execução Penal na Região Metropolitana de Belém e criou a 4ª Vara de Tribunal do Júri com competência sobre Icoaraci e Mosqueiro

N

o Fórum Criminal da capital, o biênio 2015-2017 foi marcado por ampliação da estrutura judiciária, re-

formas dos espaços existentes, além de formação e capacitação dos servidores, para melhorar a qualidade do atendimento às demandas dos jurisdicionados. A adoção das audiências de custódia e a criação de duas novas varas na Região Metropolitana de Belém foram as principais ações do período.

A Resolução nº 21/2016, de 29 de junho, unificou a execução penal na Região Metropolitana de Belém em uma única Vara e criou a 4ª Vara de Tribunal do Júri, com competência para julgar crimes dolosos contra a vida, inclusive em Mosqueiro e Icoaraci.

O Pleno do Tribunal de Justiça do Pará

(TJPA) adotou essas providências a partir das seguintes medidas: modificou a competência da 1ª

Vara de Execução Penal, transformando-a na 4ª Vara de Tribunal do Júri, e unificou na 2ª Vara de Execução Penal todos os processos de supervisão das penas de detentos sentenciados, designando-a como Vara de Execução Penal da Região Metropolitana de Belém.

Os juízes João Augusto Oliveira e Cláudio Rendeiro assumiram as titularidades, respectivamente, da Vara de Execução Penal da Região Metropolitana de Belém e da 4ª Vara do Tribu-

nal de Júri.

A criação da 4ª Vara do Júri aliviará o estoque

Audiências de custódia e duas novas varas criminais na Região Metropolitana de Belém foram as principais ações do período



O Fórum Criminal, no coração da Cidade Velha, teve sua estrutura ampliada para dar mais qualidade ao atendimento

RICARDO LIMA

de processos da 3ª Vara Criminal do Distrito de Icoaraci e da Vara única do Distrito de Mosqueiro que assume em sua estrutura o mesmo quadro de servidores da extinta 1ª Vara de Execuções Penais da Região Metropolitana de Belém. O objetivo é melhorar a eficiência na atividade jurisdicional dessas unidades.

A Vara de Execuções Penais da Região Metropolitana de Belém abrange as comarcas da capital, de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Isabel e supervisionará o cumprimento das sentenças penais, inclusive as precatórias, dos condenados a penas priva-

tivas de liberdade internados e custodiados em unidades prisionais na respectiva área de jurisdição, além das que integram o Complexo de Americano, em Santa Isabel do Pará. Também estão sob a jurisdição da Vara detentos que cumprem as penas em regime aberto, domiciliar ou sob liberdade condicional.

A Vara também exercerá, excepcionalmente, a execução de penas privativas de liberdade em comarcas onde não haja vara especializada.

A estrutura funcional inclui os servidores da antiga 2ª Vara de Execuções Penais da Região Metropolitana de Belém, somados aos remanescentes da 1ª Vara de Execuções Penais da Região Metropolitana de Belém.



CUSTÓDIA

No período de 28 de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, um total de 1.428 indiciados foram ouvidos pelo Juízo em audiências de custódias, segundo a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado (Susipe).

No período foram concedidos 729 alvarás de soltura, com e sem monitoramento; houve 696 prisões preventivas; dois encaminhamentos a Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e uma prisão domiciliar. Do total de indiciados, apenas 42 retornaram, ou o equivalente a 2,94% do montante.

A audiência de custódia no Fórum Criminal da Capital é uma parceria com o Poder Executivo para enfrentar os problemas operacionais do sistema penitenciário do Estado.

A audiência logo após a prisão em flagrante é um mecanismo de controle da legalidade e

O juiz Flávio Leão, entre o ministro Lewandowski, então presidente do STF, e os Desembargadores Constantino Guerreiro e Milton Nobre, na primeira audiência de custódia do Pará

da verificação da necessidade da prisão, além de meio de constatação de tortura à pessoa presa. A ação é regulada pelo Provimento Conjunto nº 01/2015 publicado no dia 25/09/2015.

REFORMAS

Pinturas, reorganizações de espaço físico, trocas de forro, aquisições de equipamentos, substituições de forros e divisórias, criação de ambientes, manutenção de central de ar, aplicação de manta na laje do prédio principal, reforma e

compra de equipamentos, colocação de divisória e piso, nova cobertura, nova pintura e nova iluminação no estacionamento, instalação de portas de madeira e de vidro, reformas de longarinas e aquisição de mobiliário. Essas foram algumas das ações adotadas no Fórum Criminal para melhorar o espaço físico nas seguintes unidades: Protocolo, Distribuição, Central de Mandados, Sala dos Oficiais de Justiça, Pavimento Térreo, Coordenadoria da Mulher, 3ª Vara da Mulher, Plenário Nelson Amorim, Plenário Orlando Vieira, Carceragem, Espaços para Audiência de Custódia, Prédio Prin-

cipal, Assessoria Militar, Recepção, Térreo do Anexo São João, 13ª Vara, Copa das Varas de Violência Doméstica, Sala dos Motoristas, Plenário Elzaman Bitencourt, 1º, 2º e 3º andares do Fórum Criminal, Corredores das Varas de Violência Doméstica, Estacionamento dos Magistrados, Espaço físico para a Susipe e o Propaz, 4ª Vara do Júri, Gabinete da 3ª Vara do Tribunal do Júri, 8ª Vara Criminal, 13ª Vara Criminal, Secretaria da 13ª Vara Criminal, 2ª Vara de Violência Doméstica, Vara de Cartas Precatórias; Sefis, Vara de Inquéritos Policiais e Alojamento da Assessoria Militar.

RICARDO LIMA



A Corregedora da Região Metropolitana de Belém, Des. Diracy Nunes, com servidores na nova sala da Corregedoria no Fórum Cível da Capital

Obras melhoram a estrutura e a segurança do Fórum Cível

Oficiais de Justiça receberam novos computadores, impressoras e escâneres para o melhor desempenho de suas atividades

O

Fórum Cível da Capital amplia a sua estrutura com obras de construção e reformas. A Sala dos Oficiais de Justiça, no 1º andar do prédio principal, recebeu novos computadores, impressoras e escâneres, e foram concluídas as obras de instalação da Secretaria Única da Fazenda Pública, cujo modelo é o projeto “Cartório do Futuro”, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), com três núcleos: Atendimento ao Público, Movimentação (controle e prazo) e Cumprimento das Decisões sob coordenação de um diretor geral. O objetivo é assegurar a melhor distribuição dos recursos humanos e do espaço físico, aumentando a produtividade pela padronização e especialização das atividades judiciais.

Foram instaladas 28 novas câmeras de vigilância a partir de 2015, distribuídas pelas áreas interna e externa do andar térreo e pelos corredores

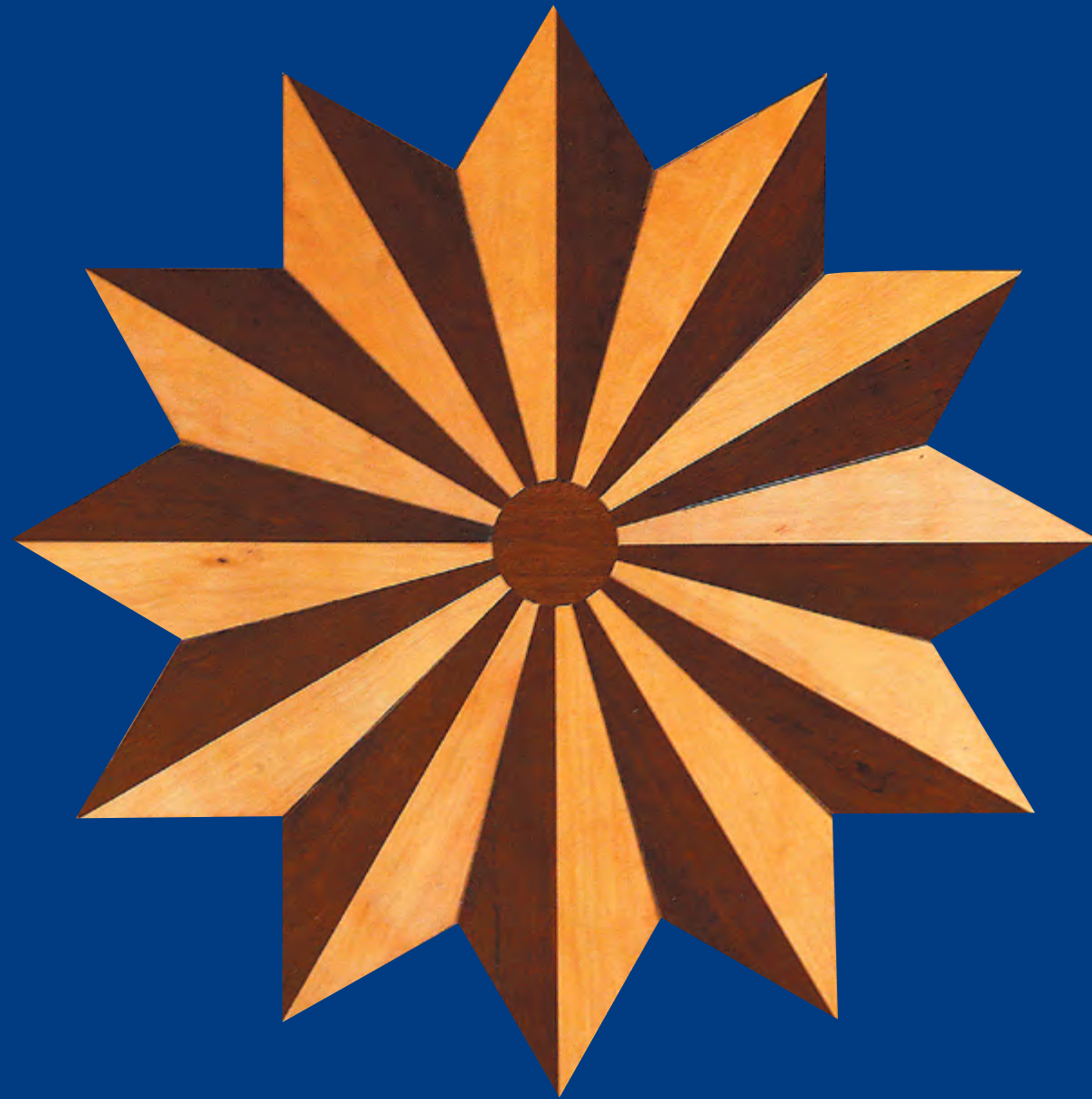
de circulação dos andares superiores. O sistema de segurança, que era analógico, passou a funcionar pelo Sistema Digital DVR, com equipamentos mais adequados e resolução de melhor qualidade. A captura de imagens, com padrão elevador, foi substituída por um sistema de câmeras com sensores de LED e de movimento. Não há mais ponto cego no interior e entorno do Fórum Cível. O sistema de vigilância alcança inclusive as fachadas dos prédios do almoxarifado, da Cidade Velha, do Serviço Médico, dos Anexos I e II e do Arquivo, na Avenida 16 de Novembro.

Foram fixados os corrimões das escadarias do prédio anexo ao Fórum Cível e substituídos dois elevadores antigos, melhorando a mobilidade e a segurança para magistrados, servidores, serventuários e jurisdicionados que circulam pelas 30 varas instaladas no Fórum Cível, onde há audiências regulares e grande fluxo de pessoas.

Foram instaladas 28 novas câmeras de vigilância, nas áreas interna e externa do andar térreo e pelos corredores dos andares superiores

ERIKA NUNES

Tecnologia



INFORMÁTICA

TJPA é o segundo em progresso tecnológico entre 92 cortes do País **160**

SUPORTE

Central garante apoio às ações dos magistrados **168**

Informática

TJPA é o segundo em progresso tecnológico entre 92 cortes do País

Perfil em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC, do CNJ, classifica o desempenho como "Aprimorado", com nota 0,75

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) é o segundo do País em progresso tecnológico dentre os 92 órgãos do Poder Judiciário brasileiro, segundo estudo publicado no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O TJPA recebeu a classificação "Aprimorado", com nota 0,75, atrás apenas do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), com nota 0,80. Nenhum dos avaliados alcançou a classificação Excelência, com notas de 0,9 a 1,0.

O CNJ atribuiu menções a todos os tribunais do país para classificar a situação de governança, gestão e infraestrutura da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), avaliados pelas classificações "baixa, satisfatória, aprimorada" ou "excelência".

A Secretaria de Informática implantou a rede de fibra óptica na Região Metropolitana de Belém, em Santarém, Itaituba e Marabá.

O Perfil em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário, inédito no país, busca aprimorar o acompanhamento da evolução da TI nos diferentes órgãos da Justiça brasileira. Trata-se de um instrumento novo para que o CNJ acompanhe a maturidade de cada tribunal em tecnologia da informação". Os tribunais responderam a um questionário com cerca de 270 perguntas, referentes a políticas, ao planejamento, às competências e ao desempenho das pessoas, ao controle de gestão, à integração e ao nivelamento dos sistemas e aos serviços de infraestrutura, entre outros aspectos.

O Índice de Governança de TIC avalia sete dimensões, entre as quais o nível de políticas e planejamento da corte na área.



Atuação do Judiciário tem suporte de tecnologia, informação e comunicação

Melhorar os serviços de comunicação de dados e o funcionamento da central de atendimento e do monitoramento de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), aprimorar a gestão dos sistemas informatizados corporativos, integrar os sistemas do TJPA a outros sistemas, conforme interesse institucional, ampliar a Política de Segurança da Informação (PSI) e aprimorar a proteção das informações são as responsabilidades da Secretaria de Informática no Plano de Gestão do biênio 2015-2017.

Para melhorar a qualidade do atendimento ao usuário, aprimorar o desenvolvimento de sistemas e aumentar a velocidade dos links de comunicação, houve a recuperação de máquinas e foram mantidos no parque computacional equipamentos com idade maior que o padrão estabelecido, diminuindo as aquisições e aumentando investimentos em circuitos de comunicação de dados confiáveis e mais velozes.



A distribuição e instalação de 1,4 mil computadores foi uma das ações para modernizar a infraestrutura de TIC e melhorar os serviços

RICARDO LIMA

Na área de Desenvolvimento de Sistemas houve padronização e gerenciamento de projetos para melhorar a qualidade dos sistemas corporativos entregues pela Secretaria.

Para garantir a modernização da infraestrutura de TIC e melhorar o serviço aos servidores e jurisdicionados, a Secretaria de Informática atuou em várias frentes:

- > Adquiriu solução de indexação e pesquisa do Google para acelerar resposta a consultas complexas na base de dados de processos;
- > Expandiu o projeto Active Directory, que reúne as autenticações, e os servidores passaram a acessar todos os recursos disponíveis na rede com apenas uma senha;

> Implantou a rede de fibra óptica na Região Metropolitana de Belém, em Santarém, Itaituba e Marabá, melhorando a qualidade de acesso à internet e aos sistemas;

> Instalou o monitoramento de redes, servidores e sistemas, para gerenciar disponibilidade, experiência de usuário e qualidade de serviços;

> Distribuiu e instalou 1,4 mil computadores, 200 impressoras, mais de 300 notebooks e 941 monitores, conforme tabela abaixo.

Equipamentos

EQUIPAMENTOS	AQUISIÇÃO	DOAÇÃO (CNJ)	TOTAL
Computadores Desktops	500	941	1441
Impressoras monocromáticas – Tipo A4	200	-	200
Notebooks	330	-	330
Monitores	--	941	941

FONTE: TJPA / SECRETARIA DE INFORMÁTICA

> Criou a ferramenta Informações Gerenciais de Pessoal (IGP), que possibilitou aos gestores o acompanhamento da formação do quadro funcional das unidades sob suas responsabilidades, concentrando as informações e melhorando a qualidade das decisões gerenciais.

> Reestruturou redes e infraestrutura de mais

de 40 comarcas do interior, por meio do projeto de TI Itinerante, de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática e telecom, organização de racks, instalação de novos pontos de rede, suporte e reciclagem dos treinamentos dos sistemas corporativos, reconfiguração e instalação de equipamentos aceleradores de rede, com os seguintes resultados:

Atividades

ATIVIDADES	TOTAL	ATIVIDADES	TOTAL
Computadores substituídos	128	Computadores otimizados	602
Nobreaks novos entregues	132	Pontos de rede instalados	387
Impressoras novas entregues	30	Racks instalados ou reorganizados	32
Leitoras novas entregues	36	Mudança de layout	18

FONTE: TJPA / SECRETARIA DE INFORMÁTICA

Atendimento ao usuário foi reestruturado

A Secretaria de Informática também prosseguiu a reestruturação dos serviços da Coordenadoria de Atendimento ao Usuário, para aumentar a qualidade do serviço prestado, com as seguintes ações:

- > Melhorou o canal de atendimento web da Central de Serviços;
- > Construiu mais de 500 documentos na base de conhecimento;
- > Reformulou imagem e fez campanhas de *endomarketing* na central de serviços;
- > Criou quatro indicadores de acompanhamento contratual;
- > Fez o acompanhamento gerencial de desempenho dos atendimentos;
- > Realizou pesquisa de satisfação do usuário

> Reestruturou o catálogo de serviços e mapeamento dos níveis de execução;

> Implantou o ciclo de qualidade nos atendimentos usando a metodologia CSAT – Customer Satisfaction Score;

> Operou indicadores de qualidade em tempo real;

> Reorganizou a equipe da central de serviços;

> Reestruturou os processos de gerenciamento de incidentes e solicitações;

> Elaborou sub-processos de atendimento e de aprovação da CAU;

> Implantou canal de Ouvidoria de TIC para críticas e sugestões aos serviços da Secretaria de Informática, com o objetivo de melhorá-los.

Sistemas incorporam novas versões e funcionalidades

A gestão dos sistemas informatizados garante-lhes aprimoramento e melhoria como ação de natureza contínua. Durante o biênio 2015-2017, novas versões de sistema foram lançadas para atender a solicitações de usuários, corrigir problemas e melhorar o desempenho. Dentre as várias atualizações, destacam-se:

> O sistema PJe (Processo Judicial Eletrônico) foi instalado em todos os juizados cíveis e em 4 varas cíveis. Para padronizar e definir os fluxos dos procedimentos do sistema foi montado um Grupo de Trabalho responsável pela homologação das demandas.

> O sistema Libra exige procedimento constante de melhoria, pois detém o maior volume de informações processuais do TJPA. Nesta gestão, por causa do novo Código de Processo Civil, o Libra incorporou a gestão de grandes demandas e de grandes litigantes, implementou a lista cronológica dos julgamentos, integrou-se aos sistemas do Ministério Público e da Defensoria, adotou a distribuição de processos nos termos do novo Regimento Interno, implantou nova assinatura digital, passou a distribuir mandados entre comarcas, gerencia as ações coletivas, faz arquivamento provisório, prioriza as tramitações, disponibiliza voto e relatório antes das sessões colegiadas, disponibiliza as guias de inscrição de débitos e módulo para controle de mandados aos oficiais de Justiça, adotou módulo de gestão de processos de improbidade administrativa, gestão da Justiça criminal, acervo de metas, além da produção de vários novos relatórios.

> O sistema Projudi passou por manutenções para disponibilizar novas funcionalidades à gestão dos grandes litigantes, disponibilização de certidão de indisponibilidade, redistribuição por área, alteração do módulo de cálculo de prazo, consulta a ações coletivas, além da produção de

vários novos relatórios.

> Os sistemas arrecadores judicial e extrajudicial foram alterados para melhorar a arrecadação, garantir maior aderência às legislações vigentes, mais eficácia na prestação jurisdicional e aprimorar mecanismos de fiscalização.

> Produção de dados estatísticos para serviços como Justiça em Números, Business Intelligence (BI), Consulta de processo Mobile e Portal das Metas, projeto que envolve todas as formas de análise, levantamento e geração de dados estatísticos e consultas.

> Alterações no sistema MentoRH, que possibilitaram a votação do comitê de orçamento do primeiro grau, desenvolvimento dos módulos de banco de horas, de prestação de contas de diárias, e de informações gerais de pessoal, bem como envio de e-mails de informações gerenciais aos gestores.

> O Sistema de Precatórios incluiu o cadastro de entidade beneficiária, alteração da funcionalidade de emissão de alvarás com descontos e geração de arquivo com informações de precatório ao CNJ.

> O Sistema de Depósitos Judiciais teve implantadas a validação/consulta dos alvarás do TJPA, emissão de guias RPV online, repasses informatizados ao tesouro estadual, conforme lei estadual n.º 8.312/2015, para a melhoria da gestão e celeridade dos depósitos judiciais.

> O SEOF desenvolveu o módulo de elaboração do plano plurianual, a migração do plano para o orçamento e a integração do novo módulo de PPA com o módulo de orçamento.

> O sistema Audi foi entregue a sete instituições conveniadas.



ERIKA NUNES

O sistema do **Processo Judicial Eletrônico** foi instalado em todos os juizados cíveis e em quatro varas cíveis da capital

Segurança da informação exige um conjunto de ações

Garantir a segurança da informação exige várias ações que, em conjunto, asseguram que o objetivo seja alcançado. Alguns procedimentos estão sendo executados.

> A otimização de recursos de correio eletrônico garantiu um servidor mais rápido, moderno e de nova interface, que facilita a utilização deste meio de comunicação oficial.

> Implantação de firewall para aprimorar a segurança dos sistemas, dados e serviços

disponibilizados pela Secretaria.

> Foram promovidas as seguintes ações relacionadas à área de banco de dados:

> Atualização das bases de dados Oracle para a versão 11.2, com melhorias em estabilidade e performance, além de novas funcionalidades;

> Implantação de replicação nas bases Oracle, SQL Server e PostgreSQL, que permite maior tolerância a falhas da infraestrutura;

- > Instalação de instância da versão 2016 do SQL Server;
- > Implementação de diversas otimizações nas rotinas de backup, para diminuir o uso de recursos e o tempo de retorno;
- > Redução do número de licenças dos produtos Oracle, e consequente redução no valor global do contrato de suporte, sem afetar a qualidade do serviço aos usuários, devido ao alto poder de processamento dos novos servidores Cisco;
- > Implementação de compressão em índices nas bases Oracle, reduzindo o uso de disco e memória dos servidores.
- > Para mitigar os riscos de falha na segurança dos sistemas, foram adotadas as seguintes medidas:
- > Elaboração de material didático para cursos relacionados à política de segurança da informação;
- > Definição da metodologia e procedimentos para atualizar patches de segurança;
- > Segregação dos ambientes necessários ao ciclo de desenvolvimento;
- > Ampliação da abrangência do serviço de controle de acesso (proxy bluecoat);
- > Instalação dos novos servidores blades;
- > Atualização do controle de fluxo entre datacenter e internet e usuários;
- > Instalação de equipamentos de TIC, softwares e serviços;
- > Implantação dos serviços de consulta externa às bases do Sistema Libra (webconsultas e wsconsultas) em servidores separados para melhoria de segurança e performance;
- > Instalação/implantação dos equipamentos servidores recebidos do CNJ;
- > Instalação/implantação do equipamento de armazenamento de dados (Storage Huawei) recebido do CNJ;
- > Implantação dentro dos datacenters (Lauro Sodré e Fórum Cível) do novo endereçamento IP da rede interna do Tribunal;
- > Aquisição de certificados digitais (com token) para utilização nos sistemas institucionais do Tribunal;
- > Segregação em redes distintas dos ambientes produção, homologação, treinamento e testes para as aplicações e serviços do Tribunal;
- > Padronização das soluções de gateway instaladas nas unidades judiciais;
- > Instalação de equipamentos de aceleração wan (riverbed) nas unidades judiciais;
- > Renovação dos contratos atinentes à área de segurança.



Skype e pregão eletrônico são algumas das novidades

Outras atividades que merecem destaque são a aquisição emergencial de no-break para o datacenter, a implantação do serviço de comunicação Skype, que diminui o custo com telefonia ao incorporar a tecnologia de comunicação por meios de link de dados. Esta ferramenta deverá ser utilizada também no projeto de sustentação oral. Foram implantadas também estação de trabalho modelo e biblioteca de mídias definitivas, para padronizar os computadores quanto aos softwares utilizados e

às configurações de segurança, reduzindo o tempo de manutenção, pois a catalogação dos softwares utilizados permite o melhor gerenciamento das licenças adquiridas.

Foi implantado também o projeto Pregão Eletrônico nas sessões plenárias, com instalação de TVs em todos os plenários do Tribunal, para a exibição das informações dos feitos pautados para a sessão. Foi desenvolvida funcionalidade no Sistema Libra para atender a essa demanda.

Suporte

Central garante apoio às ações dos magistrados

Criação de boletim informativo e de grupos de magistrados no Whatsapp, por regiões judiciárias, são algumas das inovações do biênio 2015-2017

A

Central de Comunicação Interna e Apoio à Magistratura (CCIAM) é responsável pelo gerenciamento dos sistemas de terceiros, que originalmente eram de competência da Secretaria de Informática, entre os quais BACENJUD, INFOSEG, INFOJUD e RENAJUD. Está em andamento a implantação de um novo sistema SERASAJUD. A Central atende aos pedidos de ativação, reativação, exclusão de usuários, inclusão de unidades

A Central de Comunicação Interna e Apoio à Magistratura (CCIAM) substituiu a antiga Central de Pesquisa e Apoio à Magistratura (CPAM)

judiciárias (Varas) e geração de senhas com os respectivos perfis de acesso desses sistemas.

A Central é responsável também pela elaboração do lotaciograma e atualização da área dos Magistrados no Portal do TJPA, onde constam os boletins da CCIAM, o banco de boas práticas e o banco de sentenças.

Entre as inovações no biênio, relacionadas ao Plano de Gestão destacam-se:

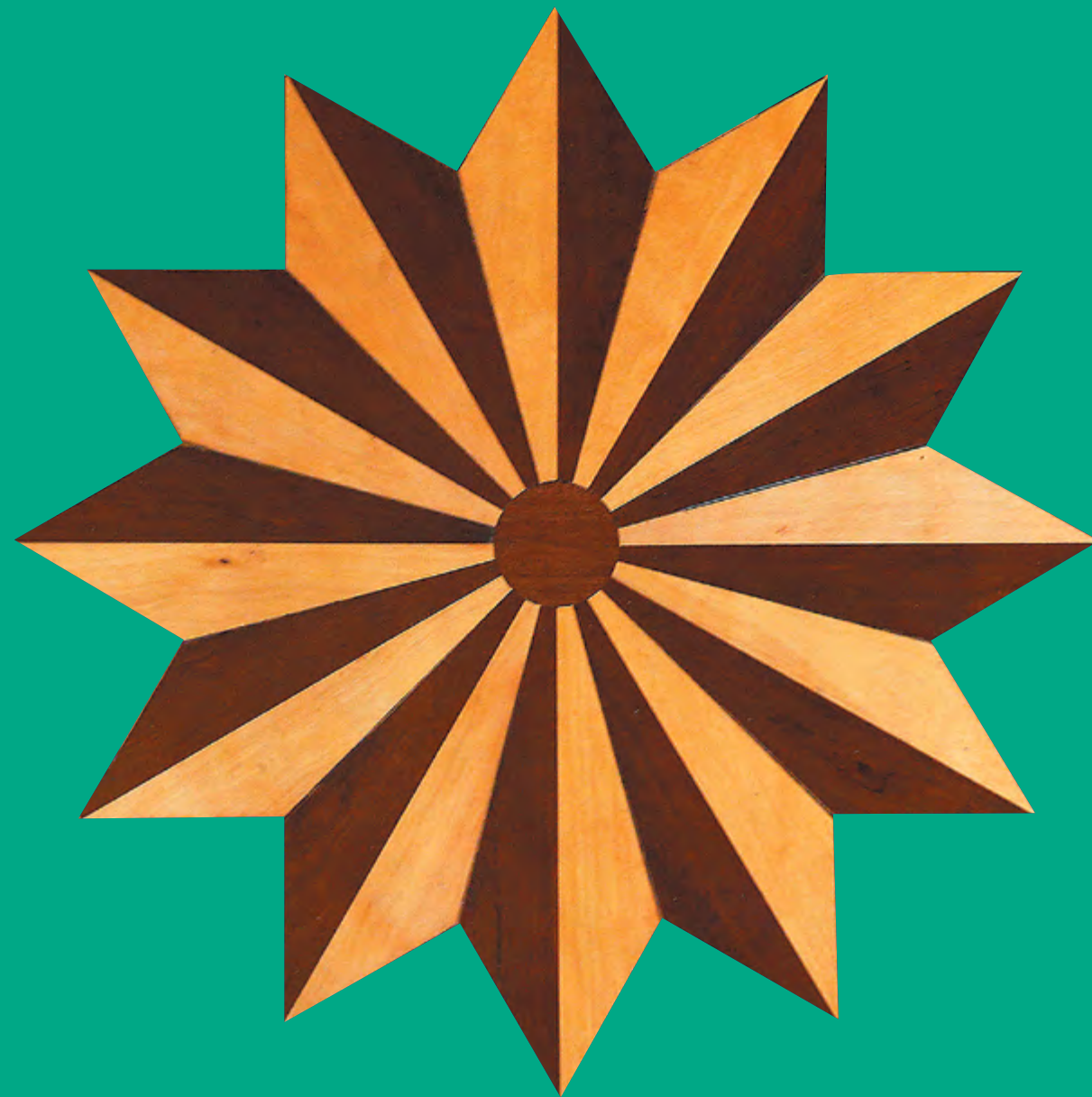
- ▶ Criação do Boletim informativo, alimentado quinzenalmente com notícias sobre atos da Presidência, Tribunal Pleno e Conselho da Magistratura, nas esferas administrativas e judicial, com 24 boletins durante a gestão;
- ▶ Implantação do Whatsapp em grupos de Magistrados, divididos por regiões judiciárias;
- ▶ Criação de Banco de Sentenças para ser alimentado de forma periódica pelos Magistrados.

No biênio 2015-2017, a Lei nº 8.320, de 14 de dezembro de 2015, instituiu a Central de Comunicação Interna e Apoio à Magistratura (CCIAM), alterando a denominação da antiga Central de Pesquisa e Apoio à Magistratura (CPAM), criada pela Lei nº 6.983, de 19 de junho de 2007 (Art. 1º, inciso I, alínea a), para facilitar a prestação jurisdicional, dar apoio técnico-jurídico e operacional-administrativo aos Magistrados e fornecer subsídios para auxiliá-los na execução de suas funções.



AIRTON NASCIMENTO

Institucional



GESTÃO	
Controle Interno reduz riscos e fortalece governança institucional	172
ORDEM JUDICIAL	
Alvará de soltura eletrônico abrange dois graus de jurisdição do Judiciário	178
FORMAÇÃO CONTINUADA	
Ensino, pesquisa e extensão para 3,2 mil servidores do sistema de Justiça no Pará ...	185
INTERCÂMBIO	
Canais de comunicação aproximam o Poder Judiciário do seu público	194
DEMANDAS REPETITIVAS	
Coordenadoria melhora controle de recursos extraordinários e especiais	200
SEGURANÇA	
Militares zelam pela proteção institucional do Judiciário no Pará	204
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	
Judiciário aprova novo regimento interno, cria varas e eleva comarcas	208
VISITAS	
Presidente percorre as Comarcas do interior	216
EQUIPES DE TRABALHO	218

Gestão



Servidores do TJPA participam de oficina sobre **Controle Interno** no prédio sede

RICARDO LIMA

Controle Interno reduz riscos e fortalece governança institucional

Fiscalização e avaliação da gestão e dos controles administrativos estimulam racionalização, eficiência, eficácia, economicidade e legalidade

U

ma nova metodologia na elaboração de manuais de procedimentos, impulso ao monitoramento de auditorias e processos de trabalho e efetivação da Divisão de Receitas foram as principais ações da Secretaria de Controle Interno (SCI) do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) no biênio 2015-2017.

Unidade técnica que fiscaliza e avalia a gestão e os controles administrativos, a SCI estimula racionalização, eficiência, eficácia, economicidade

PROCESSOS DE TRABALHO

No monitoramento dos processos de trabalho, a Divisão de Acompanhamento, sob a orientação da Divisão de Auditoria, elaborou plano de ação para alinhar-se à Resolução CNJ nº 171/2013 e à Decisão Plenária CNJ nº 0201047-40.2009.2.00.0000, que definem procedimentos e vedações à atuação do Controle Interno.

Projeto piloto de monitoramento de processo de trabalho no setor de Transporte foi usado como parâmetro para os demais processos abrangidos na competência da SCI.

e legalidade dos atos administrativos, com o objetivo de fortalecer a governança e melhorar os processos de trabalho.

Em consonância com o Planejamento Estratégico e o Plano de Gestão do biênio 2015-2017, a SCI participou de maneira efetiva no Macrodesafio “Instituição da Governança Judiciária”, operacionalizando a ação que visa a “Fortalecer os sistemas de controles internos do TJPA”.

No exercício de 2016, em parceria com a Secretaria de Informática, a SCI prosseguiu na tutoria da elaboração dos Manuais de Procedimentos Administrativos para aprimorar a modelagem das rotinas.

A novidade é o uso do software livre BIZAGI, que documenta na linguagem Business Process Modeling Notation, fornece diagrama da rotina com textos apropriados e gera manual em formato PDF, cuja publicação pode ser feita em ambiente Web, na área de cada setor que o produziu.



A Secretaria de **Controle Interno** manifestou-se sobre a conformidade de 2,2 mil processos envolvendo pessoal, licitações, contratos, entre outros

RICARDO LIMA

Tomando como referência a ferramenta denominada “Conta Vinculada”, cedida recentemente pelo STJ, a Divisão de Auditoria desenvolveu banco de dados para possibilitar que a Divisão de Acompanhamento monitore o processo de liberação das verbas trabalhistas da conta vinculada.

No biênio 2015-2017, até setembro deste ano, a SCI manifestou-se sobre a conformidade em 2.228 processos envolvendo pessoal, licitações e contratos, liberação de encargos trabalhistas da conta vinculada, obras e serviços de engenharia, entre outros, conforme o gráfico ao lado.

BOAS PRÁTICAS

O TJPA contribui de forma decisiva com as demais instituições do Poder Judiciário ao desenvolvimento de boas práticas de auditoria, por meio do Sistema AUDI, apresentado com êxito em encontros de repercussão nacional, como o “Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário”, com várias entregas gratuitas do produto desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Informática, para permitir a integração técnica entre o auditor e o responsável pelo evento auditado. Durante o biênio 2015-2017, nove instituições judiciárias receberam o AUDI e outras quatro

aguardam para ter acesso ao Sistema.

MONITORAMENTO

No segundo semestre de 2016, a Divisão de Auditoria impulsionou o monitoramento das recomendações das auditorias e inspeções dos últimos cinco anos, em cumprimento das metas do Plano

Annual de Atividades de Auditoria Interna - PAAI 2016.

Foram selecionadas 22 auditorias e cinco inspeções para o monitoramento, levando em consideração o Índice de Aderência do Auditado (IAA) e o Índice de Alcance da Conformidade (IAC), indicadores de resultados das auditorias.

Em todas as auditorias, o IAA medido foi de 100%, o que evidencia a adesão total dos setores do TJPA aos Relatórios de Auditoria emitidos pela SCI. O IAC, por sua vez, tem-se apresentado sempre em contínuo crescimento, em

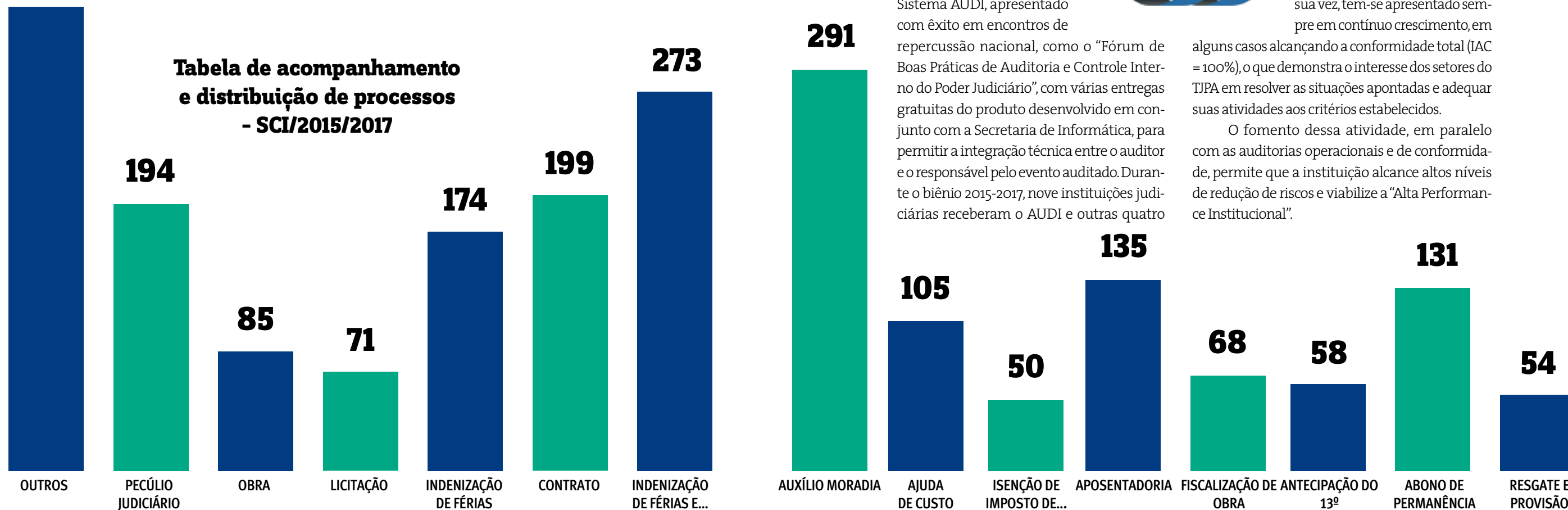
alguns casos alcançando a conformidade total (IAC = 100%), o que demonstra o interesse dos setores do TJPA em resolver as situações apontadas e adequar suas atividades aos critérios estabelecidos.

O fomento dessa atividade, em paralelo com as auditorias operacionais e de conformidade, permite que a instituição alcance altos níveis de redução de riscos e viabilize a “Alta Performance Institucional”.

Durante o biênio 2015-2017, nove instituições judiciárias receberam o AUDI e outras quatro aguardam para ter acesso ao sistema

340

Tabela de acompanhamento e distribuição de processos - SCI/2015/2017



FONTE: TJPA / SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gestão por competência dá os primeiros passos

O aprimoramento da gestão de pessoas no âmbito do Poder Judiciário, com ações relacionadas à avaliação e ao desenvolvimento de competências, é um dos macrodesafios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o período 2015-2020, conforme a Resolução nº 198/2014.

Um comitê técnico foi criado para implantar e acompanhar a metodologia da Gestão por Competências no âmbito do Judiciário paraense e um processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, firmou contrato de consultoria para os serviços de implementação do modelo, com vigência de 24 meses, contados de 27 de abril de 2016 a 27 de abril de 2018.

Foram realizadas oficinas de capacitação sobre o tema para 40 servidores, ações de sensibilização por meio de vídeo institucional, divulgação de material gráfico (banner, folder, panfletos) e três palestras para servidores, no edifício sede, no Fórum Cível e no Fórum Criminal.

A consultoria faz análise documental, entrevistas e oficinas de mapeamento para elaborar a descrição de cargos e funções do TJPA, bem como as competências preliminares. Os próximos passos são a validação das descrições de cargos e funções e das competências individuais; definição do instrumento

de avaliação de competências, orientação para aplicar o instrumento de avaliação de competências, aplicação do instrumento de avaliação por competências, capacitação dos servidores na elaboração, análise e interpretação dos rela-

tórios de competências, palestra sobre feedback e construção de plano de desenvolvimento individual, adequação dos atuais instrumentos de avaliação de desempenho e relatório final de conclusão do projeto.



O Des. Ricardo Nunes, Vice-Presidente do TJPA, faz a abertura da palestra sobre Gestão por Competências no prédio sede do TJPA, em agosto de 2016

Ordem judicial

Alvará de soltura eletrônico abrange dois graus de jurisdição do Judiciário

Sistema garante eficiência e celeridade no cumprimento das determinações judiciais

A implantação do Alvará de Soltura Eletrônico equiparou a eficiência e celeridade no cumprimento de ordem judicial nos dois graus de jurisdição, pois a ferramenta já estava em operação nos juízos criminais singulares.

A funcionalidade foi implantada por meio do uso de token, no sistema Libra, o que permite ao relator ou ao presidente das Câmaras Criminais Reunidas assinar o alvará ele-

O uso do token permite que o relator ou o presidente das Câmaras Criminais assinem o alvará eletronicamente

tronicamente, possibilitando o cumprimento da ordem de liberdade em questão de horas, sem necessidade do cumprimento de diligência por Oficial de Justiça.

Compete à Susipe informar ao TJPA, também eletronicamente, sobre o cumprimento da ordem liberatória, conforme estabelece o direito fundamental à razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal de 1988.

ÉRIKA NUNES



Pregão Eletrônico nas sessões do Pleno exigiu a instalação de monitores de TV para a exibição das informações dos feitos em pauta

Pregão eletrônico acelera o julgamento nas Câmaras

O Sistema de Pregão Eletrônico foi implantado nos cinco plenários em que funcionam os 12 órgãos do TJPA. A funcionalidade consiste na disponibilização de 15 televisores, nos quais são transmitidos os resumos dos dados do processo em apreciação, dispensando-se a leitura, pelo presidente do órgão julgador, de

todos os dados do feito em pauta, ficando os magistrados e jurisdicionados informados, em tempo real, através do pregão eletrônico do caso em apreciação, cujos dados são extraídos diretamente do sistema Libra. A economia de tempo é a principal vantagem do sistema, sobretudo ante a extensão das pautas de julgamento.

Nova Estratégia de Produção cria Manual de Rotinas do 2º Grau

A padronização das rotinas cartorárias de 2º Grau foi precedida de reuniões, entre dezembro de 2015 e julho de 2016, com os secretários de Câmara do TJPA, nas quais se constatou múltiplas rotinas em ações ou recursos com idêntica previsão, legal e regimental, para processamento. Isso gerava incerteza nos jurisdicionados e procuradores públicos ou privados,

bem como potencializava o “tempo neutro” na concretização das providências processuais.

Foram identificadas boas práticas que, mesmo sem institucionalização prévia, passaram a ser adotadas, consensualmente, nas secretarias de Câmara, gerando ganho quantitativo e qualitativo no serviço cartorário. Após seis meses de reuniões, o grupo de secretários

de Câmara, auxiliados tecnicamente pelo Departamento de Planejamento e pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do TJPA, elaborou minuta de Manual de Rotinas de 2º Grau, tendo sido adotada a Nova Estratégia de Produção (NEP) para a melhor execução de serviços cartorários, com posterior submissão do Manual à Presidência do TJPA para os fins de Direito.

As atividades desenvolvidas pelas secretarias de Câmara foram divididas em três Núcleos – Atendimento, Movimentação e Cumprimento – que permitem a especialização de servidores em determinadas tarefas, proporcionando-se

o incremento da produtividade, mesmo sem o aumento do quadro funcional.

O revezamento de trabalhadores nos núcleos permite que a íntegra do procedimento cartorial seja de conhecimento de todos, o que evita a interrupção dos serviços em casos de afastamentos funcionais decorrentes de férias ou licenças.

FLUXOS PROCESSUAIS

Além da mudança física das secretarias, decorrente da adoção da metodologia escaninho-prazo, tornou-se necessária também a padronização dos fluxos processuais fora das unidades cartorárias, com a participação efetiva das demais unidades administrativas pelas quais tramita o processo no TJPA.

Secretários de Câmaras, chefes do Serviço de Protocolo, da Central de Distribuição, do Setor de Autuação, da Central de Mandados, da Divisão de Registro de Acórdãos e Jurisprudência e do Serviço de Expedição e Correspondência apresentaram, então, as respectivas minutas dos capítulos referentes às suas unidades administrativas, com posterior acolhimento no Manual de Rotinas de 2º Grau.

Com o intuito de compatibilizar o Manual de Rotinas de 2º Grau com os ditames da Lei Estadual nº 8.328/2015, após a descrição das providências cartorárias foram inseridos os comentários da Divisão de Acompanhamento e Controle da Arrecadação de Serviços Judiciais, otimizando-se a detecção e cobrança de custas decorrentes das providências processuais a serem cumpridas pelas secretarias de Câmara.

Foram conjuntamente elaborados também modelos de certidões, ofícios, mandados, cartas, editais etc, que constam do Anexo do Manual de Rotinas de 2º Grau, como referenciais concretos para o melhor andamento do trabalho cartorário.

Foram padronizados também os procedimentos de Plantão Judiciário, nas Seções Cível e Criminal, possibilitando maior efetividade às providências previstas na Resolução nº 16/2016.



As Câmaras Cíveis Isoladas passaram a adotar a Nova Estratégia de Produção a partir de agosto de 2016, com ganhos de produtividade

ÉRIKA NUNES

PROTOCOLO

Quatro secretários de Câmara ministraram curso de Atualização Jurídica aos servidores do Serviço de Protocolo de 2º Grau, diante da constatação de que a operação do sistema Libra pela unidade dependia, em grande medida, de conhecimentos técnicos sobre ações e recursos com tramitação no TJPA, pois a catalogação sis-

têmica de petições e feitos enseja a vinculação de várias classes processuais a um mesmo número processual (numeração única do CNJ).

A partir das oficinas, houve sensível diminuição do retrabalho decorrente de lapso na protocolização de documentos judiciais, passando o Serviço de Protocolo a manter contato estreito com os secretários de Câmara no caso de dúvidas procedimentais.

Ferramenta aprimora consulta aos bancos de dados judiciais

As consultas aos bancos de dados de decisões administrativas e judiciais foram otimizadas pela ferramenta Google Search Appliance (GSA), que filtra a busca da informação por parâmetros como decisão monocrática, acórdão, seções, órgão julgador, classe, relatoria e ano do julgamento, mostrando-se dispensável o prévio conhecimento, pelo consulente, do vocabulário jurídico controlado (tesauro jurídico).

Na Jurisprudência do TJPA foi criada abade denominada “Jurisprudência Administrativa Interna”, na qual estão catalogados os principais acórdãos sobre temas administrativos mais buscados, tais como convênios e contratos, regime jurídico único e procedimentos disciplinares.

Foram consolidados também os doze Enunciados Administrativos do TJPA acerca da Lei nº 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), além das Súmulas da Corte e das Emendas pertinentes à Resolução nº 13/2016 (Novo Regimento Interno).

Em complemento ao Banco de Dados de Decisões Judiciais foi criado atalho denominado “Banco de Temas Jurídicos” – dividido entre “Questões Penais”, “Questões Cíveis” e “Casos Notórios” –, no qual estão catalogados os acórdãos dos julgamentos com maior repercussão social, assim como consta o atalho “Lei Maria da Penha na visão do TJPA”, que se caracteriza como repositório de acórdãos mais relevantes sobre a temática abordada pela Lei Federal nº 13.340/2006.

ÉRIKA NUNES



A pilha de livros de acórdãos proferidos pelo Tribunal Pleno e pelas Câmaras Cíveis e Criminais sintetizou-se em 25 CDs

Mais de mil livros de acórdãos foram digitalizados

Em conjunto com a Divisão de Registros de Acórdãos e Jurisprudência, a Divisão de Documentação e Arquivo e a Secretaria de Informática, foi realizada a digitalização de 1.075 livros de acórdãos, do período de 1982 a 2006, proferidos

pelo Tribunal Pleno e pelas Câmaras Cíveis e Criminais do TJPA.

As informações digitalizadas foram gravadas em 25 CDs e inseridas pela Secretaria de informática na ferramenta Sharepoint, banco de dados que está à disposição da Divisão de Registros de Acórdãos e Jurisprudência e da Divisão de Documentação e Informação para atendimento de consultas.

Formação continuada



RICARDO LIMA

A Des. Luzia Nadja Guimarães diretora da ESM, com os 40 concluintes do curso de especialização em Gestão e Liderança, que durou 1 ano e oito meses, em parceria com o Centro Universitário do Pará (Cesupa). Ao lado, a oradora da turma, Neliane Colares. Abaixo o juiz Sílvio César Maria dos Santos dá aula aos novos juízes.



RICARDO LIMA



RICARDO LIMA

Ensino, pesquisa e extensão para 3,2 mil servidores do sistema de Justiça no Pará

Magistrados, servidores, membros do Ministério Público e da Defensoria têm, na ESM, uma referência de capacitação profissional

Um total de 3,2 mil pessoas, entre desembargadores, juízes, servidores, estagiários, membros do Ministério Público e advogados, participaram de atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovidas pela Escola Superior da Magistratura (ESM), que mantém cursos de pós-graduação, de aperfeiçoamento e de formação continuada, credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

Na pós-graduação, a ESM deu continuidade ao Curso de Especialização em Direito Registral e Imobiliário. Os cursos de aperfeiçoamento proporcionam visão interdisciplinar e multidisciplinar. Foram realizados os cursos de “Bioética aplicada ao Direito”, “Excepcionalidade da Prisão Provisória”, “Impacto econômico das decisões judiciais”, “Controle de Constitucionalidade no âmbito Estadual”, “Direito Tributário e Guerra Fiscal”, “Responsabilidade Civil”, “Proteção internacional de Direitos Humanos pelo Poder Judiciário Estadual”, “Crimes Cibernéticos”, “Dossimetria da Pena”, “Execução Penal”, “Sentença Penal”, “Execução das Penas e Medidas Alternativas” e “Audiência de Custódia”.

Na pós-graduação, a ESM deu continuidade ao Curso de Especialização em Direito Registral e Imobiliário

DIREITO CIVIL

A ESM promoveu o já tradicional ciclo de altos estudos em Direito Processual Civil, especialmente para o 2º Grau de Jurisdição, além de vários módulos sobre o novo Código de Processo Civil. Foram realizados também cursos de aperfeiçoamento em tutela coletiva, para contribuir com a efetivação do macrodesafio da gestão de ações coletivas.

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

Foi realizado também curso de mediação e conciliação judicial, com especialistas indicadas pela ENFAM.



ÉRIKA NUNES

Novos juízes durante a aula inaugural do curso de formação de magistrados, na Escola Superior da Magistratura

Formação continuada envolveu 1,2 mil pessoas

Para o vitaliciamento e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, houve 49 formações, com 1.045 horas de atividades acadêmicas e a capacitação de 1.250 pessoas, entre as

quais 17 desembargadores, 170 juízes, 956 servidores e 107 participantes não ligados ao TJPA, como estagiários, membros do Ministério Público e advogados.

Formação continuada

CURSOS	CH	APROVADOS				TOTAL
		MAGISTRADOS		SERVIDOR TJPA	OUTROS	
		JUIZ	DES.			
49	1045	170	17	956	107	1.250

FONTE: TJPA / ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA (ESM)

Cursos de extensão alcançaram 1,9 mil pessoas

Um total de 1.985 pessoas participaram das atividades de extensão da ESM, que incluem encontros jurídicos, aulas magnas, palestras, cursos técnicos de capacitação e pesquisas voltadas a magistrados, servidores e comunidade, envol-

vido, portanto, o público interno e o externo. Foram 26 formações, com carga horária de 282 horas. Do total de participantes, sete eram desembargadores, 73 juízes, 244 servidores e 1.661 pessoas externas ao TJPA.

Atividade de extensão

ATIVIDADES/ CURSOS	CH	APROVADOS				TOTAL
		MAGISTRADOS		SERVIDOR	OUTROS	
		JUIZ	DES.			
26	282	73	7	244	1.661	1.985

FONTE: TJPA / ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA (ESM)

O esforço de formação continuada da ESM está consolidado no quadro abaixo, que reúne três grupos de atividades.

Formação continuada

ATIVIDADES/ CURSOS	CH	APROVADOS				TOTAL
		MAGISTRADOS		SERVIDOR TJPA	OUTROS	
		JUIZ	DES.			
Formação continuada 49	1045	170	17	956	107	1.250
Atividade de extensão 26	282	73	7	244	1.661	1.985

FONTE: TJPA / ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA (ESM)

Site disponibiliza vídeo aulas dos cursos presenciais

O site da Escola da Magistratura foi estruturado para dinamizar a pesquisa com grupos temáticos de atuação judicial e, em especial, armazenar

os cursos presenciais, agora disponíveis em vídeo aulas a magistrados e servidores de todas as comarcas do Estado, bem como ao público em geral.

Pesquisa quer melhorar gestão das unidades judiciárias

A equipe técnica da ESM, em cooperação com magistrados, mantém projeto de pesquisa sobre Gestão Judicial do 1º Grau de Jurisdição no contexto

amazônico, para analisar ao menos 50% das Varas Judiciais do Pará, nas três entrâncias, para propor melhorias na gestão das unidades judiciárias.

Parcerias aprimoram a prestação jurisdicional no Estado

A ESM participou, ainda, de atividades com instituições parceiras para ampliar ações interinstitucionais que aprimorem a prestação jurisdicional. Dentre essas instituições destacam-se:

- 1) Procuradoria Geral do Estado do Pará
- 2) Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)
- 3) Agência Brasileira de Inteligência
- 4) PROPAZ
- 5) Escola Tenente Rêgo Barros
- 6) Secretaria de Estado de Meio Ambiente
- 7) Polícia Militar do Estado do Pará
- 8) Superintendência do Sistema Penal
- 9) Escola Nacional da Magistratura
- 10) Ministério Público do Estado do Pará
- 11) Associação Brasileira dos Agentes de Viagens (ABAV)
- 12) Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará
- 13) Universidade Federal do Pará
- 14) Escola de Governança do Estado do Pará
- 15) Defensoria Pública do Estado do Pará
- 16) CEIJ

RICARDO LIMA



A Des. Luzia Nadja Guimarães, diretora da ESM, com os novos magistrados durante curso de formação



A desembargadora **Dahil Paraense**, coordenadora do Nupemec, com mediadores formados pelo TJPA

ÉRIKA NUNES

Mais de 300 mediadores capacitados em 13 cursos

No biênio 2015-2017, o Nupemec formou um total de 304 mediadores em 13 cursos promovidos em várias comarcas do Estado. Em 2015, houve cinco cursos, cada um deles com 24 participantes, nas comarcas de Parauapebas, sudeste do Pará, de 26 a 30 de janeiro e depois em abril; em Santarém, de 6 a 10 de abril, e em Belém, no Cejusc Famaz, em dois períodos, de 31 de agosto a 4 de setembro, e de 14 a 18 de setembro. Também na área de formação, o Nupemec organizou na comarca de Santarém, de 9 a 4 de abril, o “Seminário Guarda Compartilhada, Mediação e Justiça Restaurativa”, com a participação de juizes da área cível, membros da OAB/PA, do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM) e de alunos das faculdades de Direito de Santarém.

Em 2016, foram mais oito cursos, o primeiro deles em Parauapebas, de 25 a 29 de janeiro, for-

mou 16 mediadores/conciliadores. Os demais foram realizados nas comarcas de Paragominas, de 15 a 19 de fevereiro; na Escola Superior da Magistratura, em Belém, em dois períodos, de 25 a 29 de abril e de 16 a 20 de maio; na Comarca de Breves, no Marajó, de 13 a 17 de junho; na Escola Superior da Magistratura, em Belém, de 20 a 24 de junho; na comarca de Redenção, no sul do Pará, de 29 de agosto a 3 de setembro; e na Escola Superior Madre Celeste (Esmac), em Ananindeua, nos dias 8, 9, 10, 16 e 17 de setembro. Cada um deles formou 24 novos mediadores/conciliadores, totalizando 184 capacitações. Há previsão de mais quatro cursos de mediação até dezembro deste ano nas comarcas de Ananindeua e Santarém, Cejusc Famaz e Escola Superior da Magistratura. Foram certificados 85 mediadores/conciliadores judiciais e 4207 em formação.

Ciclo de palestras discute o novo CPC

Para valorizar as expertises de seu quadro efetivo, a Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais destacou servidores para participar do ciclo de palestras “O Novo CPC em debate”, organizado pela Coordenadoria de Formação e Treinamento. O projeto piloto ocorreu nas dependências do Edifício Sede do TJPA, contando com a participação de servidores e magistrados. Com o sucesso, o projeto foi levado para os polos do interior, começando em Santarém e atendendo às comarcas vizinhas.

RODADAS DE CONVERSA

Foi implantado também o projeto “Rodadas de Conversas”, uma troca de aprendizagens entre os componentes da Coordenadoria. Cada servidor apresenta ao grupo um tema jurídico de seu domínio, a fim de compartilhá-lo com os demais, forma de capacitação interna entre os próprios servidores.

INFORMÁTICA

A Secretaria de Informática também capacitou servidores nos sistemas de gerenciamento de banco de dados Oracle e SQL Server.

CUSTAS

A Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças deu treinamento sobre a nova lei de custas judiciais, abrangendo a sistemática inaugurada pelo novo Código de Processo Civil e promoveu o curso “O Fortalecimento do Poder Judiciário Paraense e o Novo Regimento de Custas”, abrangendo as Comarcas das 11ª, 14ª e 15ª Regiões Judiciárias, com a participação de 164 servidores e magistrados.

APOIO

Como ação de apoio à atividade jurisdicional, em abril de 2015, o Nupemec promoveu palestra, no auditório Agnano Monteiro Lopes, com a Oficial de Justiça Carmem Sisnando, especialista no método de Constelação Familiar. O objetivo foi conhecer a metodologia e viabilizar sua aplicação como técnica de resolução de conflitos no Judiciário, por meio de conciliação e mediação. Em agosto de 2016, o Nupemec lançou o projeto piloto de “Aplicação das Constelações Familiares”, com palestra da Médica Marly Azevedo e a participação de magistrados, servidores e operadores do direito, representantes do Ministério Público, da Justiça do Trabalho e da OAB/PA. No dia 16 de outubro de 2015, houve o “Seminário Direito de Vizinhança”, na Famaz, com a participação de professores, coordenadores e mediadores capacitados para atuar em mutirão de demandas relacionadas com essa questão.

Formação envolveu 2,5 mil servidores em 78 cursos presenciais e a distância

A formação e a capacitação de responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA envolveram cursos presenciais e a distância para 2.577 servidores, em 78 cursos, no biênio 2015-2017, com uma carga horária total de 1.386 horas. Em 2015, foram 1.008 horas de capacitação e 1.604 servidores envolvidos. Em 2016, foram 378 horas de cursos e 973 servidores capacitados.

Modalidade de cursos ofertados no biênio 2015 - 2017

	CURSOS	HORAS DE CAPACITAÇÃO	SERVIDORES CAPACITADOS
Cursos presenciais In Company	58	1.008h	1.604
Cursos a distância - EAD	20	378h	973
TOTAL	78	1.386h	2.577

FONTE: TJPA / SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DIVULGAÇÃO



Reeducandos do Sistema Penal ligados ao projeto **Começar de Novo** visitam e empresa Riopel que trabalha com reciclagem

Capacitação garante inclusão produtiva para os apenados

Em agosto/2015, o Projeto “Reciclando Lixo, Transformando Vidas”, em parceria com o projeto “Começar de Novo”, da 1ª Vara de Execuções Penais de Belém, capacitou 30 apenados como

catadores de materiais recicláveis, promovendo a inclusão social e produtiva, gerando renda e resgatando a dignidade e a cidadania, em benefício ambiental. A formação dos apenados rendeu o

ingresso em cooperativas de materiais reciclados, em um trabalho de relevância social que colabora com a limpeza da capital e evita que resíduos causem danos, como enchentes e outros desastres ambientais. Os novos catadores participaram do Círio de Nazaré, contribuindo para a arrecadação de parte das 520 toneladas de recicláveis gerados durante as procissões, incrementando a renda e garantindo um Círio mais sustentável.

MEIO AMBIENTE

De agosto de 2015 a outubro de 2016, o Núcleo Socioambiental do TJPA capacitou 491 servidores, 173 terceirizados e 46 magistrados sobre a redução do uso dos recursos naturais, cultura do consumo consciente, reutilização e descarte correto dos resíduos gerados no ambiente de trabalho.

Intercâmbio

Canais de comunicação aproximam o Poder Judiciário do seu público

No biênio 2015-2017, a Coordenadoria de Imprensa produziu 3,1 mil matérias para os portais do TJPA

V

inculada ao Departamento de Comunicação do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), a Coordenadoria de Imprensa

organiza e monitora a divulgação e a veiculação de notícias sobre o Poder Judiciário, além de promover o intercâmbio de informações com a comunidade jurídica e com a sociedade em geral.

No biênio 2015-2017, a Coordenadoria de Imprensa produziu 3.128 matérias, entre reportagens e notas, para os portais Externo e Interno do TJPA. Desse quantitativo, 2.270 foram destinadas ao portal Externo, 514 para o portal Interno, 344 para ambos portais.

Ainda no biênio, houve registro de 3.967 notícias publicadas nos jornais O Liberal e Diário do Pará e nos sites ORM News,

G1 Pará, Diário On-line (DOL) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com referência ao Poder Judiciário do Pará.

Das 3.967 notícias, 2.354 foram espontâneas e 1.603 provocadas pela Coordenadoria de Imprensa. Com relação ao tratamento dado à notícia pela imprensa, das 3.967 notícias publicadas, 1.020 foram positivas, 2.585 neutras e 367 negativas.

Das 3.967 notícias publicadas pela imprensa, sobre o Judiciário no Pará, 1.020 foram positivas, 2.585 neutras e 367 negativas

MÍDIAS SOCIAIS

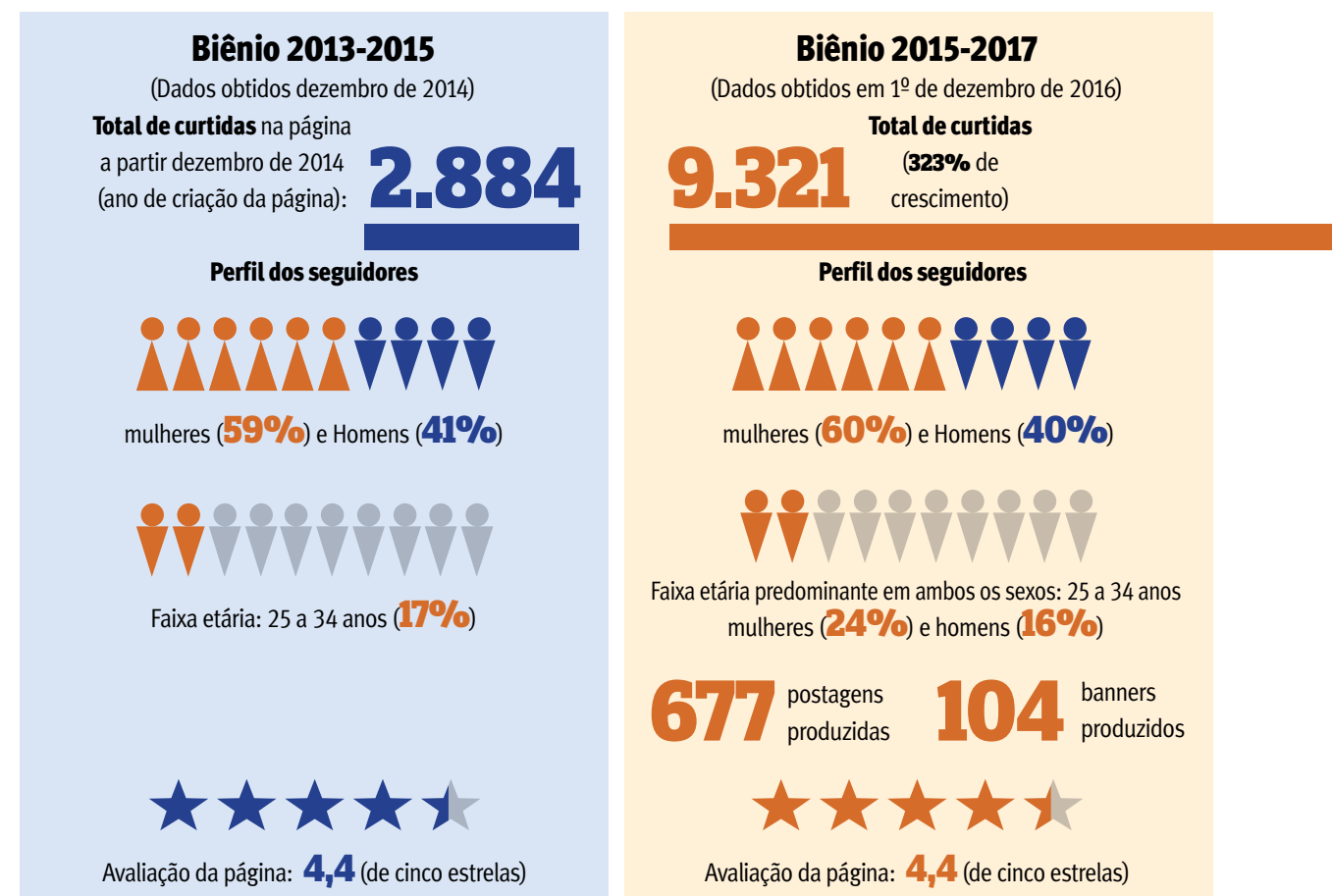
O TJPA mantém perfis nas mídias sociais Twitter, Youtube e Facebook. A página oficial do TJPA no Facebook saltou de 2.884 seguidores para 9.137, de dezembro de 2014 a novembro de 2016, o que representa aumento de 323% no número de seguidores.



Página oficial do TJPA no Facebook saltou de 2.884 para 9.137 seguidores entre dezembro de 2014 a novembro de 2016, aumento de 323%

RICARDO LIMA

Fan page do Tribunal de Justiça do Pará



FONTE: TJPA / DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO - COORDENADORIA DE IMPRENSA

Para contemplar esta demanda, o conteúdo da maioria das 677 postagens foi focado em serviço, projetos de repercussão social e divulgação de notícias de interesse público, com a produção de 104 banners para dar apoio visual à mensagem. O post recordista foi publicado em 28 de março de 2016 e anunciava a abertu-

ra das inscrições para o Processo Seletivo para estágio no TJPA. A publicação alcançou 113.874 pessoas e provocou 3.802 reações (curtidas, comentários e compartilhamentos).

A interação com os internautas aproximou o Poder Judiciário da sociedade, não só no que diz respeito ao engajamento do público que curte e

compartilha os posts, mas também ao informar e orientar o público acerca de questões específicas que chegaram ao nosso conhecimento por meio do uso das ferramentas de trocas de mensagens do próprio Facebook.

As mulheres ainda são as principais seguidoras, representando 60% do público da página.

Já a principal faixa etária, tanto entre homens quanto em mulheres, se concentra entre internautas de 25 a 34 anos.

No ano de 2016, também foi iniciada, em caráter experimental, a produção de vídeos digitais para uso nas redes sociais e consumo interno. “Semana Nacional de Conciliação”, “Tutorial para Organizar Arquivo” e “Padrinho Solidário” foram alguns deles.

Material informativo produzido pela Web Rádio Jus registrou um total de mais de 267 mil acessos pelo site da emissora

Material da Web Rádio Jus teve mais de 267 mil acessos

A Web Rádio Jus, vinculada à Coordenadoria de Imprensa do Departamento de Comunicação, produziu 2.630 matérias, entre reportagens e notas, no período de fevereiro de 2015 a novembro de 2016.

O material produzido teve o total de 267.507 acessos pelo site da Web Rádio Jus, da Agência do Rádio Brasileiro (contratada do serviço) e pelo envio do mailing na área de abrangência de 26 estados e o Distrito Federal, em 1.560 municípios brasileiros.

Do total de acessos, 2.665 foram de rádios (AM, FM, OC e Web), entre comerciais, comunitárias e educativas. Entre as rádios, 1.671 foram FM, 945 AM, 45 Web e 4 OC. Quanto ao segmento, 1.790 foram comerciais, 729 comunitárias e 146 educativas.

Foram 52.374 downloads pelo hot site da Web Rádio Jus, pelo site da Agência do Rádio Brasileiro (contratada do serviço) e pelo envio do mailing, que alcançou 2.271.328 de e-mails ao longo do período. O material foi visualizado 215.119 vezes, alcançando 136.841.141 ouvintes potenciais.

RICARDO LIMA

Cerimonial cuida da imagem institucional do Judiciário em eventos de caráter oficial

Ligada ao Departamento de Comunicação do Tribunal de Justiça do Pará, a Coordenadoria do Cerimonial planeja, organiza e coordena os eventos institucionais e as ações desenvolvidas pelas diferentes áreas do Judiciário.

Uma das atividades inerentes ao Cerimonial é o acompanhamento de magistrados a eventos institucionais, como sessões solenes, audiências públicas e recebimento de comendas.

No âmbito institucional, há posses e promoções de magistrados, posses e homenagens a servidores, integração social e em cumprimento à agenda social do Judiciário, em movimentos de apoio e auxílio a crianças, adolescente, idosos e pes-

soas carentes em geral, além de coordenar as peregrinações e acolhimento de romeiros nas festividades nazarenas. Foram mais de 200 eventos no biênio, além da produção de cartilhas, livretos, a Revista do Tribunal de Justiça do Pará de nº 115, banners de serviços para o Portal, a organização das visitas monitoradas, além da produção de leiautes para convites, cartazes, cartões, adesivos e de uma série de outros materiais gráficos necessários à comunicação interna e externa do TJPA. Destaca-se também entre as atividades do Cerimonial no biênio a organização das primeiras edições dos concursos de Poesias para o Dia das Mães e de Fotografias do TJPA.

Posse dos novos servidores do Tribunal de Justiça do Pará, aprovados em concurso público

RICARDO LIMA



RICARDO LIMA

Visita da imagem da Virgem de Nazaré ao prédio sede do Tribunal de Justiça do Pará, momento de devoção e fé

Servidores e magistrados distinguidos com a medalha Dom Alberto Ramos, uma homenagem do Judiciário aos 400 anos de Belém



ÉRIKA NUNES

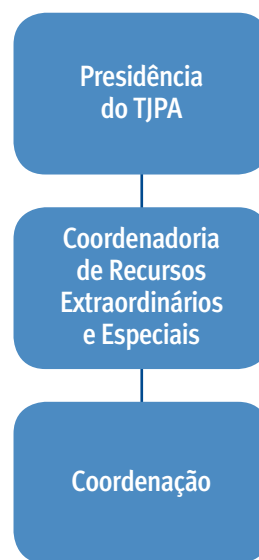
Demandas repetitivas

Coordenadoria melhora controle de recursos extraordinários e especiais

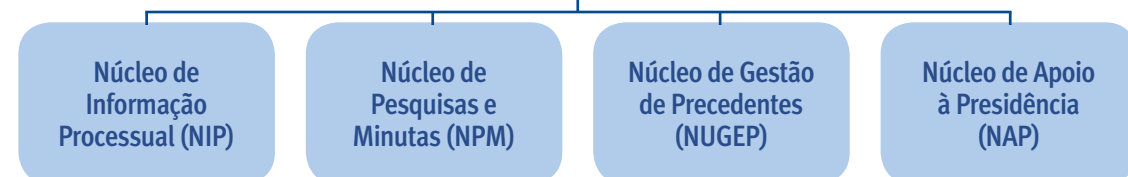
Criação de núcleos de trabalho garantiu o aprimoramento dos processos para garantir as sistemáticas processuais do novo CPC

P

lanejar, executar, monitorar e avaliar é o método estratégico que norteia a rotina de trabalho da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais, para garantir a execução das sistemáticas processuais impostas pelo Código de Processo Civil de 2015. A criação de núcleos de trabalho aprimorou as práticas laborais e deu maior celeridade à prestação jurisdicional. O cumprimento das ações do Plano de Gestão 2015-2017, sob responsabilidade da Coordenadoria de Recursos



Extraordinários e Especiais, exigiu controle e contínuo aprimoramento dos processos. Criado pela Portaria nº 4.063/2016-GP, de 30 de agosto de 2016, em atenção à Resolução nº 235 do Conselho Nacional de Justiça, de 13 de julho de 2016, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) é a unidade técnico-administrativa que gerencia as informações relativas ao sistema de precedentes judiciais previsto no novo CPC. Para “reestruturar o setor responsável pelo controle das demandas



RICARDO LIMA

A Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais incrementou a produtividade com mudanças organizacionais e de procedimentos

repetitivas” foi reformulada a estrutura do setor e a organização dos expedientes de trabalho, visando à sua otimização, conforme o cronograma na página anterior.

Com o apoio da Secretaria de Informática, a Coordenadoria criou um módulo no sistema Libra de acompanhamento processual para gerenciar as demandas repetitivas, cumprindo a

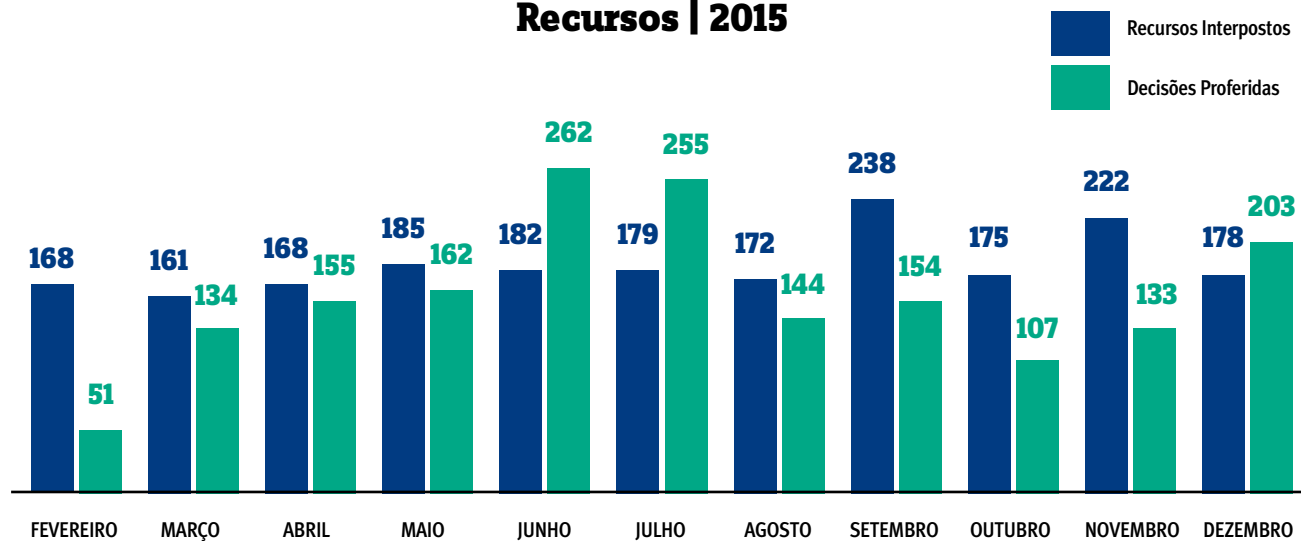
ação de “Implantar mecanismos de controle das demandas repetitivas e dos grandes litigantes”. O módulo faz a gestão de processos que tenham identidade com as sistemáticas repetitivas, por meio da identificação das demandas de massa, a aplicação dos procedimentos padrões pertinentes às sistemáticas e a emissão de relatórios de produtividade diversos.

EXPANSÃO

TECNOLOGIA

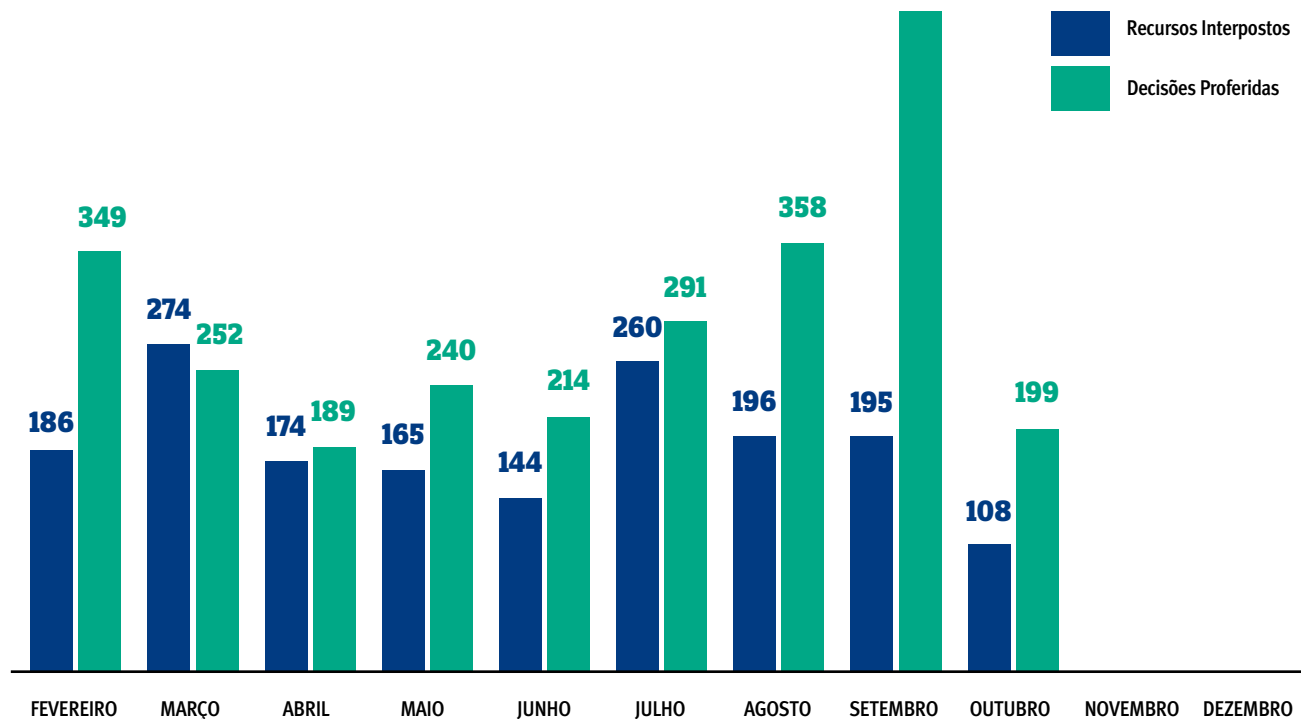
INSTITUCIONAL

Recursos | 2015



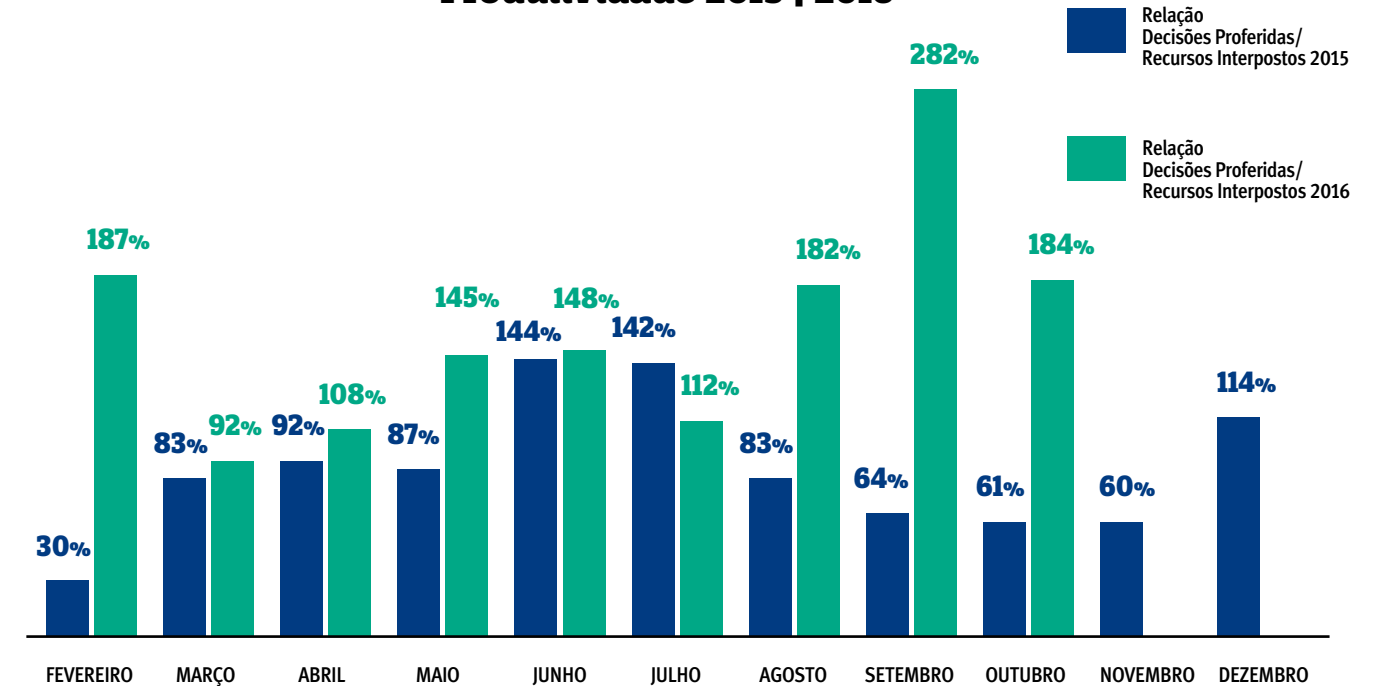
FONTE: TJPA / COORDENADORIA DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS

Recursos | 2016



FONTE: TJPA / COORDENADORIA DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS

Produtividade 2015 | 2016



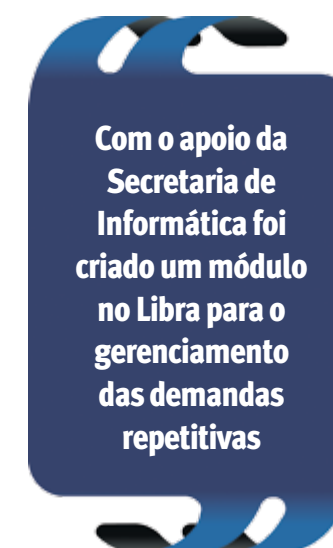
FONTE: TJPA / COORDENADORIA DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS

DEMANDAS REPETITIVAS

O Libra também foi adaptado para identificar os potenciais casos de demandas repetitivas, informando ao operador possíveis temas de repercussão geral e/ou recursos repetitivos vinculados aos processos.

A partir das mudanças de cunho organizacional e de procedimentos de trabalho, houve um incremento na produtividade, mensurada pelos gráficos na próxima página.

A relação entre o total das decisões proferidas e o total de recursos interpostos, no gráfico “Produtividade”, evidencia o ganho de produtividade no biênio 2015-2017, impulsionado pelas mudanças realizadas.



INFORMAÇÕES

Para garantir a ampla divulgação de suas ações, a Coordenadoria melhorou os mecanismos para disponibilizar informações à comunidade judiciária, reformulando a sua página no site do TJPA para adotar um conteúdo mais claro, objetivo, de maior alcance e focado no gerenciamento dos temas das demandas repetitivas. As informações reunidas em um só local facilitam o acesso no âmbito do TJPA, aos operadores do Direito e aos auxiliares da Justiça. A Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais foi criada pela Lei n.º 7.195, em 2008, e regulamentada pela Resolução n.º 002/2015-GP.

Segurança

Militares zelam pela proteção institucional do Judiciário no Pará

Garantir a segurança dos magistrados e cuidar das ações preventivas contra incêndios são as principais atribuições da Coordenadoria Militar

Segurança de magistrados e servidores nos fóruns; cursos, seminários e palestras; ações preventivas contra incêndios e acidentes; e assessoria em processos licitatórios e contratos de serviços de segurança. Essas foram as principais atribuições da Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Pará no biênio 2015-2017.

A Coordenadoria Militar redigiu 19 relatórios de inteligência sobre ameaças contra magistrados e servidores, recolheu 1.787 armas nas comarcas da Região Metropolitana de Belém e no interior e produziu 592 Boletins Informativos diários à Presidência do

A Coordenadoria Militar redigiu 19 relatórios de inteligência sobre ameaças contra magistrados e servidores

TJPA e às comarcas da capital e do interior.

Monitorou também 53 manifestações de sindicatos e movimentos sociais, com repercussão no TJPA, e produziu 28 relatórios de viagens com informações relevantes sobre municípios visitados pelo presidente do TJPA.

No âmbito da Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJPA (CPSI), a Coordenadoria subsidiou decisões em 10 reuniões, durante o biênio 2015-2017, e assegurou o planejamento, implementação e monitoramen-

to da segurança em 79 eventos do Juizado Itinerante em jogos de futebol, Justiça em Movimento,



ÉRIKA NUNES

Policiais Militares lotados no Judiciário assessoram a instituição quanto à segurança e a prevenção de acidentes e incêndios

Semana da Mulher e Verão com Justiça, em Outeiro, Mosqueiro e Salinas.

AUTOPROTEÇÃO

Promoveu também dois cursos de Autoproteção e Segurança Patrimonial para 59 Agentes de Segurança do TJPA, designou cinco militares que atuam na segurança de magistrados ao estágio do curso de Segurança de Autoridades da Casa Militar do Governo do Estado e enviou um militar do Setor de Planejamento Estratégico

ao Curso de Intervenções Estratégicas em Movimentos Sociais, do Batalhão de Policiamento de Choque da Polícia Militar. Dois outros militares participaram também do Curso de Segurança de Autoridades, promovido pela Casa Militar do Governo do Estado.

A Coordenadoria promoveu também Seminário de Comportamento de Autoproteção para 16 magistrados e para militares da Coordenadoria e deu palestras sobre “Verão Seguro” na Sede do TJPA e nos fóruns Cível da Capital, de Ananindeua e Icoaraci.

Judiciário forma 280 brigadistas capacitados ao combate a incêndios

A Coordenadoria Militar formou um total de 280 brigadistas em todo o Estado, entre magistrados, servidores e colaboradores. Foram 14 cursos de Brigada de Incêndio nas Comarcas Sedes da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª Regiões Judiciárias.

Entre as ações preventivas, a Coordenadoria elaborou também programa de manutenção dos equipamentos para combate a incêndio e controle de pânico, assessorou a Secretaria de Engenharia e Arquitetura a desenvolver banco de dados para ações preventivas em todas as edificações do Judiciário no Estado; assessorou projetos contra incêndio e pânico e para a regularização, de acordo com a Legislação Estadual de Prevenção Contra Incêndio e Pânico, das comarcas de São Geraldo,

Vigia, São Francisco do Pará, Xinguara, Canaã dos Carajás, Curuçá, Vitória do Xingu, Altamira, Aurora do Pará, São Miguel do Guamá, Rio Maria, Eldorado dos Carajás, Alenquer, Óbidos, Breves, Juizado do Idoso (UFPA); Fórum de Ananindeua - Bloco 01, Prédio da Divisão de Manutenção da SEA, Juizados Criminais, Secretaria de Gestão de Pessoas, Casa da Justiça, reforma e ampliação do Juizado Especial do Jurunas; Fórum de Castanhal; Secretaria de Informática, Fórum e Juizado Especial de Icoaraci.

VISTORIAS

Assessorou também a concessão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros dos 1º e 2º

DIVULGAÇÃO



Servidores do **Judiciário** participam de treinamento prático de combate a incêndio durante o curso de formação de brigada



A **Coordenadoria Militar** assessora a Comissão Permanente de Segurança Institucional, presidida pelo Des. Romulo Nunes

RICARDO LIMA

Juizados Especiais de Ananindeua, Fóruns de Santana do Araguaia, Tomé-Açu, São Miguel do Guamá, Breu Branco, Goianésia, Monte Dourado, Aurora do Pará, Barcarena, Marabá, Tucuruí, Edifício Sede, Vara de Execuções de Penas Alternativas, Serviço Médico e Odontológico do TJPA, Juizado da Infância e Juventude, Juizado Especial da UFPA e Juizado Especial de Benevides.

Cuidou também do Registro de preço para aquisição de equipamentos de prevenção e combate a incêndio e controle de pânico e para recarga, manutenção e reposição de peças danificadas dos extintores de incêndio.

Adquiriu mochilas de transporte de materiais de primeiros-socorros e equipamentos de prevenção e combate a incêndios.

Cuidou do processo para a recarga dos extintores de incêndio na Região Metropolitana de Belém e da aquisição de coletes balísticos para magistrados e servidores, 200 dos quais destinados aos oficiais de Justiça.

Fiscalizou os contratos de Vigilância Armada, de Monitoramento 24 horas, por meio de alarmes, e do serviço de Circuito Fechado de Televisão. Coordenou também o processo para aquisição de medalhas e de placas de sinalização.

Organização judiciária

Judiciário aprova novo regimento interno, cria varas e eleva comarcas

Comissão foi responsável pelos projetos de lei que criaram novas unidades judiciárias no Estado

O novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), a criação de novas varas; a elevação de Comarcas

à 2ª Entrância e a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 223/2016, foram alguns dos projetos aprovados pelo Pleno do TJPA após análise, votação e aprovação da Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos, no biênio 2015-2017.

Formada por desembargadores e técnicos, a comissão opina sobre todos os assuntos relativos à Organização Judiciária e aos serviços auxiliares da Justiça de 1º e 2º graus; propõe alterações de ordem legislativa ou de atos normativos do Poder Judiciário; faz o controle e o acompanhamento de projetos enviados à Assembleia Legislativa; e emite parecer

sobre proposta de alteração do Regimento Interno. As atualizações incorporadas pela Comissão ao Regimento Interno visaram a colocá-lo em conformidade com as regras do Novo Código de Processo Civil e com as normas e recomendações do CNJ. O Regimento Interno dispõe sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça, estabelece a competência de seus órgãos, regula a instrução e julgamento dos processos e recursos que lhes são atribuídos pelas leis e institui a disciplina de seus serviços.

Dentre as atualizações destacam-se as referentes aos incidentes de resolução de demandas repetitivas, aos incidentes de assunção de competência, ao procedimento para edição, alteração e cancelamento de súmulas no Judiciário paraense e a norma que prevê as Emendas Regimentais, que não constava no antigo regimento.

Atualizações ao Regimento Interno foram para adequá-lo às regras do Novo Código de Processo Civil e às normas do CNJ

mento de súmulas no Judiciário paraense e a norma que prevê as Emendas Regimentais, que não constava no antigo regimento.



O Desembargador **Ricardo Nunes** presidente da Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos

PROJETOS DE LEI

A Comissão é responsável também pelos Projetos de Lei aprovados, para criação de novas unidades judiciárias, entre os quais se destacam as das Comarcas de Bragança, Novo Progresso, Canaã dos Carajás; elevação à 2ª Entrância das Comarcas de Novo Progresso e Canaã dos Carajás; reestruturação organo-funcional das secretarias administrativas – Planejamento (Seplan), Administrativa (Sead) e de Gestão de Pessoas (SGP),

Órgãos da Presidência e Vice-Presidência; alteração de lei relativa ao Fundo de Reparamento do Judiciário; desafetação sob forma de permuta entre o Judiciário e o Poder Público Municipal de Muaná e de Santo Antonio do Tauá, pertinente a imóveis; projeto de lei possibilitando o recebimento de gratificação pela atuação em Plantão no 1º e 2º Graus; Reorganização dos Serviços de Notas e de Registros, dentre outros.

No que se refere às resoluções aprovadas, destacam-se a instalação de Varas Cíveis e Criminais nas comarcas de Bragança, Benevides, Paragominas, Novo Progresso, Canaã dos Carajás, Rondon do Pará, Parauapebas, Eldorado dos Carajás; a instalação de Varas dos Juizados Cível e Criminal em Castanhal e Paragominas; a instalação da 5ª Vara da Fazenda da Capital; a criação da Vara Única de Execuções Penais, dando-lhe competência plena sobre todo o Estado; a regionalização dos magistrados substitutos, para assegurar-lhes acesso mais rápido à sede regional; a alteração da Jurisdição Agrária de Pícarra para Marabá; a criação e instalação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de

Solução de Conflitos (Nupemec) e dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs); o disciplinamento da Requisição de Pequeno Valor (RPV); o Código de Ética dos Servidores, o Serviço de Protocolo Postal Integrado; a estruturação de cargos do gabinete dos Juizes de Direito do 1º Grau, dentre outras.

REUNIÕES

No biênio 2015-2017 houve 14 reuniões ordinárias e 13 extraordinárias, nas quais foram votados e aprovados 52 projetos, cujos temas estão relacionados às metas do Plano de Gestão da atual Presidência.

Emenda ao Regimento Interno reformula as secretarias de 2º Grau

A Emenda Regimental nº 05, de 14 de dezembro de 2016, alterou o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará para especializar os órgãos julgadores, no âmbito do 2º Grau, da matéria de Direito Civil, criando a Seção de Direito Público, a Seção de Direito Privado e a Seção de Direito Penal, bem como as Turmas de Direito Público, as Turmas de Direito Privado e as Turmas de Direito Penal, com as especificações das matérias a serem julgadas por cada órgão julgador. A Seção Penal e as primeiras Turmas de Direito Público e Privado terão sessões às segundas-feiras; a Seção de Direito Público, a primeira e a segunda Turma de Direito Penal e a segunda Turma de Direito Privado terão sessões às terças-feiras; e a Seção de Direito Privado, a segunda Turma de Direito Público e a terceira Turma de Di-

reito Penal terão sessões às quintas-feiras.

As seções de Direito Público, de Direito Privado e de Direito Penal deliberarão com a maioria absoluta dos seus membros; as Turmas de Direito Privado, de Direito Público e de Direito Penal com três membros.

A partir dessa reorganização, o Tribunal Pleno se dividirá em três Seções, uma Cível, representada pela Seção de Direito Público, constituída pela totalidade de membros das duas Turmas de Direito Público; uma Cível, representada pela Seção de Direito Privado, constituída pela totalidade de membros das duas Turmas de Direito Privado; e uma Penal, representada pela Seção de Direito Penal, constituída pela totalidade de membros das três Turmas de Direito Penal.

As atuais Regiões Judiciárias do Pará

Resolução proposta pela Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos aglutinou as 16 regiões judiciárias do Pará em apenas oito, para efeito de lotação e movimentação mais célere de magistrados

- Região Judiciária da Alça Viária
- Região Judiciária do Salgado
- Região Judiciária do Marajó
- Região Judiciária do Alto Tocantins
- Região Judiciária do Araguaia
- Região Judiciária do Xingu
- Região Judiciária do Baixo Amazonas
- Região Judiciária do Tapajós



Juízes auxiliares ajudam a conduzir a gestão e apoiam ações institucionais

Os juízes auxiliares da Presidência cuidam da dinâmica organizacional do Poder Judiciário do Pará. São eles que recebem e enviam expedientes, movimentam despachos e transferem ofícios, memorandos, requerimentos e decisões pelo sistema informatizado Siga Doc, quando possível. No biênio foram tratados aproximadamente 11 mil documentos.

Entre as ações de apoio jurisdicional se destacam as relacionadas ao combate à improbidade e aos crimes contra a administração pública e ações coletivas, conciliação, violência doméstica e familiar, execução penal e criminal. São os juízes auxiliares que elaboram e expedem portarias, redigem provimentos conjuntos e acompanham essas ações. Entre as iniciativas organizadas institucionalmente pelos juízes auxiliares, destacam-se:

> Criação de três grupos de trabalho nos

Polos de Belém, Santarém e Marabá para julgamento das ações de improbidade e crimes contra a administração pública e ações coletivas e acompanhamento das atividades desenvolvidas.

> Força Tarefa em todas as Varas e Comarcas para impulsionar processos de corrupção, improbidade administrativa e ações coletivas, referentes às Metas 4 e 6 de 2016 do CNJ.

> Constituição da Comissão destinada à organização da Semana Estadual de Conciliação 2016 e acompanhamento do evento, entre 21 e 25 de novembro.

> Mutirão de Bairros na Comarca de Belém, promovido pelas Varas de Violência Doméstica e Familiar, para dar celeridade aos processos e reduzir conflitos por meio de atividades educativas e disseminação de informações, sobretudo ao público masculino.

Decisões - Siga-Doc | Fev-dez - 2015

DECISÃO POR ASSUNTO	TOTAL	DEFERIMENTO	INDEFERIMENTO	PARCIAL DEFERIMENTO	TEOR DIVERSO
Servidores	577	348	172	14	43
13º salário	19	4	15	-	-
Abono de permanência	56	48	7	-	1
Enquadramento funcional	72	20	46	1	5
Pecúlio judiciário	62	53	6	-	3
Aposentadoria e previdenciário	73	54	14	1	4
Indenização de férias e/ ou licença prêmio	131	108	16	2	5
Isenção de IR e/ ou contribuição previdenciária	20	11	7	1	1
Vantagens financeiras diversas	84	24	44	6	10
Outros	60	26	17	3	14
Magistrados	233	177	-	3	53
Férias e afastamentos funcionais	160	125	-	1	34
Suspensão de férias e afastamentos funcionais	62	50	-	2	10
Outros	11	2	-	-	9
TOTAL	810	525	172	17	96

FONTE: TIJA / GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Decisões - Siga-Doc | Fev-dez - 2015

DECISÃO POR ASSUNTO	TOTAL	DEFERIMENTO	INDEFERIMENTO	PARCIAL DEFERIMENTO	TEOR DIVERSO
Servidores	1.408	648	661	25	74
Movimentação funcional	359	107	215	01	36
Cessão funcional	63	34	26	01	02
Pagamento de plantão	205	170	13	15	07
Folga	85	80	03	02	-
Vacância	11	10	01	-	-
Dispensa de estágio probatório	03	02	01	-	-
Gratificações individuais	212	114	87	03	08
Gratificações / mutirão	63	57	04	02	-
Hora extra / adicional noturno	33	17	14	01	01
Nomeação de servidores	241	08	223	-	10
Designação funcional	28	14	13	-	01

FONTE: TIJA / GABINETE DA PRESIDÊNCIA

> Mutirão Carcerário nas Comarcas de Santarém, Alenquer, Oriximiná e Almeirim e o respectivo acompanhamento da ação, entre 8 e 10 de novembro de 2016.

> Reestruturação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF).

> Regulamentação da audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Pará.

ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

A redação e expedição de portarias e resoluções que regulam o planejamento e o desenvolvimento organizacional do Judiciário também são atribuições dos juízes auxiliares da Presidência, responsáveis pelo ordenamento de questões fundamentais para as atividades-fim da instituição, tais como:

> Fixação do quantitativo de Juízes Substitutos para cada Região Judiciária.

> Lotação e relocação de magistrados, conforme

os pressupostos de regionalização dos juízes substitutos.

> Regulamentação de Plantão Judiciário em 1º e 2º graus.

> Aglutinação das Regiões Judiciárias, para efeito exclusivo de regionalização de magistrados substitutos

> Implementação do Processo Eletrônico Judicial – Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU

> Criação de Subdireção de Fórum na Vara Distrital de Monte Dourado, na Comarca de Almeirim

> Instalação da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides

> Instalação da Vara Criminal da Comarca de Canaã dos Carajás

> Instalação da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital

> Instalação da Vara Única da Comarca de Eldorado dos Carajás.

Manuais melhoram a rotina de trabalho na Vice-Presidência

A Vice-Presidência é integrada pela Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos; Setor de Protocolo Administrativo e Judicial (a partir do novo Regimento Interno do TJPA - Resolução nº 13/2016-GP de 11/05/2016); Central de Distribuição do 2º grau; Setor de Autuação Processual do 2º grau; e Central de Mandados do 2º grau.

Durante o biênio 2015-2017 foi elaborado o Manual de Rotinas da Vice-Presidência, sob orientação da Secretaria de Controle Interno.

Todos os setores vinculados à Vice-Presidência participaram da elaboração do “Manual de Rotinas do 2º Grau”, em conjunto com os secretários de Câmaras, sob supervisão da Secretaria Judiciária e apoio técnico do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças.

Também foi concluído o Manual de Rotinas da Comissão de Organização Judiciária Regimen-

to, Assuntos Administrativos e Legislativos.

Houve mudança na repartição das funções da Central de Distribuição do 2º Grau, com a eliminação da figura do revisor de distribuição/redistribuição. Os servidores que ocupavam a função de revisores passaram à função de distribuidores, dando maior celeridade ao serviço.

A logística de distribuição do trabalho no Setor de Autuação Processual do 2º Grau adotou a seguinte rotina: a chefia divide e entrega pessoalmente aos servidores os lotes com os feitos pendentes de autuação, colocando o serviço em dia desde junho de 2016.

MANDADOS

A Central de Mandados efetivou todos os mandados, inclusive os estoques de anos anteriores, atingindo plenamente os objetivos do setor.

Ações otimizam os canais de interação com os públicos externo e interno

A comunicação com o público externo e interno foi otimizada por algumas ações, dentre as quais.

1. Criação de página virtual, com acesso nos portais Externo e Interno do TJPA, onde são divulgadas informações pertinentes às suas competências, como as ordens de serviço publicadas em decorrência da superintendência da Distribuição do 2º Grau, no link <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Vice---Presidencia/6235-Vice---Presidencia.xhtml>.

2. Remodelação de seu relatório manual de controle de atividades, com apoio da Secretaria de Informática e da Coordenadoria de Estatística (DPGE/SEPLAN), que passou a ser emitido pelo Sistema LIBRA, permitindo a criação de memória institucional para pesquisas e análises contemporâneas e futuras.

Recursos informatizados racionalizaram e otimizaram procedimentos, entre os quais destacam-se:

- a)** Pastas de rede para compartilhamento de documentos, o que auxilia na padronização e arquivamento dos documentos produzidos.
- b)** “Skype” para comunicação interna e com outros setores do TJPA.
- c)** “Outlook” para elaboração da agenda de compromissos do Vice-Presidente, o que permite o compartilhamento de pessoas

autorizadas e o acesso de qualquer lugar.

- d)** Sharepoint para gerenciar e arquivar documentos, com previsão de instalação até dezembro de 2016.
- e)** Malote digital criação da conta de malote digital da Vice-Presidência.
- f)** Bizagi Modeler utilizado para publicação dos manuais de rotina da Vice-Presidência.
- g)** Sistema LIBRA: passou a ter suas funcionalidade melhor exploradas pela Assessoria da Vice-Presidência.

Segundo grau garante apoio à atividade jurisdicional

No 2º Grau, os processos de distribuição, redistribuição e autuação de processos dão apoio à atividade jurisdicional. No biênio 2015-2017 foram alcançados bons resultados, decorrentes das ativi-

dades normais dos setores responsáveis, agregadas a outras, pontuais, como é o caso dos mutirões, bem como de medidas de gestão voltadas à maior eficiência. Abaixo, os números.

Distribuição, redistribuição e autuação- 2º Grau

IDENTIFICAÇÃO	2015	2016	TOTAL
Distribuição	22.652	43.372	66.024
Redistribuição	9.461	51.809	61.270
Autuação	26.825	32.527	59.352
Autuação visual	100	2.797	2.897

FONTE: TJPA / GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

Visitas

Presidente percorre as Comarcas do interior

O Desembargador Constantino Guerreiro, presidente do TJPA, manteve um programa de visitas às comarcas do interior do Estado para conversar com magistrados e servidores e avaliar providências para melhorar as condições de trabalho.

2015

Janeiro

Maracanã



São Domingos do Capim



Novembro

Tomé-Açu



Curuçá



2016

Bonito

Garrafão do Norte



Abaetetuba, Capitão Poço, Ipixuna e Santarém

Novembro



São Miguel do Guamá



Igarapé-Miri

Outubro



Tailândia



Ipixuna

Julho



Peixe Boi



Janeiro

Nova Timboteua

Santarém Novo



Equipes de trabalho



Secretaria de Gestão de Pessoas



Secretaria de Recursos Especiais e Extraordinários



Secretaria de Engenharia e Arquitetura



Coordenadoria de Saúde



Secretaria de Informática



Secretaria
Judiciária



Secretaria de
Administração



Coordenadoria Militar



Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças



Câmaras Cíveis e Criminais Reunidas e Isoladas

Departamento de Comunicação (Imprensa e Cerimonial)



Central de Comunicação Interna e Apoio à Magistratura



Secretaria de Controle Interno



Gabinete da Presidência



DIRIGENTES 2015/2017

Juizes Auxiliares da Presidência

Dra. **Ana Angélica Abdulmassih Olegário**

Dr. **Lúcio Barreto Guerreiro**

Dra. **Sílvia Mara Bentes de Souza Costa**

Juizes Auxiliares da Vice-presidência

Dra. **Danielle de Cássia Silveira Buhnrheim**

Dr. **Leonardo de Farias Duarte**

Diretoria dos Fóruns Cível e Criminal

Dr. **Silvio César dos Santos Maria** – Diretor do Fórum Cível da Capital

Dr. **Raimundo Moisés Alves Flexa** – Diretor do Fórum Criminal da Capital

Coordenadoria dos Juizados Especiais

Desa. **Vania Valente Couto Fortes Bitar Cunha** – Coordenadora

Escola Superior da Magistratura

Desa. **Luzia Nadja Guimarães Nascimento** – Diretora Geral

Desa. **Vera Araújo de Souza** – Diretora Geral Adjunta

Secretários

Anibal Correa Pinheiro – Secretário de Administração

Débora Moraes Gomes – Secretária de Controle Interno

Diogo Oliveira de Brito – Secretário de Gestão de Pessoas

Fabrcio Nogueira Rodrigues – Secretário de Engenharia e Arquitetura

Maria de Nazaré Rendeiro Saleme – Secretária de Planejamento, Coordenação e Finanças

Nilce Longhi Ramôa – Secretária de Informática

Chefia de Gabinete da Presidência

Maria do Socorro de Souza Brasil – Chefe de Gabinete

Departamento de Comunicação

Linomar Saraiva Bahia

Coordenadoria de Cerimonial e Relações Públicas

NadimeSassimDahás

Coordenadoria de Imprensa

João Batista Vital de Castro

Coordenadoria Militar

Ten. Coronel PM **Érica Natalie Pereira Miralha Duarte**

Coordenadoria de Recurso Extraordinários e Especiais

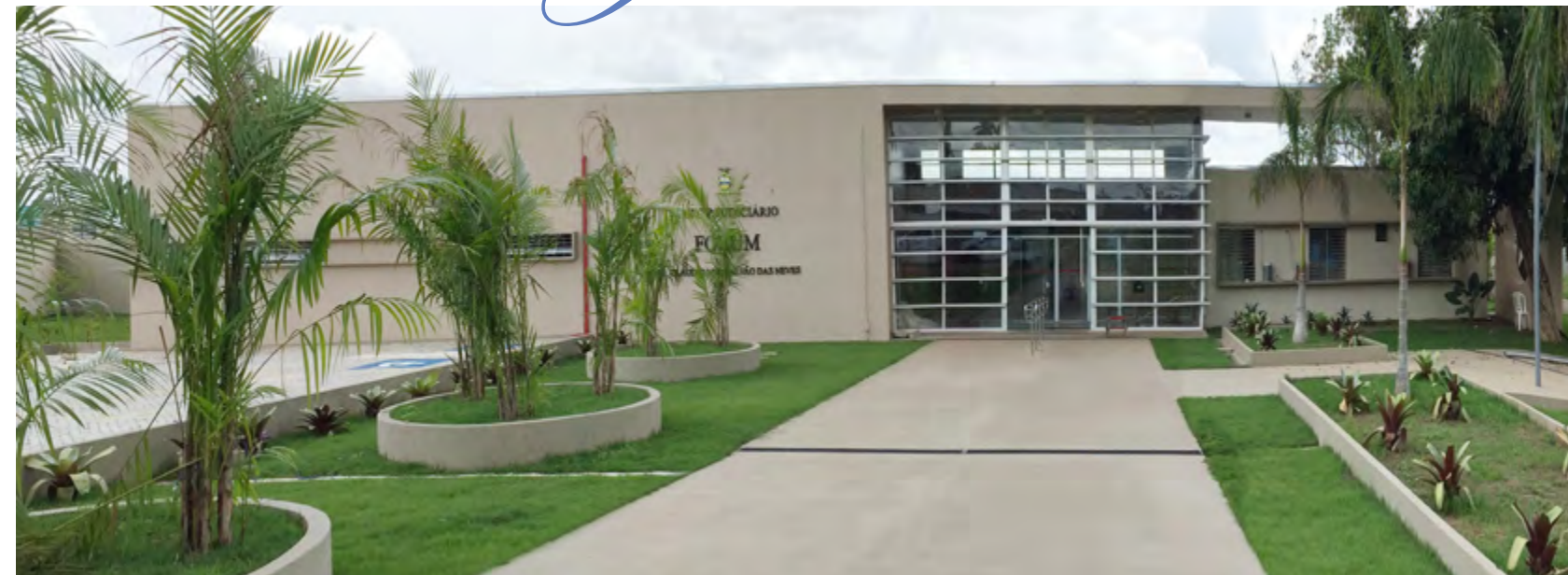
César Augusto Dias Lobo Júnior

Central de Comunicação Interna e de Apoio à Magistratura

Walbert da Silva Monteiro



Suplemento



Novas instalações duplicam capacidade de processamento e julgamento nas Varas

Novas Varas em Novo Progresso e Canaã dos Carajás

Comarcas também foram elevadas à 2ª Entrância

Ainda em janeiro de 2017, foram inauguradas mais duas varas: a Vara Criminal na Comarca de Novo Progresso e a 2ª Vara Cível e Empresarial em Canaã dos Carajás, ambas elevadas de 1ª Entrância para 2ª Entrância. A capacidade de processamento e julgamento nos municípios será duplicada.

Novo Progresso contava apenas com Vara Única para apreciação de feitos cíveis e criminais. A nova unidade será exclusiva para feitos criminais, recebendo a denominação de Vara Criminal da Comarca de Novo Progresso. Já a Vara Única passará a receber a nomenclatura de Vara Cível da Comarca de Novo Progresso.

A minuta de resolução que dispõe sobre a instalação das Varas foi aprovada pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará durante sessão do Tribunal Pleno, realizada no dia 18 de janeiro.

Rio Maria tem novo Fórum

Obra foi erguida no mesmo local do antigo prédio

No dia 26 de janeiro foram inauguradas as novas instalações do Fórum Desembargador Salustio de Oliveira Melo, no município de Rio Maria. O prédio foi construído no mesmo local onde funcionava o antigo fórum, na Avenida 22, Q 16, Jardim Maringá, que, por não atender mais às necessidades do Tribunal, foi demolido para dar lugar a um local maior e mais moderno.

O edifício térreo conta com aproximadamente 740 m² de área construída e também possui salas

destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública e Ministério Público. O Fórum possui área de espera própria, secretaria, assessoria, gabinete, sala de audiências, central de mandados, sala dos oficiais de justiça e arquivo. No setor administrativo e de atendimento ao público, recepção, protocolo, secretaria administrativa, sala de informática e copa.

O Fórum Desembargador Salustio de Oliveira Melo conta ainda com salão do Júri, sala de reunião do Conselho de Sentença e salas de testemunhas, depósito de bens apreendidos com área reservada para armas, e carceragem, com celas em separado para homens e mulheres, e custódia para menores masculina e feminina, e sala de reconhecimento.

Moderno e funcional, Fórum tem 740 m² de área construída



Paredes de vidro e climatização multiplicam funções do espaço

Gazebo agora é espaço multiuso

Reforma climatizou e deu novas funções ao local

O gazebo localizado no Edifício-Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará passou por reformas

que ampliaram as possibilidades de uso do espaço. Com paredes de vidro, copa, climatização, e banheiros masculino e feminino, o local agora será multiuso e poderá receber diversos eventos e cerimônias. Iniciadas em novembro de 2016, a reforma do Gazebo foi concluída em janeiro de 2017.



Antes alugado, prédio da avenida Nazaré passa a integrar patrimônio do TJPA

Prédio próprio abriga Secretaria de Informática

Espaço já acomodava servidores do órgão, mas era alugado

Em janeiro de 2017 também foi descerrada a pla-

ca de aquisição, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, do prédio localizado na Avenida Nazaré. No imóvel, antes alugado, funciona desde o ano de 2014 a Secretaria de Informática. Com a aquisição, o prédio passa a compor o patrimônio do Tribunal.

Cartório do Futuro chega ao 2º Grau

Instalada Unidade de Processamento Judicial das Turmas de Direito Público e Privado -UPJ

O Judiciário paraense avançou no projeto de modernização e agilização processual. O desembargador presidente Constantino Augusto Guerreiro, instalou, em janeiro de 2017, a Unidade de Processamento Judicial das Turmas de Direito Público e Privado (UPJ).

Conhecida como Cartório do Futuro, a UPJ é um projeto do Conselho Nacional de Justiça em conjun-

to com o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que reúne as secretarias judiciárias. O TJPA foi o primeiro Tribunal do país a aplicar o modelo no 2º grau de jurisdição, otimizando os trabalhos e imprimindo a necessária celeridade processual.

O Cartório do Futuro já era utilizado nos TJs de São Paulo e da Bahia, mas ainda em 1º grau de jurisdição. O Pará também já aplicava o projeto no 1º Grau desde 2016, quando constituiu a primeira Unidade de Processamento Judicial, unificando as Secretarias das cinco Varas de Fazenda de Belém, as quais passaram a operar conforme a filosofia e conceitos de evolução processual.

Projeto garante mais agilidade ao movimento de processos





Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha



Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento



Desa. Raimunda do Carmo Gomes Noronha

Tribunal outorga medalha de Alta Distinção

Comenda homenageia ex-presidentes do TJPA

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia Antunes Rocha, e as ex-presidentes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), Luzia Nadja Guimarães Nascimento e Raimunda do Carmo Gomes Noronha recebem a medalha da Alta Distinção da Corte.

A medalha comemorativa foi instituída pela

Resolução de nº 4, de 21 de novembro de 1973, com a finalidade de “premiar pessoas ou entidades que de maneira excepcional hajam concorrido para o maior prestígio, engrandecimento e realce do Poder Judiciário no Estado do Pará”.

Cármen Lúcia Antunes Rocha foi procuradora do Estado de Minas Gerais e compõe o Supremo Tribunal Federal (STF) desde o ano de 2006. Em 2014 atuou na vice-presidência da Suprema Corte e no ano de 2016 assumiu a presidência do STF e do Conselho Nacional de Justiça.



Medalha de Alta Distinção da Corte

Outorga da Medalha Ermanno Domingues do Couto

Cerimonia homenageou 41 pessoas

Criada em 2002, em comemoração ao Dia do Judiciário Paraense (instituído em 06 de agosto de 1973), a medalha Ermanno Domingues do Couto é concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará a “personalidades que tenham contribuído para o engrandecimento do Estado, e, particularmente do Poder Judiciário”. A cerimônia de outorga da medalha, no dia 30 de janeiro, homenageia 41 pessoas.



Medalha Ermanno Domingues do Couto

Grupo de trabalho dá celeridade a processos penais

A prioridade é para os casos que tratam de réus presos

Diante da conjuntura do sistema carcerário nacional e das diretrizes estabelecidas pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) instituiu, no dia 20 janeiro de 2017, pela portaria nº 0273/2017 – GP, um grupo de trabalho composto por

desembargadores para coordenar e supervisionar as ações que visam dar celeridade, tanto no primeiro grau como no segundo, no que diz respeito ao processamento e julgamento de feitos criminais, incluindo recursos, prioritariamente nos casos que tratem de réus presos.

O grupo é constituído pelos desembargadores Milton Augusto Brito Nobre, Rômulo José Ferreira Nunes e Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, além dos corregedores da Comarca da Região Metropolitana de Belém e da Corregedoria das Comarcas do Interior.

Pleno aprovou remoções e promoções

Critérios de merecimento e antiguidade foram avaliados

Na última sessão do Pleno presidida pelo desembargador Constantino Augusto Guerreiro na condição de presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, realizada no dia 25 de janeiro de 2017, os magistrados votaram pela promoção de juizes e juizas para 2ª e 3ª en-

trâncias, seguindo os critérios de antiguidade ou merecimento.

Esses números somam-se aos dados do Relatório de Gestão do Biênio 2015-2017, anos em que foram instaladas/inauguradas 2 sedes de Fóruns; elevadas 2 Comarcas de 1ª para 2ª Entrância; instaladas 3 Varas na Comarca da Capital, 3ª entrância; 11 Varas nas Comarcas de 2ª entrância; 1 Vara em Comarca de 1ª entrância; 1 Secretaria de Engenharia e Arquitetura; e 1 Unidade de Processamento Judicial (UPI).

Expediente

Coordenação e supervisão editorial
Departamento de Comunicação
Linomar Bahia - diretor

Coordenadoria de Imprensa
João Vital - coordenador

Edição e texto final
Edir Gaya

Edição de arte
Airton Nascimento

Revisão
Lais Zumero

Coordenação técnica

Secretaria de Planejamento,
Coordenação e Finanças
Maria de Nazaré Saleme, secretária

Departamento de Planejamento,
Gestão e Estatística
Karla Loren Gonçalves, diretora

Raquelita Athias, assessora de planejamento
Jéssica de Bosi Araújo, assessora administrativa
Kalina Matos Rocha, assessora administrativa

Coordenadoria de Gestão e Estatística
Valéria Athayde Fontelles de Lima, coordenadora
Luciana Sá Fernandes
Luciana Vieira Caliani



Se você não sabe aonde quer chegar, nenhum vento lhe é favorável
(Sêneca)



FOTO: RICARDO LIMA

